

Cecilia Seré Quintero

**POLÍTICAS DO CORPO E GOVERNO DA CIDADE:  
DO RETORNO À VIDA DEMOCRÁTICA NA CIDADE DE  
MONTEVIDÉU – URUGUAI**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do Grau de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Fernandez Vaz

Florianópolis  
2014

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor através do  
Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Seré Quintero, Cecilia

POLÍTICAS DO CORPO E GOVERNO DA CIDADE: DO  
RETORNO À VIDA DEMOCRÁTICA NA CIDADE DE MONTEVIDÉU  
- URUGUAI/

Cecilia Seré Quintero; orientador, Alexandre  
Fernandez Vaz - Florianópolis, SC, 2014.

149 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de  
Santa  
Catarina, Centro de Ciências da Educação. Programa  
de Pós-Graduação em Educação.

Inclui referências

1. Educação. 2. Corpo. 3. Biopolítica. 4.  
Democracia. 5. Montevidéu. I. Vaz, Alexandre  
Fernandez. II. Universidade  
Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-  
Graduação em Educação. III. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO

**"POLÍTICAS DO CORPO E GOVERNO DA CIDADE: DO RETORNO À VIDA  
DEMOCRÁTICA NA CIDADE DE MONTEVIDÉU - URUGUAI"**

Dissertação submetida ao Colegiado do Curso  
de Mestrado em Educação do Centro de  
Ciências da Educação em cumprimento parcial  
para a obtenção do título de Mestre em  
Educação

APROVADA PELA COMISSÃO EXAMINADORA em 12/03/2014

Dr. Alexandre Fernandez Vaz (PPGE/UFSC-Orientador)

Dr. Jaison José Bassani (PPGE/UFSC-Examinador)

Dra. Clarícia Otto (PPGE/UFSC-Examinadora)

Dra. Heiana Wenez (DICH/UFSC-Examinadora)

Dra. Ana Cristina Richter (PPGE/UFSC-Suplente)

**CECILIA SERÉ QUINTERO  
FLORIANÓPOLIS/SANTA CATARINA/MARÇO/2014**

*Prof. Luciane Maria Schindwein*  
Coordenadora do PPGE/CED/UFSC  
Portaria nº 1548/GR/2013



## AGRADECIMENTOS

Muitas pessoas, grupos e instituições colaboraram com a realização deste trabalho, inclusive antes de que ele se esboçasse como possibilidade. Sendo impossível nomear a todos, quero expressar um especial agradecimento a alguns deles:

Ao Prof. Alexandre Fernandez Vaz, por orientar o trabalho, por sua dedicação e paciência, pelas inúmeras oportunidades em que promoveu o pensamento e se constituiu como uma referência acadêmica inclusive antes de eu começar formalmente o Mestrado.

Ao *Grupo Políticas Educativas y Políticas de Investigación en Educación Física* (GPEPI) del *Instituto Superior de Educación Física* (UdelaR), por sua importante contribuição à minha formação acadêmica. Especificamente quero agradecer à linha *Cuerpo, Educación y Enseñanza*, pelas leituras, críticas e comentários a versões preliminares deste trabalho, e ao seu coordenador, Prof. Raumar Rodríguez Giménez, pelo incentivo e apoio à realização do Mestrado, pela confiança acadêmica e pelas inúmeras discussões que incentivaram o pensamento.

Ao *Núcleo de Estudos e Pesquisas Educação e Sociedade Contemporânea* (NEPESC) da *Universidade Federal de Santa Catarina* (UFSC) por compartilhar discussões acadêmicas de grande qualidade.

Aos professores Luis Ernesto Behares (UdelaR), Marcos Müller Granzotto (UFSC) e Clarícia Otto (UFSC), por sua participação na banca do exame de qualificação, pelas leituras atentas e generosas, pelos comentários críticos ao trabalho.

Ao *Archivo Nacional de la Imagen y el Sonido* do SODRE (Uruguai) e à divisão docente do *Ministerio de Turismo y Deporte* (Uruguai) por franquear documentos institucionais necessários para o desenvolvimento desta pesquisa.

Ao *Instituto Superior de Educación Física* da *Universidad de la República* (Uruguai) pelas facilidades institucionais oferecidas para a realização do Mestrado.

Ao CNPq, pela bolsa de estudos do Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação.

À minha família e amigos, os velhos e os novos, pelo apoio, a companhia e a compreensão.



## RESUMO

A modernidade traz consigo uma nova forma de articular a vida e a política e, nesse âmbito, ocupa-se do corpo. Uma política da vida procura organizar e maximizar a vida da população ao mesmo tempo em que também se desdobra em uma intervenção sobre o corpo individual. A forma em que o corpo se articula na política moderna constitui o escopo de maior envergadura deste trabalho, traduzindo-se em uma análise sobre a politização do corpo e a organização do espaço público em Montevideu, capital da República Oriental do Uruguai, no contexto de reconstrução democrática do país, entre 1985 e 1990, logo após finalizada a última ditadura cívico-militar. O trabalho procura compreender como a política contemporânea resolve e organiza a contingência do corpo, cuja fórmula mais recente parece se reduzir aos parâmetros da administração e da gestão. O retorno à democracia se constitui como momento propício para tal indagação na medida em que supõe uma reorganização nacional que se desdobra também em um reordenamento urbano. A cidade de Montevideu, principal centro urbano do país tanto em termos populacionais quanto econômicos, políticos e culturais, se apresenta como uma via importante para indagar as formas políticas contemporâneas do Uruguai. Na medida em que se observa a necessidade de um espaço onde localizar o funcionamento da política, a cidade se configura como mote para pensar a articulação entre vida e política. A cidade moderna figura, portanto, como um espaço que, sendo objeto de intervenção governamental, alcança a forma em que se põe em jogo a relação entre vida e política, relação na qual se organiza, consequentemente, uma corporalidade urbana. A pesquisa tomou um caminho arqueológico, percorrendo discursos elaborados pelos organismos estatais que mais evidenciaram a organização do corpo no espaço urbano. Trabalhou-se com documentos elaborados pela Comisión Nacional de Educación Física, revistas e propostas curriculares elaborados nesse período, os quais foram postos em diálogo, conforme a escolha metodológica da pesquisa, com documentos de outros organismos governamentais (Intendencia Municipal de Montevideo, Administración Nacional de Educación Pública, Diarios de Sesiones de Camaras Parlamentarias). Adentrando nessas discursividades, procuramos identificar pontos de encontro e dispersão, disputas e consensos, referenciando-os no interior das condições políticas, sociais e históricas nas quais foram possíveis tais enunciações. Como oportunidade para analisar criticamente as leituras políticas do corpo predominantes na modernidade, com esta pesquisa espera-se contribuir para a análise

conceitual e as aplicações e consequências práticas de políticas governamentais desenvolvidas sobre a cidade e a cidadania. Procura-se assim, contribuir com a análise crítica do passado recente, de forma a pensar não apenas o presente, mas também a sua crítica.

**Palavras-chave:** Corpo. Política. Biopolítica. Democracia. Cidade. Montevideú.



## RESUMEN

La modernidad trae consigo una nueva forma de articular vida y política y, en ese ámbito, se ocupa del cuerpo. Una política de la vida procura organizar y maximizar la vida de la población al mismo tiempo en que también se despliega como una intervención sobre el cuerpo individual. La forma en que el cuerpo se articula en la política moderna se constituye como el principal alcance de este trabajo, traduciéndose en un análisis sobre la politización del cuerpo y la organización del espacio público en Montevideo, capital de la República Oriental del Uruguay, en el contexto de reconstrucción democrática del país, entre 1985 y 1990, luego de finalizada la última dictadura cívico-militar. El trabajo procuró comprender cómo la política contemporánea resuelve y organiza la contingencia del cuerpo, cuya fórmula más reciente parece reducirse a los parámetros de la administración y la gestión. El retorno a la democracia se constituye como un momento propicio para tal indagación, en la medida en que supone una reorganización nacional que se desdobra también en un reordenamiento urbano. La ciudad de Montevideo, principal centro urbano del país tanto en términos poblacionales como económicos, políticos y culturales, se presenta como una vía importante para indagar las formas políticas contemporáneas de Uruguay. En la medida en que se observa la necesidad de un espacio donde localizar el funcionamiento de la política, la ciudad se configura como significativa para pensar la articulación entre vida y política. La ciudad moderna figura, por tanto, como un espacio que, siendo objeto de intervención gubernamental, alcanza la forma en que se pone en juego la relación entre vida y política, relación en la cual se organiza, consecuentemente, una corporalidad urbana. La pesquisa tomó un camino arqueológico, recorriendo discursos elaborados por aquellos organismos estatales que mayormente evidenciaron la organización del cuerpo en el espacio urbano. Se trabajó con documentos elaborados por la Comisión Nacional de Educación Física, revistas y propuestas curriculares elaboradas en ese período, los cuales fueron puestos en diálogo, conforme la elección metodológica de la investigación, con documentos de otros organismos gubernamentales (Intendencia Municipal de Montevideo, Administración Nacional de Educación Pública, Diarios de Sesiones de Cámaras Parlamentarias). Adentrando en esas discursividades, procuramos identificar puntos de encuentro y dispersión, disputas y consensos, referenciándolos al interior de las condiciones políticas, sociales e históricas en las cuales fueron posibles tales enunciaciones. Como oportunidad para analizar críticamente las lecturas políticas del cuerpo

predominantes en la modernidad, con esta investigación se espera contribuir en el análisis conceptual y las aplicaciones y consecuencias prácticas de políticas gubernamentales desarrolladas sobre la ciudad y la ciudadanía. Se procura, así, contribuir con el análisis crítica del pasado reciente, de forma tal de pensar no apenas el presente, sino también su crítica.

**Palabras clave:** Cuerpo. Política. Biopolítica. Democracia. Ciudad. Montevideo.

## SUMÁRIO

<b>1.INTRODUÇÃO</b> .....	<b>13</b>
<b>2.CORPO E CIDADE: CONSIDERAÇÕES SOBRE O URBANO NA POLÍTICA MODERNA</b> .....	<b>31</b>
2.1 O DESENHO DO ESPAÇO, O DESENHO DO CORPO.....	31
2.2 DA CIDADE AO CORPO: BIOPOLÍTICA DO COTIDIANO URBANO.....	35
<b>3.CORPO E ESPAÇOS URBANOS: INTERSECÇÕES ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO</b> .....	<b>43</b>
3.1 A VIDA: ENTRE A CONSERVAÇÃO E A POLÍTICA.....	45
3.2. POLÍTICA E BIOLOGIA: O URBANO COMO PONTO DE ENCONTRO.....	49
3.3. O TEMPO E O SALÁRIO DA BIOLOGIA: PRAÇAS E PARQUES COMO ESPAÇOS DE REPOUSO.....	56
3.3.1. A recuperação do trabalhador.....	61
3.3.2. Atualização do dispositivo.....	71
3.3.3. O tempo de não trabalho: questão de classe.....	77
3.4. ADMINISTRAR E ELIMINAR: DUPLO INCREMENTO DA AÇÃO GOVERNAMENTAL .....	83
<b>4.RE-INSTITUCIONALIZAÇÃO DE ESPAÇOS PARA A ATIVIDADE FÍSICA</b> .....	<b>97</b>
4.1. ESPAÇOS DEMOCRATIZADOS E DEMOCRATIZANTES.....	102
4.1.1. Um discurso integrador: a democracia como unificação do coletivo.....	104
4.2. ESPAÇOS DE CONSCIÊNCIA: DA OBRIGATORIEDADE AO CONVENCIMENTO .....	121
4.2.1. A economia no desenho .....	124
<b>5.CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>131</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>139</b>



## 1. INTRODUÇÃO

La distancia por ahora es mínima: aún tenemos puesta la misma ropa y los mismos zapatos, todavía húmedos. Como nadie ha hablado todavía ninguna palabra se ha interpuesto entre nosotros y el perfecto dibujo del pasado reciente. Este está tan cercano que parece posible tocarlo, mentalmente, claro, y aun asirlo, con todos sus detalles. El silencio encierra únicamente sus últimos habitantes sonoros: palabras dichas en voz baja y que sin embargo suenan nítidamente por estar tan cerca del lago del silencio.

*Casi presente.* Circe Maia (1986, p. 18)

Indagar o passado recente não é tarefa simples, supõe reencontrar-se com um pretérito por momentos ainda presente, ainda contínuo. Precária perspectiva, repercussões no presente, situações não resolvidas. Tampouco é tarefa simples indagar um momento de tensão, de transformações e rupturas, mas também de várias e controvertidas continuidades. Conjugamos estas duas dificuldades para dar início à temática que abordaremos, situada na transição de um regime ditatorial para um democrático, ocorrida nas últimas décadas do século passado na República Oriental do Uruguai. Propomo-nos perguntar sobre o corpo e suas implicações com a política, tomando como via de análise diversas intervenções realizadas na cidade de Montevidéu, capital do país.

A situação montevideana do retorno à democracia se apresenta como um cenário propício para saber de formas que a política contemporânea tomou no Uruguai. Frente a uma sociedade que passou de fortemente implicada na vida política do país com as revoltas *sessentistas* e as lutas pelo retorno à democracia, a despoliticar-se com o fim da ditadura; e frente ao paradoxal movimento em que a política aparenta voltar à vida pública depois de doze anos de governo ditatorial, mas que caminha em direção a uma redução às formas de administração limitadas ao Estado, o cenário que se abre na década de 1980 torna-se terreno fértil para nossas indagações.

O estudo da cidade pode ser uma via para ingressar na temática. O funcionamento da política requer um espaço ao qual suas ações sejam referíveis, um espaço que se define politicamente na medida em que se estrutura como objeto de intervenção governamental. A cidade moderna será, assim, lugar da biopolítica, espaço no qual se põe em jogo a relação entre vida e política, relação na qual se organiza, conseqüentemente, uma

corporalidade urbana. Nessa organização vital, a intervenção sobre o espaço em que a vida acontece será alvo dos dispositivos de governo. O governo da cidade supõe, neste sentido, uma intervenção que alcança a presença do corpo no centro da política moderna.

Adentramos num momento de grandes disputas públicas, tempos de medos e expectativas, tempos em que a política parece voltar a ter um lugar na vida pública. Ou, pelo menos, as condições parecem mais favoráveis. Em 1985 assumem as primeiras autoridades da retomada da democracia, depois de o país ter transitado por quase doze anos de governo autoritário. O clima, mesmo sendo tenso, aparenta mostrar o retorno da palavra como forma de mediação, a restauração das instituições democráticas como forma de governo, as consultas populares como forma de participação cidadã em companhia de uma diminuição da violência física e da repressão ocorridas nos anos anteriores.

Montevideu, capital da República Oriental do Uruguai, pequena em relação às vizinhas capitais de América Latina, tanto em tamanho quanto em população, é, porém, o principal centro de desenvolvimento do país, cidade com a maior concentração de habitantes e o polo econômico, político e cultural do Uruguai. Cidade porto, fundada na primeira metade do século XVIII, manteve-se por mais de cem anos como único núcleo habitacional importante do país que continuou fortemente centralizado na capital até já muito depois de iniciada a segunda metade do século XX, quando começam a surgir, lentamente, políticas descentralizadoras e de desenvolvimento no “interior” do Uruguai.

Cidade que alberga desde o século passado aproximadamente um milhão e meio de habitantes, quase a metade da população nacional. Parcialmente administrada pela Intendencia Municipal de Montevideo (IMM)<sup>1</sup>, uma das dezenove em que se divide o país, a maioria das leis que organizam a capital provêm de políticas do governo nacional, deixando à gestão municipal limitada autonomia. Encarregada da limpeza, trânsito, saneamento e iluminação da cidade, a IMM mantém-se alheia, por exemplo, ao fornecimento de água e energia, feito por órgãos federais. Encarregada de alguns dos serviços de cultura e saúde, assim como de aspectos da política habitacional e alimentar, à IMM não corresponde a administração do sistema educativo nem dos hospitais. O governo dos Departamentos (forma em que se organiza administrativamente o Uruguai) tem jurisdição em áreas relativamente extensas se as comparamos com as formas de organização dos países vizinhos, podendo incluir várias cidades, povos ou zonas rurais. O Departamento de

---

<sup>1</sup> Os nomes das, instituições, organizações e grupos se manterão em espanhol.

Montevideu, o menor do país, inclui apenas uma cidade, a capital nacional, e zonas rurais circundantes.

Mais do que objeto específico de análise do presente trabalho, consideramos a cidade de Montevideu como a circunstância a partir da qual se pergunta pela relação corpo e política. Perguntamos pela organização da vida na cidade, principalmente no que se refere à gestão de espaços vinculados ao uso do tempo livre, a partir dos quais se pode aprofundar os delineamentos políticos que tomam o corpo como objeto.

O trabalho explora a forma na qual o corpo faz parte da política moderna e especificamente do governo da cidade, tomando como foco mudanças estabelecidas na capital uruguaia no momento pós-ditatorial de reconstrução democrática, entre 1985 e 1990. Situado num tempo de mudanças, a periodização da pesquisa se define valendo-se, às vezes mais e outras menos, de datas e acontecimentos que marcaram importantes mudanças no cenário político-social do Uruguai. Escolheu-se uma época de tensas mudanças, de grandes transformações nacionais, políticas, econômicas e sociais. Trata-se também de um momento de uma sociedade que não se manteve passiva frente às transformações que ofereciam a possibilidade de deixar para trás doze anos de regime ditatorial (1973-1985).

A saída da ditadura cívico-militar do Uruguai foi um processo complexo, produto tanto da situação nacional quanto da compartilhada com seus vizinhos. De forma similar à de alguns países vizinhos, também vítimas de ditaduras, o retorno à democracia uruguaia apresentou a peculiaridade de ser negociada entre os militares e alguns dos partidos políticos. Essa negociação colaborou com várias das características do governo posteriormente eleito com sua tentativa de “união nacional” e as poucas mudanças estruturais que vieram (CORBO, 2007). Foi uma restauração que proclamou, em seu governo, um retorno a um passado idealizado como melhor, recuperando os valores da convivência (democracia, liberdade, tolerância, pluralismo), afirmando um futuro de promessas. Promessas que tinham que lidar simultaneamente com os desequilíbrios econômicos, políticos e sociais generalizados que se agravavam no país e, especificamente, com o tema das violações dos direitos humanos (BUQUET, 2003), questão da qual o governo tentou se esquivar, sem jamais ter conseguido, de fato, apartá-la dos debates políticos.

As diferentes mudanças ocorridas na capital uruguaia ao longo da história do país têm permitido observar o compasso do desenvolvimento urbano às circunstâncias políticas, econômicas, sociais e culturais. O desenvolvimento moderno do Uruguai encontrou seu destino, em grande

parte, na configuração urbana, em especial na capital do país, que viu crescer sua população na medida em que se desenvolviam transporte, iluminação, arborização, saneamento, entre tantos aspectos, organizando espaços comuns e regulamentando a vida pública e privada dos modernos habitantes da cidade. Parques, praças e praias foram objeto de intervenções governamentais, experimentando um forte desenvolvimento no início do século XX. O fato de a costa montevideana do Rio da Prata se tornar um importante espaço de lazer, para além de sua utilidade característica desde a fundação da cidade em 1724 até as últimas décadas do século XIX, levou à completa urbanização do litoral fluvial. A avenida Beira-mar de Montevideu, lugar de passeio e com espaços para a realização de exercícios físicos, é um importante arquétipo desse novo olhar. A tendência de desenvolvimento em direção leste, na costa, foi progressiva, iniciando-se com casas de veraneio que posteriormente foram incorporadas ao traçado urbano, fenômeno que com características similares voltou a ocorrer nas últimas décadas com o Departamento de Canelones, limítrofe de Montevideu e atualmente a segunda maior aglomeração urbana do país, com pouco mais de cem mil habitantes.

Em relação aos espaços destinados ao lazer, o início do século XX foi, outra vez, decisivo para o desenvolvimento de parques urbanos e praças. Inaugurou-se as praças de esportes, espaços amplos com quadras, ginásios e em alguns casos também piscinas e vestiários, que apresentavam importante caráter higienista e eugênico, próprio do positivismo racionalista que marcou as mentalidades intelectuais daquele próspero início de século. As praças de esportes foram importante objeto de intervenção da maior parte das gestões da Comisión Nacional de Educación Física (CNEF), organismo do Poder Ejecutivo, criado em 1911 durante a segunda presidência de José Batlle y Ordóñez<sup>2</sup> com o objetivo de promover e organizar o desenvolvimento da “cultura física” do país, e cujas ações se foram reconfigurando ao longo do tempo, administrando as atividades de educação física, esporte e recreação em nível nacional.

Assim, Montevideu foi crescendo, em expansão e em população, assumindo cada vez mais um significativo perfil moderno. Cresceu em avenidas e em transporte, em construções e regulamentações, e uma sensibilidade moderna foi colocando a cidade em conexão com o desenvolvimento internacional do século. Sentimentos, condutas e valores foram emoldurando uma sensibilidade civilizada que

impuso la gravedad y el 'empaquetado' al cuerpo, el

---

<sup>2</sup> José Batlle y Ordóñez, político e jornalista, pertencente ao Partido Colorado e presidente do Uruguai em duas ocasiões: 1903–1907 e 1911–1915.



puritanismo a la sexualidad, el trabajo al 'excesivo' ocio antiguo, ocultó la muerte alejándola y embelleciéndola, se horrorizó ante el castigo de niños, delinquentes y clases trabajadoras y prefirió reprimir sus almas, a menudo inconsciente de nuevo método de dominación elegido (BARRÁN, 2004, p. 11)

O corpo, portanto, foi objeto de disciplinamento, de controle mas também de cuidado. A sexualidade foi organizada, ameaçada pelo castigo divino anunciado pela Igreja, associada à culpa e ao pecado. Complementarmente, à razão, ao amor e à autoridade apelavam pais e professores de escola, chamando pelo recato do corpo e pelo controle das paixões. Arrematando o processo, a polícia exercia o controle por meio da prisão e da vigilância, e os médicos se encarregaram de promover o terror em relação às doenças venéreas (BARRÁN, 2004). O lazer, mais do que eliminado, foi orientado. Daí a importância das praças e espaços para o esparecimento, que teriam como objetivo procurar a utilidade do tempo de descanso dos trabalhadores, tornando-o mais útil e proveitoso para o trabalho. A morte, tirada da indiferença bárbara que caracterizava a velha sensibilidade, foi negada e levada à intimidade do lar. Com as primeiras derrotas médicas frente à morte, assolados pelo medo dela e reduzindo as crenças aos parâmetros do racionalismo, os cidadãos modernos tenderam a dela esquivar-se, ocultando-a no espaço privado e embelezando-a cerimoniosamente. Por outro lado, a violência física também foi progressivamente diminuída. Castigos físicos em crianças e trabalhadores foram proibidos, contrapartida da repressão da alma à que apelaram escola, Igreja, família e polícia. Repressão da alma e respeito ao corpo foram marcas do controle social, no qual a culpa aparecia como estratégia mais duradoura (BARRÁN, 2004, p. 101).

A cidade andou em compasso com tal desenvolvimento moderno. A sensibilidade também foi urbanizada. A crescente diferenciação dos bairros levou à periferia urbana as barracas e os matadouros de gado, tirando, assim, o mau cheiro e as doenças que deles emanava. Os espaços verdes sem área construída foram pouco a pouco tomados pela urbanização, que foi alcançando uma forma mais homogênea, por exemplo, eliminando as fachadas coloridas do século XIX, substituídas por “fachadas uniformes –blancas primero y luego grises– que imponían los nuevos métodos de construcción y el gusto 'moderno'.” (BARRÁN, 2004, p. 18).

Fenômeno generalizado das cidades modernas, o desenvolvimento

urbano terá como correlato uma alteração subjetiva, já que os sentidos irão se aguçando ou enfraquecendo em função das novas formas que alcançam os tempos e espaços citadino. A Paris de Benjamin será a máxima expressão dessa modernização urbana, capital do capital. As modificações nos deslocamentos, o incremento das distâncias seguido de uma diminuição dos tempos, os novos sistemas de transporte, os ritmos que a cidade vai tomando, as invenções técnicas que levam à automatização dos gestos do moderno cidadão, a mudança de hábitos e exigências que supõe a vida urbana, trazem consigo um treinamento sensorial que anda em compasso com o desenvolvimento das grandes cidades modernas (BENJAMIN, 1989).

O centro da cidade de Montevidéu também foi objeto de modernização, ampliando-se progressivamente pela avenida principal, 18 de julio, eixo comercial e social da cidade durante grande parte do século XX. Ali, praças e passagens se alternavam com casas comerciais e prédios governamentais, conjugando espetáculos teatrais, exposições cinematográficas e festejos carnavalescos (geralmente reprimidos), com aqueles colocados atrás das vidraças, mercadorias a serem perscrutadas, admiradas e eventualmente consumidas pelo novo cidadão moderno. As ruas do centro, principalmente a avenida central, se tornarão progressivamente lugares de passagem, de trânsito, mas também para um passeio mercantil, que a nascente multidão moderna começará a usufruir. Da paisagem à passagem, os corpos se submergem nessa temporalidade urbana que privilegia o olhar, gradativamente educado e treinado para poder passar pela multidão e deixar-se levar, a seu próprio tempo, pelo encanto das mercadorias expostas nas vidraças.

A expressão exponencial desse espetáculo mercantil será, para Montevidéu, o surgimento dos *shopping centers*, forma que emerge na década dos oitenta do século XX, e que para além de seu significado como território do fetiche da mercadoria, faz ver uma nova forma de viver a cidade. Sinal da condição urbana, os *shopping centers* surgem como lugares de segurança, de atemporalidade e de garantia de satisfação dos requisitos necessários para o consumo. Praças de alimentação, banheiros, bancos, cinemas, espaços de recreação infantil e as mais variadas lojas e supermercados harmonizam-se no espaço para que nada perturbe o potencial consumidor. Nestes centros, o tempo não passa, suspende-se por trás das vitrines num clima que se mantém constante, dia e noite, alheio a frio e calor, gerando as condições ótimas que as ruas e avenidas deixam de garantir. Os *shoppings* são, neste sentido, sintomas de uma nova situação urbana, manifestação não só da veneração à mercadoria exposta nestes templos de consumo, mas também indício de uma nova realidade

das cidades.

Se as crônicas da primeira metade do século XX relatam um clima de prosperidade e progresso com um ar de modernismo que inunda a atmosfera da capital, os relatos da segunda metade são menos otimistas, destacando a deterioração urbana. Situações extremas, talvez, de prosperidade e de decadência da cidade de Montevidéu. Não alheias ao espírito moderno, as alusões destes últimos relatos criticam a imundície, as dificuldades de locomoção, tanto para veículos quanto para pedestres, a insegurança e falta de iluminação, assim como a degeneração dos espaços públicos, das construções e dos serviços urbanos.

Com a crise nacional generalizada enfrentada pelo Uruguai a partir da década de 1960, a estrutura da cidade retrocede em relação ao desenvolvimento urbano experimentado na primeira metade do século. A construção civil se paralisa, o espaço público começa a privatizar-se e os serviços municipais a se reduzem progressivamente, alcançando seu clímax no período ditatorial (1973-1985), quando se experimentou uma enorme deterioração da infraestrutura da cidade: degradação dos serviços de iluminação, limpeza e saneamento urbano; decadência dos espaços públicos (praças, parques, ruas, passeios, avenidas); grande crescimento de habitações precárias nas periferias, deterioração do transporte, com aumento significativo do tempo de deslocamento e elevação do custo para os usuários (PORTILLO, 1996).

É neste cenário em que se analisam os discursos que depois de doze anos de ditadura surgem com vistas a organizar a cidade e com ela o corpo, com elementos que se apresentam como inovadores mas que ao mesmo tempo supõem importantes continuidades. Centramo-nos, principalmente, naqueles discursos do governo que se dirigem aos espaços construídos para o esparecimento da população, territórios aos quais se pretende vincular uma corporalidade, em que se procura efeitos no corpo e na vida urbana.

Transitar pela configuração de um discurso político uruguaio que modula e organiza a multiplicidade, analisada neste caso no duplo do espaço público montevideano e do corpo, é motivo do presente trabalho, a partir de um cenário de reconfiguração nacional que se abre com o retorno à democracia em 1985. Trata-se, neste sentido, de adentrar às discursividades, percorrê-las; analisar, indagar e evidenciar pontos de encontro e desencontro, continuidades e rupturas, desenhando possíveis imbricações entre corpo e política.

A arqueologia será a forma de abordagem. Mais do que tratar os discursos na sua singularidade, espera-se compreender o conjunto enunciativo que permite adentrar aos sentidos desses discursos, ao

conjunto de condições que os habilitam a funcionar. Mais do que considerar a unidade dos discursos, espera-se analisar os jogos de relações dos enunciados, alcançando continuidades e rupturas discursivas, regularidades, dissonâncias e dispersões.

A análise procura elucidar a forma na qual certos discursos emitidos pela esfera de governo reorganizam um cenário nacional que tomou o corpo como um dos seus elementos de intervenção, considerado à luz da preocupação pela reorganização da cidade de Montevidéu. Valendo-nos de análises realizadas sobre os discursos políticos no Uruguai pós-ditadura (RICO, 2005; CAETANO, 2005; DEMASI, 2013), articulamos, na sequência, principalmente as produções discursivas da Comisión Nacional de Educación Física (CNEF), perscrutando as configurações internas dos seus discursos, assim como suas posições numa situação conjuntural mais ampla, colocando pontos de dispersão e de continuidade, visando a compreensão histórico-política de um fenômeno que os excede, mas que ao mesmo tempo os configura.

O trabalho da arqueologia supõe, na análise das formações discursivas, a delimitação de positivities, isto é, mostrar as regras a que respondem a conformação de objetos, enunciações, conceitos e teorias, não se desligando, portanto, do conjunto de condições a partir das quais os enunciados podem ser ditos. A positividade de um discurso não se ancora nos indivíduos, pois "hablar es hacer algo, algo distinto a expresar lo que se piensa, traducir lo que se sabe, distinto a poner en juego las estructuras de una lengua." (FOUCAULT, 1979, p. 351). É importante para nossa pesquisa considerar, principalmente pelas transformações políticas no período em análise, as regras que nos discursos se colocam em jogo, que não excluem a possibilidade de mudança, mas demarcam, como alerta Foucault, que

un cambio, en el orden del discurso, no supone unas 'ideas nuevas', un poco de invención y de creatividad, una mentalidad distinta, sino unas transformaciones en una práctica, eventualmente en las que la avecinan y en su articulación común. Yo no he negado, lejos de eso, la posibilidad de cambiar el discurso [diz Foucault]: le he retirado el derecho exclusivo e instantáneo a la soberanía del sujeto. (FOUCAULT, 1979, p. 351).

Investigar no registro desta mudança de regime não supõe, simplesmente, a análise da fala individual. Encontramo-nos frente a uma independência entre o objeto (discursivo) e o funcionamento dos

indivíduos, consideração que se circunscreve ao fato de o discurso político implicar, por si, um carácter ficcional presente justamente nessa estrutura de verdade chamada política (BADIOU, 2007).

A questão da cronologia merece uma menção à parte. O período selecionado (1985-1990), denominado por diversos historiadores (CAETANO, 2005; CAETANO; RILLA, 1987) como de “transição democrática”, começa com a posse das autoridades eleitas por eleição direta em 1984, com o Dr. Julio María Sanguinetti como Presidente da República, e abarca a totalidade de seu mandato, período de grande efervescência política e de forte reorganização nacional. Finaliza não só com a conclusão do governo de Sanguinetti e com a mudança de autoridades nos diferentes organismos estatais, tanto na IMM quanto na CNEF, mas também com a ratificação, mediante plebiscito, da Ley de Caducidad de la Pretensión Punitiva del Estado<sup>3</sup>, que marca o final da transição democrática, mas também a reconfiguração do campo político pós-ditadura (RICO, 2005). O corte abarca um momento de efervescência política e de reorganização nacional, período no qual emergem novos atores e discursos políticos antes silenciados e aplacados pelas características do modelo autoritário que começa a decrescer na década de 1980. Entre 1980 e 1985 o período é considerado como de “ditadura transicional” (CAETANO, 2005; CAETANO; RILLA, 1987), um espaço de abertura onde anuncia a mudança de regime. Neste período a ditadura se caracterizou por procurar o apoio da cidadania para a manutenção e reforço do regime, que começava a dar sintomas de quebrar-se frente à impossibilidade de satisfazer demandas sociais, junto a uma consequente, mas ainda débil, reativação dos partidos políticos. A esta etapa nos remeteremos sempre que for necessário, pois as datas não supõem fronteiras nem cortes reais no real, parafraseando a Bourdieu, Passeron e Chamboredon (1999). O objeto de pesquisa não é, nesta linha, produto de um corte que se estabelece com um conjunto de técnicas de pesquisa. O

---

<sup>3</sup> Lei Nº 15.848 aprovada em 1986 na qual se reconhece que “como consecuencia de la lógica de los hechos originados por el acuerdo celebrado entre partidos políticos y las Fuerzas Armadas en agosto de 1984 y a efecto de concluir la transición hacia la plena vigencia del orden constitucional, ha caducado el ejercicio de la pretensión punitiva del Estado respecto de los delitos cometidos hasta el 1º de marzo de 1985 por funcionarios militares y policiales, equiparados y asimilados por móviles políticos o en ocasión del cumplimiento de sus funciones y en ocasión de acciones ordenadas por los mandos que actuaron durante el período de facto” (URUGUAY, 1986c). A lei foi sometida a referendium em 1989, possibilitado pelo recolhimento de assinaturas, não atingindo o mínimo estabelecido para sua derrogação.

objeto supõe um ponto de vista que, sendo teórico, instaura tal corte. Não há, poderíamos dizer, *a priori*. Não há um conjunto de técnicas colocadas à disposição da tarefa de recorte do objeto, de seleção e análise de dados. Tampouco há, neste mesmo sentido, objetos colocados de antemão em relação aos discursos. Há, pelo contrário, produções de sentido e configurações de objetos cujo impossível deslinde com a teoria eliminaria toda possibilidade de um *a priori* empírico.

Não se espera, portanto, descrever fatos nem agrupar fenômenos de um período histórico que procurasse elucidar a coesão de uma época. Articular historicamente o passado não significa, tal como assinala Benjamin (2009, p. 136) “conocerlo 'tal como ocorreu'. Significa apoderarse de un recuerdo tal como fulgura en el instante de un peligro.” Não se trata de narrar os acontecimentos históricos. A radicalidade da crítica ao historicismo feita por Benjamin o indica. O que ele convoca é justamente o trabalho nesse espaço de perigo, aquele no qual tanto a história quanto o sujeito histórico perigam transforma-se em ferramentas das classes dominantes. É nesse instante que se ilumina um sinal de oportunidade para dissolver “la visión comfortable y perezosa de la historia como 'progreso' ininterrumpido” (LÖWY, 2012, p. 76), e operar na possibilidade de apresentar uma constelação crítica de um fragmento do passado – parafraseando Benjamin – de forma tal que contribua com uma crítica do presente.

A periodização não corresponde, então, a um *continuum* histórico disposto a ser recortado para a sua análise, mas pretende trabalhar nesse espaço de dispersão, reconstruindo o conjunto de discursos, estratégias e práticas políticas que funcionam em relação a esses fatos. Se consideramos a exigência da delimitação temporal, é por ter em conta que “cada periodização recorta na história um certo nível de acontecimentos e, simultaneamente, cada estrato de acontecimentos exige sua própria periodização” (GREGOLIN, 2007, p. 170). Não se trata de estabelecer uma origem, um ponto de início discursivo, mas de “compreender a irrupção dos acontecimentos discursivos, investigando as condições (histórico-sociais) que possibilitaram o seu aparecimento. [...] Por isso, é preciso afastar as categorias tranquilizadoras – que dão uma aparente unidade e continuidade.” (GREGOLIN, 2007, p. 92-93).

Selecionamos fontes para construir eixos a partir dos quais fosse possível traçar possíveis linhas de dispersão e conjunção. A Comisión Nacional de Educación Física, vista como organismo importante na organização da corporalidade na cidade, elaborou um conjunto de documentos no período histórico que nos convoca, nos quais se evidenciam suas tentativas de intervenção na configuração urbana. São

relevantes as publicações realizadas por este organismo, encarregado da gestão, administração e promoção das diversas modalidades de atividade física no país. Logo após o fim do primeiro período pós-ditatorial (1985-1990), sob a direção do Dr. Julio Cesar Maglione, a CNEF elaborou uma revista que procurava divulgar os resultados atingidos no período, dentre os quais se destacavam as diversas modificações em infraestrutura urbana em prol do fomento esportivo, assim como os programas de ação realizados nesses anos (CNEF, 1990). A revista não é novidade para a Comisión. Tem como precursora uma outra, publicada em 1976, durante a ditadura, que com um caráter fortemente moralista também sintetizava as ações desenvolvidas pelo órgão, e ainda mais uma série de revistas de caráter mais acadêmico, publicadas entre 1980 e 1988, com artigos que versam sobre temas como Fisiologia, Psicomotricidade, Psicologia, Sociologia do Esporte, dentre outros.

Outra importante fonte foram os quatro Programas Curriculares (CNEF, 1988a, 1988b, 1988c, 1993) elaborados pela CNEF a partir do *Seminario sobre Diseño Curricular y Programación en Educación Física* realizado entre janeiro e abril de 1986. Os Programas Curriculares foram distribuídos e implementados a partir de 1989, sob o lema de um “Nuevo Modelo de Educación Física” (CNEF, 1990, p. 42). Foram quatro: *Programa de Educación Deportiva*, *Programa de Educación Física nivel escolar*, *Programa de Educación Física nivel medio*, *Programa de Recreación*. Cada um deles conta com uma justificativa sobre a importância do desenvolvimento da sua área de abrangência, breves notas conceituais sobre os temas que abordam (esporte, Educação Física e recreação), propondo prescrevendo aulas partindo das etapas de desenvolvimento do público alvo, apresentando considerações gerais de cada uma e estabelecendo conteúdos, sugestões de atividades e recomendações para cada faixa etária. Os quatro programas começam com uma introdução na qual se salienta as iniciativas da Comisión em investir na educação não formal, isto é, realizar um conjunto de intervenções principalmente fora das instituições educativas, encontrando nos espaços públicos da cidade (ruas, praças, parques, praias, núcleos habitacionais etc.) o lugar privilegiado para levar a toda a população as propostas do órgão.

Outros documentos institucionais de diferentes organismos estatais (*Administración Nacional de Educación Pública*, *Intendencia Municipal de Montevideo* e Diários de sessões das *Cameras Parlamentarias*) também foram utilizados, articulando e facilitando a compreensão do momento de tensão que o país vivia.

Os pré-requisitos para o estudo desta temática, no caso do Uruguai,

se remetem a estudos sobre períodos anteriores e posteriores à situação que aqui se problematiza. Escassas são as investigações na área da Educação Física do país, cuja tradição acadêmica se vê afetada pela herança institucional e as urgências profissionais do campo. A vinculação da Educação Física com a tradição acadêmica, a formação de pesquisadores e o desenvolvimento teórico-conceitual do campo no Uruguai é ainda incipiente. O ano de 2006 marca uma ruptura com a tradição profissionalizante em direção ao âmbito universitário, processo ainda não de todo completo, carecendo de mudanças na cultura institucional. Porém, existem diversas iniciativas que apontam para o desenvolvimento universitário da Educação Física (formação de jovens pesquisadores, relevância institucional dada à pesquisa, projeções de reformas curriculares e projetos de criação de pós-graduação, por exemplo), delas se espera que levem a um incremento acadêmico da área. Neste processo, são dignas de destaque as pesquisas produzidas pelo *Grupo Políticas Educativas y Políticas de Investigación en Educación Física* (GPEPI)<sup>4</sup>, no qual a abordagem a partir de uma perspectiva crítica da biopolítica e de diálogos com a Psicanálise, nas suas produções mais recentes, têm problematizado a produção do corpo como efeito discursivo. Para a temática abordada neste trabalho é pertinente mencionar as pesquisas vinculadas à educação do corpo no período ditatorial, nas quais se analisam documentos da Comisión Nacional de Educación Física da época, assim como entrevistas a atores vinculados à área, para delinear a forma na qual o governo de exceção configurou a Educação Física sob parâmetros militaristas (RODRÍGUEZ GIMÉNEZ, 2003, 2005, 2009). Dentre as produções deste Grupo encontramos também como relevantes para nosso tema de pesquisa as indagações sobre a configuração da Educação Física como campo de saberes na passagem do século XIX para o XX, centrando a discussão na configuração de um “saber do corpo” na tradição de formação docente e na tradição

---

<sup>4</sup> O GPEPI surge da reunião das linhas de pesquisa Corpo e Pedagogia (coordenada por Raumar Rodríguez Giménez) e Tempo livre e Ócio (coordenada por Karen Kühlsen Beca) do *Instituto Superior de Educación Física* da *Universidad de la República* (UdelaR) do Uruguai. O grupo investiga políticas do corpo na educação, contribuindo para a compreensão do desenvolvimento da educação física como campo de saberes específico, a partir da análise da articulação entre políticas educativas e políticas de investigação na área. Assim mesmo se propõe indagar a *episteme* particular em relação à qual se configura a educação e ensino do corpo nas tradições dominantes da educação física. O grupo funciona de forma consolidada desde 2004, mas com antecedentes desde 1990. Blog do GPEPI: <http://gpepi.blogspot.com/>



universitária no país (RODRÍGUEZ GIMÉNEZ, 2012). Nesta mesma linha se destaca o trabalho de Dogliotti (2012a), no qual se analisa as discursividades na formação de docentes de Educação Física no Uruguai entre 1874 e 1948, com uma perspectiva principalmente foucaultiana, articulada com análises curriculares tendo também como referência a análise do discurso francês. Por outro lado, também são de destacar os estudos sobre as intervenções em Educação Física e tempo livre durante as primeiras décadas do século XX (CORRAL, KÜHLSSEN, 2011; RUGGIANO, 2011) e, finalmente, os estudos sobre os efeitos discursivos da obrigatoriedade da Educação Física escolar no país na primeira década do século XXI (TORRÓN; RODRÍGUEZ; RUEGGER, 2009), também no marco do GPEPI, que serviram para delinear certas particularidades da institucionalização da educação do corpo, importantes para a compreensão do período de reconstrução da democracia.

Em relação aos trabalhos de referência de pesquisa que dizem respeito à configuração do urbano na cidade de Montevideu, destacam-se os de característica histórica, como as elaborações de Baracchini e Altezor (2010), de Bresciano e Comesaña (2013) e de Castellanos (1971), e os de perspectiva sociológica, como, por exemplo, as pesquisas sobre a distribuição da população no desenho urbano, para os quais se destaca o Grupo de Estudios Urbanos y Generacionales (GEUG)<sup>5</sup>, cujos trabalhos analisam principalmente vivências e formas de apropriação atual da cidade a partir da perspectiva dos seus habitantes.

Em suma, este trabalho tem por objetivo principal investigar a articulação do corpo com a política moderna. Para tanto, espera-se elucidar possíveis configurações do corpo no discurso de governo da reconstrução democrática do Uruguai, a partir do fim do regime ditatorial, em 1985, tomando como ponto principal das análises as intervenções ocorridas na cidade de Montevideu entre 1985 e 1990. Procuramos estabelecer relações entre os modos de pensar e organizar o espaço público e a configuração discursiva do corpo em termos políticos. Ao investigar estas relações não se deixará de lado o estudo das continuidades

---

<sup>5</sup> Grupo fundado em 2000 e coordenado pela Dra. Verónica Filardo, que pertence ao Departamento de Sociologia da *Faculdade de Ciencias Sociales* (UdelaR). As indagações sociológicas do grupo se organizam em duas grandes temáticas: por um lado a cidade desde a perspectiva do habitante (como visão alternativa à administrativa), indagando sobre percepções, representações e vivências do urbano; por outro lado se analisam as faixas etárias (juventude, infância, velhice) temática dentre as quais se salienta a indagação em culturas juvenis. Página Web do grupo: <http://www.geug.edu.uy/>

e rupturas discursivas, das homogeneidades e disparidades do discurso, tanto entre os diferentes atores quanto em relação ao período ditatorial precedente.

O trabalho se organiza em três capítulos finalizando com um último tópico na forma de uma síntese e considerações finais. Iniciamos, no primeiro capítulo, com um comentário sobre a importância da cidade na política moderna, partindo do fato de que toda organização do urbano traz consigo uma correspondente produção do corpo em um espaço e em um tempo determinados. Corpo e cidade são considerados na sua interface com a política, circunscritos à esfera estatal mas não reduzidos a ela. As decisões governamentais organizam os espaços, planejam, desenham e regulamentam, induzindo limites e possibilidades que cingem os sujeitos nas formas de viver na cidade. Que não se entenda que se trata de determinismos, mas de roteiros abertos ao acontecimento, às eventualidades que se oferecem ao político. A modernidade inaugura uma nova forma, a forma mercadoria, que organizará a vida, a urbana tanto quanto a corporal. A cidade toma a forma de mercadoria, seja pela via mais evidente, a criação de espaços para sua exposição e espetáculo, ou ainda no fato de organizar a vida humana sob seus parâmetros, organização que se traduz na forma de planejar tempos e espaços de vida.

Desde as disposições para a edificação de prédios e ruas, até a construção de espaços diretamente vinculados ao lazer da população, a cidade traduz a mercantilização da vida moderna, o fato de ser regida pelos parâmetros da veneração ao capital. O corpo também é vítima de tal veneração, é preciso organizá-lo para obter dele o máximo de rendimento com o mínimo de gasto. A mercantilização da vida excede a cidade, mas nela se evidencia uma forma particular dos homens se organizarem no culto à produção, no qual o fetiche da mercadoria se torna paródia de si mesmo. Trabalho e repouso, lazer e consumo vão organizando a cidade, suas disposições e ritmos, levando ao planejamento dos espaços públicos um enorme investimento do governo da cidade.

O primeiro capítulo finaliza com um olhar sobre alguns aspectos de Montevideú que permitem sinalizar sua configuração como cidade moderna. Desde a sua fundação, em 1742, até a atualidade, a cidade vem se modificando, crescendo em tamanho, população e organização. Os investimentos urbanos vão guiando o rumo de tal crescimento, mas a crise nacional da década de 1960 começa a debilitar o caráter moderno que até então apresentava a capital. A ditadura impacta fortemente o desenvolvimento dos espaços públicos, que serão desregulamentados, privatizados e vítimas da mercantilização da vida cidadina. Territórios que adquirirão um caráter representativo do regime, privilegiando espaços

amplos, vazios e com simbolismos nacionalistas que se traduzirão em nomeações e organizações particulares: Praça do Exército, Praça da Bandeira, Praça da Aviação, são alguns exemplos. Espaços públicos que induzirão a população à circulação, acentuando o declínio do passeio como atividade urbana, progressivamente reduzida a espaços especificamente destinados a tais fins. Algumas das intervenções no retorno à democracia tentarão recuperar espaços urbanos, sem por isso abrir mão dos seus interesses políticos.

Entramos assim no segundo capítulo perguntando pelo encurtamento das distâncias que antes separavam vida pública e vida privada, a partir do surgimento dos Estados-nação e sua conseqüente configuração social, cujos efeitos se acentuam numa atenuação generalizada da política, reduzida à administração e à gestão, assim como na exportação dos parâmetros da satisfação das necessidades básicas aos princípios de regulação estatal. A cidade vai organizar-se em compasso com este fenômeno, trazendo a indistinção entre o público e o privado aos espaços urbanos. Espaço público e espaço privado, lar e urbe, alcançarão uma distinção que passará principalmente por uma questão de grau, dos tamanhos dos lugares e das populações dispostas a serem organizadas em um âmbito e outro. Daí que a vida que se organiza em um lugar e outro apresentem semelhanças, levando à vida pública a organizar-se com parâmetros que antigamente regiam o privado. O corporal, como se verá, terá um importante lugar. Não reduzido à esfera privada, será objeto de intervenção política, analisada neste caso pela via dos espaços urbanos.

Introduzimos neste capítulo a forma na qual o espaço urbano moderno se configura com funcionalidade de preservação biológica, que no caso de Montevideu teve como grande evidência as propostas de desenvolvimento da Educação Física, esporte e recreação, por parte da Comisión Nacional de Educación Física. A aposta realizada pelo Organismo, com o retorno à democracia em 1985, será nas praças de esportes como importantes lugares de intervenção. Retomando o velho projeto de começo do século XX, momento no qual foram criados esses espaços para o desenvolvimento de atividades físicas para a população, a democracia (mas também a ditadura) nelas apostou, não apenas com uma intencionalidade sanitaria, mas também apelando à função de coesão social a partir dos efeitos positivos que as atividades físicas teriam para o futuro da sociedade.

Observando a administração do urbano para o desenvolvimento das atividades físicas da população, observamos a incursão do salário na organização da vida do trabalhador, no ponto em que determina as possibilidades de contar com tempo livre do trabalho. Distinguindo entre

o tempo destinado à recuperação da força de trabalho e o tempo que para além dele pode ser utilizado para o ócio, se distinguem também as formas que adotam os diferentes setores da sociedade e as atividades e espaços que para cada um deles se colocam. Praças de esportes, praias, clubes esportivos ou *shopping centers* terão um caráter diferenciado para uns e outros. A Comisión Nacional de Educación Física, segundo anuncia, privilegiará as intervenções sobre os setores menos favorecidos, permitindo o acesso à atividade física, que tomará a função de recuperação da força de trabalho. A CNEF organiza desta forma o tempo livre como tempo demarcado pela biologia, continuidade das atividades laborais sob uma variação nas formas, mas não nos objetivos de produção. Indagamos neste sentido o formato adotado pela ação política, que introduz no planejamento a possibilidade do que afetaria o desenvolvimento produtivo. O tempo livre, tempo que procura ser diferenciado das horas de trabalho em prol da eficácia de ambos, também tem sua relevância nas projeções que organizam a vida urbana, destinando espaços e atividades para seu correto desenvolvimento, pois sua utilidade se mantém apesar de não se desenvolver nas horas de trabalho, mas sim naquelas em que são pagas como necessárias para a recuperação do trabalhador.

Assim a intervenção faz uma duplo movimento, de administração e de eliminação. Em relação ao tempo, esse movimento se realiza distinguindo os momentos de tempo livre e de trabalho, eliminando os aspectos contrários a um e outro para que cada qual se desenvolva de ótima forma conforme os interesses produtivos. Em relação ao espaço, a administração de lugares se combina com a eliminação de outros, e a proibição e limitação de atividades com a promoção daquelas direcionadas ao cumprimento dos objetivos de governo propostos. Mas a administração e eliminação também tomam um caráter mais abrangente. Administrar o novo tempo democrático implica também em distanciar-se do passado recente, eliminar as lembranças de um velho tempo que se interpõe na construção de um novo Uruguai democrático. Não sem disputas, o discurso governamental da reconstrução democrática fará a escolha de enterrar o passado nos cimentos da cidade, escondido nos seus prédios, suas construções, seus espaços, e no sentir da população, parte da qual reivindicará seu desvelamento.

O terceiro capítulo se dedica à análise dos espaços reinstitucionalizados para o desenvolvimento de atividades de educação física, esporte e recreação. Indagamos neste sentido a aposta feita pela CNEF à educação física não formal, e a forma na qual organizou espaços e atividades. Com um evidente caráter sanitarista, as praças de esportes

serão reativadas no retorno à democracia, a partir de propostas que atendessem a duas particularidades. Por um lado os espaços para o exercício físico da população se apresentarão como democráticos e democratizantes, isto é, colocando o esporte principalmente como atividade que transcenderia as posições políticas e ideológicas que anteriormente dividiam a sociedade, e apresentando-o como uma prática unificadora e de coesão social. Assim mesmo, se apontará a maior participação possível, pela via da prestação de serviços à sociedade, com um discurso integrador que avalia-se a si mesmo como democrático ao promover seus espaços e atividades como acessíveis à toda a população. A unificação da sociedade se tornará palavra de ordem nos discursos governamentais de reconstrução democrática, em consonância com as tentativas de governo de uma “mudança em paz” e de “pacificação”, discursos que contribuíram fortemente com a despolitização da sociedade nas décadas subsequentes à ditadura.

Por outro lado, a promoção da participação será feita pela via do convencimento, e a consciência será a chave para o fomento das propostas, organizando os espaços para a realização de atividades físicas conforme tais pretensões. Deixando de lado a obrigatoriedade à qual se submetiam algumas das práticas durante a ditadura, a CNEF agora promovia o fomento de suas atividades recorrendo ao convite, ao convencimento, e à participação voluntária. Aposta, assim, no próprio autocontrole dos indivíduos, na criação de consciência como opção para estimular a participação. Correspondente a esta situação e à mudança do regime, as atividades oferecidas na passagem à democracia experimentaram importantes mudanças, deixando de lado a meticulosidade dos exercícios, o excessivo disciplinamento que exigiam tanto as aulas quanto os espetáculos ginásticos realizados pela CNEF, e desativando as variadas competições esportivas que na ditadura pretendiam exaltar ideais de juventude, moralidade e desempenho esportivo, como sinônimo do bom cidadão. A democracia muda as intervenções para propostas com um forte caráter recreativo, pretendendo a integração de todos os cidadãos, para além das suas deferências físicas, psicológicas ou sociais, e principalmente por cima daquelas político-ideológicas.

Finaliza assim um trabalho que, nunca de forma definitiva, procurou perguntar pela forma com a qual o corpo se articula com a política. Esta não se reduz às formas estatais, mas a partir delas as pistas se evidenciam. A cidade de Montevideu forma parte desta narrativa, mostrando e guiando a forma em que o político e o corpo se conjugam numa vital e moderna articulação.



## 2. CORPO E CIDADE: CONSIDERAÇÕES SOBRE O URBANO NA POLÍTICA MODERNA

As considerações sobre a relação entre as políticas do corpo e a dimensão espacial, objeto de análise deste trabalho, podem partir de uma premissa colocada por Carl Schmitt e retomada por Cavaletti (2010). Funcionando como argumento de nossas discussões, tomamos o seguinte ponto de partida: “No existen ideas políticas sin un espacio al cual sean referibles, ni espacios o principios espaciales a los que no correspondan ideas políticas” (SCHMITT, 1941, apud CVALETTI, 2010, p. 250). Se estendermos e generalizarmos a fórmula de Schmitt, podemos supor que não há, por um lado, espaços neutros, e não há, por outro, políticas que em última instância não remetam a uma circunscrição espacial; e entre um e outro, a linguagem, o carácter discursivo a partir do qual, poderíamos dizer, o espaço devém espaço. Uma relação se estabelece entre o político e o devir “espaço”, ou por outras palavras, o político e o espaço se realizam no seu ponto de encontro. As ressonâncias sobre o corpo também podem ser observadas como inevitáveis, pois a modernidade não nos tem permitido que renunciemos à ideia de uma arquitetura do espaço que não considere, na sua organização, uma arquitetura do corpo. Sendo o corpo a expressão da natureza dominada, dimensão por excelência da formação da subjetividade (HORKHEIMER; ADORNO, 1985), a cidade é expressão do domínio do espaço, ou, em todo caso, da constituição mesma do espaço, no qual se exige o domínio do corpo cidadão. O espaço urbano implica, portanto, certa organização da corporalidade; o governo de um se impõe frente ao governo do outro. A convergência entre corpo e cidade convida a pensar em formas nas quais um e outro se correlacionam na política moderna.

### 2.1 O DESENHO DO ESPAÇO, O DESENHO DO CORPO

O espaço delimita formas dos corpos se encontrarem. Define atitudes e ações, proíbe e obriga, habilita e classifica. As possibilidades de se movimentar, de se relacionar, de estar no espaço, encontram balizas a partir do conjunto de regulações que de forma mais ou menos explícita se apresentam nas delimitações espaciais. As cidades modernas têm oferecido suficientes evidências de que a organização territorial não se estabelece ao acaso. Desenhos, planejamentos e projeções permitem obter os maiores benefícios em termos espaciais e temporais. Porém, sempre existe uma dose de casualidade, de espontaneidade ou de não regulamentação com a qual as coisas vão se definindo no devir do tempo

e do espaço.

Os espaços públicos constituem-se como lugares onde a cidadania circula, permanece e se relaciona. Estes lugares definem formas de se comportar, proíbem e habilitam determinadas ações e estabelecem sanções para quem se encontra à margem da lei. O espaço impõe certas coações ao corpo que se vão permeando na sua espessura, no cotidiano corporal. Ruas, galerias, praças, praias, parques, prédios, permitem e induzem determinados comportamentos para quem se encontra neles.

Há uma lei anônima que guia o rumo dos caminhantes, uma lei escrita nos muros da cidade, dizia Michel de Certeau (2000) em suas reflexões sobre os “andares da cidade”. Estar na cidade, ser parte dela, é deixar-se guiar por esses sinais que nem sempre anunciando-se explicitamente, induzem os movimentos urbanos dos habitantes. A cidade implica a definição de uma ordem espacial, e toda ordem espacial organiza um conjunto de possibilidades e de proibições (DE CERTEAU, 2000, p. 110). Códigos, arquiteturas, dinâmicas e regulamentações organizam os espaços, permitem, proíbem e determinam formas de estar na cidade, de integrar-se nela, de acoplar-se ao seu ritmo. Por isso a estranheza do turista na cidade desconhecida, a fadiga de circular numa cidade cujas dinâmicas não se conhecem, a sensação de não pertencer. Por isso também a construção de espaços universais, nos quais mesmo sendo turista a sensação é de reconhecimento. *Shopping centers* e galerias comerciais, correlatos da modernidade no urbano, funcionam neste sentido. Acolhem ao estranho e o fazem sentir no seu próprio espaço (SARLO, 1998). Por isso, finalmente, a fascinação que gera ver a cidade de cima ou de longe, tal como anunciaram De Certeau (2000) ao subir ao *World Trade Center*, ou Walter Benjamin (1989) invocando a “O homem da multidão”, de Edgar Allan Poe, personagem que depois de uma larga doença olhará a cidade com estranheza, sem poder sair da fascinação em que se submerge mirando a multidão desde um ponto de vista exterior. Pois da distância, temporal ou espacial, é possível sair (precarosamente) da indução à que é levado o cidadão na vida urbana. Como diz De Certeau (2000, p. 104), “Su elevación lo transforma en mirón. Lo pone a distancia. Transforma en un texto que se tiene delante de sí, bajo los ojos, el mundo que hechizaba y del cual quedaba 'poseído’”. Na distância estará o olhar ficará possuído pela grande massa que lá longe se mobiliza, quase magicamente. Umás e outras experiências permitem olhar a cidade de fora, tomar distância da inércia à qual os habitantes urbanos encontram-se submetidos, introduzidos em ritmo específico, variações e constâncias.

Olhar a cidade de um ponto de vista não familiar é fazer um contraponto à cadência urbana. Mas quem mira é, também, parte de uma



cidade, caminhante também olhado, também induzido pelas “leis anônimas” que orientam seu andar urbano, acionado por um motor imaterial é guiado pelas ruas, atravessando praças, parques, *shoppings* ou galerias.

Cidade da mercadoria, dirá Sarlo (1998), numa indireta referência a Benjamin, cidade que se organiza sob parâmetros do consumo. O capitalismo, espectro do mundo, tem tomado a cidade, organizado e constituído a urbe moderna, que se tem tornado cenário do espetáculo da mercadoria em sua máxima expressão. Trabalho e repouso, lazer e consumo, organizam os ritmos da cidade, seus âmbitos, setores e funções, convertendo-a, como diz De Certeau (2000, p. 107), na “maquinaria y el héroe de la modernidad”.

Porém, a maquinaria não atua sem uma imagem. O desenho dos espaços urbanos se configura como uma antecipação à organização da vida na cidade (aliás nem sempre um anteceda ao outro). Otimizar espaços em seu controle e funcionalidade será parte dos elementos a serem considerados no planejamento urbano. Mas o planejamento é sempre, em algum ponto, o deslocamento das decisões fora dos homens. O que governa neste sentido é a organização, prevista de antemão; o que governa, diria Milner (2012), são as coisas. Não já os homens, senão o que entre planejamento e avaliação fica irreduzível; o que entre o que se desenha e o que se avalia estabelece regulações. Assim o “governo da cidade” não só dirá que os homens, políticos, exercem sobre ela o domínio. O transpassamento no qual a democracia moderna entrega o governo não é aos homens, mas às coisas (MILNER, 2012, p. 23), o que nos permite dizer que o “governo da cidade” supõe que na cidade não há só o sujeito a ser governado, mas ao mesmo tempo objeto governante.

Uma ambiguidade se estabelece na expressão “governo da cidade”. No primeiro sentido, talvez naquele geralmente utilizado, pudéssemos dizer que se trata do governo dos homens sobre os fatores urbanos que fazem o viver cotidiano da população. Falamos então de um governo da cidade quando, sob diferentes modelos, as projeções se dão no sentido dos homens ao urbano, isto é, num governo *sobre* a cidade. Mas a expressão “governo da cidade” também pode ser utilizada para se referir à forma na qual a cidade produz, habilita ou permite determinadas formas de viver, isto é, estabelece uma linearidade, já não dos homens ao urbano, mas do urbano aos homens. Assim, junto ao deslocamento do governo para as coisas, o que se instala é, podemos dizer, o governo *da* cidade, isto é, a cidade, como coisa ou tradutora das coisas, governa. Pois se o governo é deslocado às coisas, e para o caso da cidade talvez um dos melhores exemplos possa ser encontrado no surgimento de disciplinas tais como o

urbanismo, a estatística, a demografia, ou, nesse mesmo sentido, a avaliação, o lugar do sujeito é deslocado pelo poder do dado, da informação que traz a bandeira do cientificismo anunciando a solução dos problemas. A ideia faz referência a Milner (2012), quando ele denuncia o declive da política no momento em que os homens se deixam governar pelas coisas. As coisas “deciden en lugar de los hombres”, diz Milner (2012, p. 20), e nesse ato o governo se exime de toda política. A promessa da avaliação debilita os indivíduos e aumenta, de forma correspondente, a potência das coisas. A única voz que se escuta é aquela que traduz a ordem das coisas. A avaliação, tomada como expressão do cálculo que tanto a estatística quanto a demografia também podem fazer, funciona como justificativa das coisas. O dado resultante da avaliação se impõe aos homens porque supõe o funcionamento do verdadeiro, a soberania do número, da quantificação, da estandardização, tudo o que só exige dos homens uma correta interpretação. Implica, pois, e não pode funcionar de outra forma, uma tradução para os parâmetros do calculável, no qual a ciência parece se esboçar, mas sem conseguir se introduzir definitivamente para dar um caráter científico ao procedimento avaliativo. “Não é porque há cálculo que há ciência” afirma neste mesmo sentido Miller (apud MILNER; MILLER, 2006, p. 16). A avaliação é uma técnica capaz de colocar a todos os indivíduos nas mesmas condições e a partir daí fazê-los funcionar segundo a lei do mais forte. Mas ao mesmo tempo é a técnica capaz de fazer dissolver as singularidades a partir da instauração de uma matriz sob a qual se colocam todos e cada um dos indivíduos (MILNER; MILLER, 2006). Dessa forma, não há política, mas governo, governo das diferenças e controle da multiplicidade. A política declina frente à perda da distinção, pagamento que os indivíduos realizam ao serem avaliados. Podemos considerar a fórmula *in extenso* e supor que a avaliação, como paradigma de governo, não tem se reduzido ao exame planejado, mas se expõe nas diversas formas de exercício de poder. Se na avaliação se trata da comparação de um resultado esperado frente a um resultado real, entre o prometido e o realizado, entre a expectativa e o atingido, então podemos considerar que as disciplinas também têm-se posto a funcionar nos parâmetros por ela considerados. No ordenamento da multiplicidade, de indivíduos ou de conhecimentos, se institui uma tendência ao estabelecimento de parâmetros a partir dos quais se procura encurtar as distâncias que separam resultados esperados e atingidos. O governo, seja dos indivíduos ou da cidade, ou ainda dos conhecimentos, espera diluir a contingência pela via da reificação, via da comensurabilidade que, frente à operação avaliativa, coisifica. Assim, o governo das coisas poderá encontrar a sua máxima expressão, e a

operação dos homens, governantes (políticos?), não será mais da que expressar em linguagem humana a precedência das coisas.

## 2.2 DA CIDADE AO CORPO: BIOPOLÍTICA DO COTIDIANO URBANO

A organização da cidade não depende do mero acaso. Na modernidade, o poder que se exerce sobre a vida da população não desconsiderará o espaço sobre o qual esta circula, o espaço no qual o homem vive, trabalha e fala, parafraseando a Foucault (2008). Principalmente no que concerne ao espaço público, mas sem desconsiderar o âmbito privado, a ação governamental entra na dinâmica do planejamento, ferramenta chave nos dispositivos modernos, permitindo antecipar e, portanto, incrementar os resultados em termos de eficiência. Segundo sugere Foucault (2006b), a cidade adquire diferentes lógicas conforme as mudanças que ocorrem nas dinâmicas do poder. Com os dispositivos modernos de controle da população se instaurará uma organização espacial na qual será possível efetivar a relação entre os efeitos negativos (que tenderão a ser diminuídos) e os positivos (propensos à sua maximização). A lógica de planejamento espacial própria dos dispositivos de segurança (FOUCAULT, 2006b) fará com que a cidade não se constitua como um espaço fechado e delimitado, mas principalmente como um espaço de circulação, procurando otimizá-lo. O trabalho nesta dinâmica é, como indica Foucault (2006b), de “probabilidades”. O que aparentemente foge do planejamento está no planejamento mesmo. Prevê-se sua fuga, e se a introduz de forma tal que até a incerteza tenha lugar nas projeções.

No que diz respeito à cidade de Montevidéu, a organização urbana começará desde a sua fundação, salientando-se o caráter defensivo próprio das cidades erigidas pelo Império Espanhol na América. Fundada em 1724 com o nome de *San Felipe y Santiago de Montevideo*, passou, até o século XX, de uma cidade organizada a partir das estratégias militares em defesa contra o Império Português à lógica urbanística própria da independência. Delineados em 1724 seus primeiros trinta e dois quarteirões, foi por mais de cento e cinquenta anos uma cidade amuralhada. A origem da organização da cidade pode ser encontrada nas *Leis de Índias para a fundação de cidades* promulgadas pela monarquia hispânica. Estas Leis dispunham a forma na qual as cidades fundadas pela coroa espanhola deviam se erigir, rescreviam normas sobre a orientação das ruas, a localização das igrejas e praças, o sistema de defesa, assim como também questões vinculadas à organização da religião, das

riquezas, do governo e da moral pública, dentre outras (BARACCHINI; ALTEZOR, 2010). A análise das Leis, que foram promulgadas em 1680, permite ver a relevância de dois fatores influentes no planejamento das fundações: a salubridade e a estratégia militar (BARACCHINI; ALTEZOR, 2010). A partir desta dupla preocupação erigiram-se em Montevideu o sítio fundacional, a praça principal (Praça Matriz), a Igreja Matriz e outros prédios públicos, e desenharam-se as ruas e o sistema defensivo, dentre outras construções urbanas. Configurou-se com essas edificações o que na atualidade se conhece com o nome de “*Ciudad Vieja*”, que progressivamente foi sendo ampliada conforme o crescimento da população montevidéana, adquirindo já há algum tempo um matiz claramente turístico.

Este crescimento da população urbana, com a correspondente extensão dos limites da cidade, se realiza segundo parâmetros previstos pela lógica governamental, e o desenvolvimento se vai sucedendo de forma tal que a população possa viver sem grandes imprevistos no seu cotidiano. Trata-se, conforme indica de Certeau (2000, p. 106), da transformação do “fato urbano” em “conceito de cidade”, isto é, a ideia de possibilidade de planejamento do fenômeno da acumulação urbana, à qual se lhe impõe uma racionalidade urbanística. Esta preocupação pela organização urbana, fator comum às cidades modernas e à qual Montevideu não escapou, terá objetivos que confluirão em termos econômicos. A lógica da circulação (circulação de mercadorias, de pessoas, de doenças, de delitos, etc.) imperou nos planejamentos da capital uruguaia, tendo como grande eixo das decisões políticas a questão da higiene (do indivíduo e da população no seu conjunto). Procurava-se assim produzir um espaço útil e eficaz, eliminando-se as interferências que nele pudessem se encontrar, para fazer do sujeito um cidadão apto às condições urbanas.

As modificações na cidade de Montevideu desde sua fundação permitem ver o rápido processo de modernização da capital. Os espaços foram desenhados para deles obter a maior eficiência possível, procurando incrementar positivamente ao longo do tempo a equação gasto/investimento/lucro a partir dos postulados econômicos que imperarão na ação governamental moderna. O planejamento da cidade de Montevideu teve como eixo, nos primeiros momentos da sua fundação, a ideia de complexo territorial econômico que, inclusive com a posterior expansão para o que foi nomeado de *Ciudad Nueva*, manteve a centralidade do unitário. Foi em 1825 que se ordenou a demolição da muralha que cercava a cidade, permitindo a configuração dessa nova cidade que começou a se delinear em 1829 (CASTELLANOS, 1971). A

*Ciudad Nueva* abarcaria até a rua Ejido, onde atualmente se localiza o prédio principal da *Intendencia Municipal de Montevideo* (atualmente Intendencia de Montevideo). A unidade urbanística que a capital seguiu tendo, mesmo a partir da união das suas duas partes (velha e nova), teve um ponto de ruptura no último terço do século XIX a partir da expansão da *Ciudad Novíssima*, que se estende até o atual Boulevard Artigas (BARACCHINI; ALTEZOR, 2010). O século XX acompanhará a Montevideu num cenário de desorganização da cidade, como veremos posteriormente, fenômeno que se traduzirá em progressivas propostas de regulação e ordenamento urbano.

Como exemplo ilustrativo, no que diz respeito às principais ruas e avenidas da cidade, estas começaram a ser projetadas com os primeiros planos de Montevideu, em 1724, incrementando-se rapidamente conforme o aumento da população, e o conseqüente crescimento da cidade e as mudanças nos meios de transporte. Entre os principais fatos podemos salientar que já em 1751 se incrementa o tamanho da cidade frente à incapacidade de conter a totalidade da população que encontrava em Montevideu o seu lugar de instalação. A primeira pavimentação de ruas ocorreu em 1816, facilitando o transporte de carroças pelas principais vias de circulação da cidade (que posteriormente será mudado pelo bonde a cavalos, mais tarde pelo bonde elétrico [1906], pouco depois pelos primeiros automóveis e, finalmente em 1926, os primeiros veículos de transporte coletivo à combustão). No transcurso do século haverá um progressivo aumento e melhoria dos sistemas de pavimentação e empedramento dos caminhos, conforme também a inauguração dos diferentes bairros que farão com que a cidade se estenda em quase todos os sentidos. A arborização da cidade também será considerada desde 1835, e nos começos do século XX se aprovará a lei sobre o asfaltado da cidade (1911), serão pavimentados os principais bulevares em 1917 e três anos mais tarde se acondicionarão as ruas com asfalto e concreto. O estabelecimento do sentido de circulação dos automóveis pela direita assim como a instalação de semáforos nas principais ruas serão fenômenos que ocorrerão em meados do século. Ao final da década de 1970 será pavimentada e ampliada a Avenida Itália, uma das principais ruas da cidade, e em 1988 se inaugurarão os novos acessos à cidade de Montevideu desde o interior do país (BRESCIANO; COMESAÑA, s.d).

Isto permite ver como o problema da circulação teve grande presença no planejamento da cidade desde sua fundação, com intervenções até a atualidade. Não só para facilitar o transporte de pessoas e mercadoria, mas também como medidas higiênicas, ruas foram alargadas, pavimentadas e arborizadas na medida em que a cidade se

expandia. Os alargamentos evitariam os tumultos e os conglomerados, prevenindo colisões e permitindo incrementar a velocidade dos deslocamentos; a pavimentação traz segurança ao transporte, ao mesmo tempo em que permite o aumento da velocidade, evita sujeira e supõe uma melhora das condições de saúde, tanto de transeuntes quanto de moradores. Assim, o melhoramento da cidade fez consequentemente com que o passeio se convertesse em traslado, e progressivamente o deslocamento terá menos funções de recreio e mais de utilidade. A cidade pagou a modernização sacrificando o passeio, que ficará reduzido a espaços destinados a tal fim, cujas construções terão o auge no final do século XIX e começos do XX, por exemplo, com a construção do *Hipódromo De Maroñas* (1889), a inauguração da *Rural Del Prado*<sup>6</sup> (1913), as diversas ampliações à beira-mar (1916, 1935), a construção de praças e estádios esportivos, cinemas etc. Assim, o tributo também foi pago com a calma e a dispersão, cujos antagonísticos, velocidade e tumulto, irão ocupando progressivamente a capital, porém sempre em níveis equivalentes ao seu tamanho, pequeno em relação às grandes cidades dos países vizinhos.

O retorno à democracia em 1985 tornou visível a grande crise pela qual passava a cidade de Montevideo, principalmente em razão das más gestões realizadas durante o período ditatorial (entre 1973 e 1985), mas também devido ao progressivo incremento tanto da população quanto do consequente aumento de automóveis, comércios e construções. Como exemplo ilustrativo podemos ver a seguinte referência do deputado Julio Daverede<sup>7</sup> sobre as “Condiciones en que se halla la ciudad de Montevideo”:

[...] me voy a referir a aspectos de la ciudad capital de la República: Montevideo [...]. Montevideo fue, por muchos motivos, plaza fuerte, bastión de las libertades, lugar donde convergía la cultura ciudadana. No fue solamente un conjunto de calles y edificios, sino el centro del progreso político,

---

<sup>6</sup> Talvez conviesse considerar que a *Rural Del Prado*, que desde 1908 realiza Exposições-Feiras na capital do país trazendo a Montevideo instâncias significativas da vida rural, é uma amostra do domínio da natureza, do exemplo de modernização e a glorificação da razão por sobre a selvagem. Mostra-se para a cidade a expressão de controle que sobre a natureza se faz, levando para o meio urbano não mais que uma natureza dominada a ser apresentada à cidadania.

<sup>7</sup> Julio Daverede foi deputado pelo partido *Unión Cívica* (partido de tendência Cristiana conservadora) durante o período 1985-1990

económico, social y cultural de la República [...]. Como Representante de Montevideo, me siento en la obligación de expresar, recogiendo el clamor de la calle y el sentir de su población algunas verdades que no se oyen o no se tienen en cuenta.

Esta ciudad de Montevideo, orgullo de los uruguayos, se encuentra en estado deplorable [...]. La basura es ya un elemento permanente en calles y plazas, poniendo una nota desagradable, y además importa como foco de enfermedades, criadero de roedores y otras alimañas, amén de ser cultivo natural de insectos.

Las veredas están como nunca se ha visto [...]. De las calles más vale ni hablar. Están intransitables; los pozos y baches no sólo destrozan los vehículos, sino que muchas veces son causa de accidentes lamentables [...].

Montevideo es, además, una ciudad oscura, una 'boca de lobo'. Hay barrios donde no se puede transitar, ya que los picos de luz brillan por su ausencia o si los hay les falta las lamparillas correspondientes. El aspecto de Montevideo es calamitoso; de aquella linda ciudad, pequeña, limpia y segura, queda poca cosa. El abortado 'boom' de la construcción y lo que se llama 'piqueta del progreso' nos han dejado una ciudad en ruinas, que parece haber sido bombardeada o víctima de terremotos. [...] no podemos dejar de decir una palabra sobre los vendedores ambulantes, que han convertido calles y plazas -especialmente la Avenida 18 de Julio- en mercados al mejor estilo de las poblaciones de los países sumergidos en la miseria. Y destacamos también la proliferación de carritos de venta ambulante. [...] Agregase a todo esto el espectáculo de los ya famosos carritos recolectores de residuos, que son como una plaga que invade la ciudad, ahora no sólo de noche, sino a cualquier hora. La solución, desde luego, es dar ocupación estable a toda esa gente.

Todo esto conforma un medio ambiente que contradice las expectativas de hacer de Montevideo una ciudad moderna, apta para vivir y con perspectiva de recibir corrientes turísticas todo el año.

La seguridad pública de personas y bienes [...] vale

mencionarla, así como el tránsito público, que sigue siendo un gran problema por la inconducta de conductores y peatones.

Una vez, en los tiempos en que esta ciudad era feliz, hubo un conjunto carnavalesco que cantó: 'Montevideo, qué lindo te veo'; hoy tendríamos que decir el verso: 'Montevideo, qué feo te veo'. ¡Pobre Montevideo! Esperamos que se tomen medidas desde ya, pues recursos y funcionarios hay. La función pública no puede tener demoras. Montevideo lo reclama (URUGUAY, 1986b, p. 122-123)

Ainda que não se possa considerar que o mencionado seja representativo da situação da capital, é significativo o espírito moderno que se faz presente no relato. Saúde, segurança, comodidades urbanas, aparência estética e benefícios econômicos podem sintetizar as demandas apresentadas pelo deputado frente ao incremento do lixo, da obscuridade, das dificuldades no transporte e nas ruas, e a presença de carros ambulantes e coletores de lixo que assimilam a capital às cidades de “países submergidos na miséria”. Pobreza, marginalidade, atraso e abandono representam o símbolo da barbárie. É tarefa do governo civilizar o caos, situação que constitui no conjunto, segundo o deputado, a “piqueta del progreso”, impedimento de fazer de Montevideu o símbolo do moderno.

Por outro lado, segundo indica um estudo realizado em 1985-1986 intitulado “Propuestas a la ciudad de Montevideo” (SPRECHMANN et al., 1986), a gestão da cidade no nível do desenho privilegiava principalmente a velocidade do automóvel frente à qualidade ambiental. Coloca-se como preocupante nesse estudo a crises da cidade com que se depara a capital do país após a saída da ditadura. Enquanto ao transporte se destaca a ausência de vias equipadas para o passeio na zona central da cidade, salientando que a circulação de pedestres tem se visto alterada frente ao incremento dos locais e postos comerciais. No estudo se coloca que os pedestres

se encuentran desprotegidos y agredidos por el tránsito en numerosos puntos del Centro y la Ciudad Vieja, habiéndose privilegiado en innúmeras situaciones al tránsito vehicular. El peatón está desprovisto de equipamiento vial específico, salvo en el caso de las grandes plazas centrales (SPRECHMANN et al., 1986, p. 73).



Frente a estas dificuldades o estudo propõe o alargamento das calçadas, a regulamentação de ruas de mão única e o incremento de ruas de pedestres que diminuam o congestionamento. Nesta mesma linha se destaca o estudo “Una ciudad sin memoria”, realizado pelo *Grupo de Estudios Urbanos*<sup>8</sup>, primeiro sob a forma de audiovisual, logo depois publicado como livro, em 1983, trabalho no qual se analisam as intervenções que a ditadura efetuava sobre a capital uruguaia e se denuncia a importância de melhorar as condições de habitabilidade da população, assim como a necessidade de implementar uma política de preservação dos patrimônios cultural e histórico do país. Denuncia-se o importante crescimento das construções, com repercussões que atingem a normalidade do funcionamento urbano e promovem a deterioração paisagística e geográfica, afetando a vida da população (GRUPO DE ESTUDIOS URBANOS, 1983). Dentre as soluções se evidencia uma importante resposta às formas que as cidades modernas foram tomando com o crescimento das populações, das construções e dos conglomerados humanos. Propõe-se no mencionado estudo o

mantenimiento de ciertas escalas, peatonalización de algunas trazas varias, segregación parcializada de la circulación vehicular, control de asoleamientos, de siluetas, de alturas, de visuales, de zonas enjardinadas; mejoramiento de las condiciones de habitabilidad [...]. Y en todos los casos: privilegiar los conjuntos (plazas, ramblas, calles, sectores caracterizados) frente a los edificios aislados; y fundamentalmente privilegiar al habitante y al usuario frente a toda forma de voracidad especulativa (ARANA, 1983, apud GRUPO DE ESTUDIOS URBANOS, 1983, p. 6)

Por força das multidões, ator revelador do moderno, diria Benjamin (1989), e crescentes desde o começo do século, a cidade demanda novas organizações. As reformas propostas eram a favor da multidão, que trouxe consigo um favorecimento do comércio, seja com a forma de galerias, seja com o caráter de mercado, e posteriormente com os *shopping centers*, beneficiando também, no caso de Montevideú, ao

---

<sup>8</sup> O *Grupo de Estudios Urbanos* começa a funcionar no início da década de 1980 sob a direção do Arquiteto Mariano Arana (que posteriormente entre 1995 e 2005 ocupou o cargo de prefeito de Montevideú), com o principal objetivo de defender os valores patrimoniais da cidade ante a desapareição de prédios de interesse histórico.

setor gastronômico.

Desta forma a cidade vai mostrando o seu porvir, e as ampliações e construções urbanas permitem corresponder às modificações das formas de estar na cidade, e do desenvolvimento de novas sensibilidades. Há uma correlação, como mostra Sennett (2001), entre a forma que adquire o espaço urbano e as vivências corporais próprias de cada um deles. Nenhuma administração governamental, na medida em que toma o corpo dos cidadãos como ação política sobre a vida, deixará a organização cidadina totalmente liberada ao acaso. Construir a cidade será construir uma forma específica de se vincular com o corpo, de organizá-lo, de projetar possíveis vivências (mesmo que elas não possam ser totalmente planejadas), de construir sensibilidades, de fazer com que o corpo entre em correlação com as exigências do momento. Corpo e cidade são, portanto, eixos de projeção. A cidade constitui-se neste sentido como o braço que interdita com o corpo para obter dele aquilo que não pode ser obtido com uma intervenção direta. Intervir na cidade será sempre em última instância agir no corpo, mediar para além da operação direta.

### 3. CORPO E ESPAÇOS URBANOS: INTERSECÇÕES ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO

A forma específica que o poder adquire na modernidade, que com Foucault (2006a, 2006b) encontra seu destino conceitual no termo biopolítica<sup>9</sup>, tem como característica não só agir em busca da obediência, mas principalmente do bem-estar dos governados. O poder inclui as necessidades destes últimos, aceitando e satisfazendo as demandas da população (saúde, alimentação, proteção etc.). Esta forma de funcionamento do poder tem como correlato, ao mesmo tempo, um “a mais” que se espera obter dos governados. Isto é, a procura do bem-estar por parte do poder governamental funciona não só para defender ou proteger a vida, mas também e, sobretudo, para “desplegarla, potenciarla, maximizarla” (ESPÓSITO, 2006, p. 60). Desta forma, a vida se constitui como o conteúdo direto da própria atividade política que toma ao corpo como espaço chave de intervenção, se considerarmos os parâmetros abertos pela biopolítica. Este aspecto nos leva a considerar a forma na qual a vida é interpelada pela política, especificamente no que tange ao binômio vida pública e vida privada.

A distinção entre vida pública e vida privada, estabelecida a partir da antiga diferenciação grega entre *bíos* e *zoé*, se encontrará afetada no transcurso do tempo, chegando à modernidade como dificilmente separável<sup>10</sup>. Mesmo que Hannah Arendt não tenha utilizado a categoria de biopolítica para referir-se à indissolubilidade entre vida e política na modernidade, suas análises permitiriam alcançar a forma na qual a partir da superposição entre o econômico e o político (derivado da superposição entre o privado e o público), encontramos-nos com uma “administración

---

<sup>9</sup> Sobre os diferentes usos do conceito “biopolítica” anteriores a Foucault, ver Espósito (2006) e Castro (2011).

<sup>10</sup> Sobre as distintas interpretações da distinção entre *bíos* e *zoé*, ver o artigo de Castro (2012), no qual apresenta a interpretação de Agamben (2010), remetendo às análises de Hannah Arendt em *A Condição Humana* (2010) e de Michel Foucault em *A Vontade de Saber* (2006a). Contrapõe a essa perspectiva as afirmações de Dubreuil e Finlayson, especialistas em grego antigo e no pensamento político de Aristóteles, para os quais a distinção que tanto Agamben quanto Arendt realizaram entre *bíos* e *zoé* não pode ser tão peremptória. O artigo mostra que a distinção, existente entre os gregos, não deve ser posta, estritamente, com uma distinção entre homens e animais, situação que parece se esboçar em Arendt mas não em Agamben, e critica as afirmações de Dubreuil e Finlayson, cuja leitura dos textos clássicos teria sido atenta, mas o mesmo não poderia ser dito da que realizaram sobre Agamben (CASTRO, 2012).

doméstica gigantesca” (ARENDR, 2010, p. 42). Eis o ponto no qual a expressão “economia política” deixa de ter um caráter contraditório na medida em que o econômico não fica mais reduzido à esfera familiar, privada e, portanto, vinculado à satisfação de necessidades básicas, e o político deixa de ser o espaço privilegiado daqueles cujas necessidades já se encontraram satisfeitas; nesse ponto, no qual a contradição fica suspensa, evidencia-se o apagamento da distância que antes separava a esfera pública e a privada.

Porém, uma advertência dever ser feita em referência à forma sobre a que se apresenta o governo moderno em relação aos governados. Se partirmos da perspectiva de Arendt, deparamo-nos com uma posição antagônica em relação ao pensamento foucaultiano, impossível de não mencionar quando se trata de pensar tais questões. Não há, neste ponto, uma exata coincidência entre Arendt e Foucault, conforme sinaliza Castro (2012). Enquanto que para a primeira há uma continuidade entre o governo da família e o governo da cidade, fato a partir do qual se fundamenta a politização da vida como extensão da vida doméstica, Foucault salienta justamente uma ruptura com o modelo do governo da família, que torna possível o surgimento da economia política. Continuidade para Arendt (2010), ruptura para Foucault (2006b), quando analisam a política moderna. Indaguemos brevemente os argumentos de cada um.

Na perspectiva de Arendt (2010), a ruptura entre o âmbito doméstico e o que é próprio do domínio público se encontra presente no pensamento grego e se dilui na passagem à modernidade. Entre a *oikia* e a *polis* há oposição, fato que permite a distinção entre os termos *zoé* e *bíos* e inclusive salienta-se que o surgimento da antiga cidade-estado significou a incisiva distinção entre o privado e o que seria comum a todos (ARENDR, 2010, p. 39). Com a passagem da cidade-estado ao estado-nação, ponto de contato entre os surgimentos da Idade Moderna e do social, ocorre a indistinção entre as esferas pública e privada e com isso a consequente indistinção entre as atividades vinculadas ao mundo comum, isto é, político, e aquelas relativas à conservação da vida. Eis a deixa a partir da qual Arendt estabelece a continuidade entre o governo da família e o da cidade. Com a diluição da distinção entre o público e o privado, a modernidade se depara com uma forma de organização que adquire o modelo da família, uma “família super-humana”, da qual se deriva a ideia de “sociedade”, e que estabelece o governo do estado-nação como uma administração do lar ampliada (ARENDR, 2010, p. 42)<sup>11</sup>.

---

<sup>11</sup> Porém, é importante lembrar que, segundo Arendt (1995), a ruína da política se

Do ponto de vista de Foucault (2006b), a modulação se produz em outro sentido. A família, que na soberania se apresenta como modelo do “bom governo”, como padrão a seguir numa escala maior, se constitui, depois do surgimento da população, já não em modelo mas em instrumento para o governo. Não se trata, portanto, de uma administração familiar em grande escala, mas de tomar a família como coisa a ser governada. O surgimento da noção de população permite explicar, segundo Foucault (2006b), a inflexão no modelo de governo, que já não permitirá tomar a família como exemplo.

Se para Arendt (2010) a sociedade como emergência moderna permitiu considerar a configuração de uma administração doméstica em grande escala, para Foucault é a população que, pelos seus efeitos econômicos específicos irreduzíveis à família, não permite assimilar a família ao modelo governamental (FOUCAULT, 2006b, p. 131). A partir da perda do modelo da família como referência para a política, fenômeno no qual a estatística tem um lugar central, se habilita o surgimento da economia política. Isto é, a economia política não emerge, segundo Foucault, como uma superposição das esferas públicas e privadas tal como o considera Arendt, mas como uma suspensão do modelo familiar na arte de governar.

A lógica biopolítica, que com Foucault (2006b) nos permite distinguir a forma na qual vida e política conformarão uma dupla inescapável da ação governamental moderna, pode ser considerada a partir da configuração da vida no espaço público e no privado, a partir da supressão da distinção que entre estas esferas havia sido produzida. A partir de tal apagamento, podemos observar como a cidade se configura nesta diluição, estabelecendo espaços públicos que vêm funcionar parametrizados pelo privado. Torna-se importante, portanto, observar a mudança desta distinção na modernidade para poder compreender a forma na qual o espaço público tem se constituído como espaço “econômico”, articulando a vida em sua existência orgânica.

### 3.1 A VIDA: ENTRE A CONSERVAÇÃO E A POLÍTICA

Remetendo-nos à distinção realizada por Agamben (2010), resulta importante considerar que ao vocábulo que a modernidade tem para nomear a vida correspondem duas acepções que os gregos empregavam:

---

assenta no estabelecimento da família como modelo, na qual a forma de parentesco dilui a diferença entre os homens, a pluralidade, condição fundamental da constituição do político.

*zoé*, referido ao “simples fato de viver comum a todos os seres vivos (animais, homens ou deuses)” (AGAMBEN, 2010, p. 9) e *bíos*, indicativo da “forma ou maneira de viver própria de um indivíduo ou de um grupo” (AGAMBEN, 2010, p. 9). Assim, nas três distinções que Aristóteles fez sobre a vida (como *bioi*)<sup>12</sup> encontra-se como elemento comum o interesse pelo “belo” e, portanto, diferenciado das necessidades vitais, aquelas que o homem compartilha com os animais (referidas estas à *zoé*). Esta distinção permite considerar que a vida destinada à mera manutenção da sobrevivência não pode ser considerada da mesma forma que a vida que se destina à atividade política. Aliás, esta distinção traz consigo outra separação que diz respeito à vida, que se pode colocar como “vida pública” e “vida privada”. Segundo indica Arendt (2010, p. 39), o pensamento grego estabelecia uma diferença entre a capacidade do homem para a atuação política e a vida que se constitui, por outro lado, no lar e na família. Este âmbito, referido à vida privada, era o espaço no qual o homem destinava à “conservação da vida” (ARENDDT, 2010, p. 42). É nele que a economia tinha lugar, necessária para a sobrevivência da espécie a partir da satisfação das necessidades básicas. A satisfação destas necessidades vitais era o que assegurava (para alguns) a possibilidade de entrar na esfera pública, a esfera da *polis*, e, portanto, se a esta última se lhe atribuía o caráter de “política”, a outra se caracterizava como fenômeno “pré-político” (ARENDDT, 2010, p. 43).

Porém, esta distinção não é tão evidente quando se pensa o mundo moderno, pois neste “las dos esferas confluyen de manera constante una sobre la otra” (ARENDDT, 2010, p. 45). O encurtamento da distância que divide a esfera doméstica da vida política é um fenômeno relativamente recente<sup>13</sup>. A complementaridade que cada uma destas esferas suposta pela Antiguidade permitia compreender é que só se era verdadeiramente homem a partir da possibilidade de sair da esfera privada e entrar no âmbito público (passagem impossibilitada, por exemplo, para escravos ou bárbaros, povos dominados, mas também para as mulheres e crianças). O caráter privativo do termo “privado” tende à desapareição, devido

---

<sup>12</sup> As três formas de vida que Aristóteles menciona são: a *bíos theoreticós*, referente à vida contemplativa do filósofo, dedicada às coisas eternas; a *bíos aplausticós*, vida do desfrute dos prazeres (corporais); e a *bíos políticós*, que encerra a vida política, aquela dedicada aos assuntos da *polis* (Cf. ARENDDT, 2010; AGAMBEN, 2010).

<sup>13</sup> No Medievo, as esferas ainda podiam se distinguir. No entanto, à primazia do secular em relação ao religioso correspondeu a prevalência do privado ao público, reduzindo a experiência às lides da esfera doméstica e uma consequente dissolução da esfera pública (ARENDDT, 2010, p. 46).

principalmente “al enorme enriquecimiento de la esfera privada a través del individualismo moderno” (ARENDT, 2010, p. 49). Este caráter privado que os modernos adotaram constitui-se como proteção da “intimidade” e, portanto, algo oposto, não à esfera política, senão a um novo plano surgido modernamente, o “social”. A aparição deste novo ator, a sociedade, confluiu no apagamento da linha que dividia o privado do político, colocando ao âmbito público, não mais como o espaço reservado à individualidade, isto é, como único lugar em que os homens podiam mostrar quem eram requerendo a constante distinção dos outros. Com o auge da sociedade esperava-se não a distinção de cada um, mas, pelo contrário, a adoção de determinado tipo de conduta “mediante la imposición de innumerables y variadas normas, todas las cuales tienden a «normalizar» a sus miembros” (ARENDT, 2010, p. 51). Nesta dissolução, o governo como regulador da ordem, entendido na Antiguidade como pré-político e, portanto, mais pertencente à esfera privada do que à pública, passará a ser de forma cada vez mais evidente um fenômeno público, ou seja, político.

Segundo explica Arendt (2010), a esfera da *polis* se diferenciava da esfera familiar na medida em que na primeira as relações eram entre “iguais”, imperando uma forte desigualdade na segunda. Tal igualdade se oferecia pela superação da necessidade (no âmbito privado), pela manutenção da vida, a partir da qual era possível passar do âmbito privado ao público (esta igualdade não deve supor a inexistência de “desiguais”, a maioria dos habitantes da cidade). Era no âmbito público que se encontravam as possibilidades de liberdade, que nos permitem compreender o caráter privado do governo. A distinção entre liberdade e necessidade coincidia com a separação entre as esferas pública e privada e, portanto, entre política e governo, respectivamente. Âmbito da palavra por um lado e da força e da violência por outro, se distinguiram radicalmente até o moderno surgimento do social. Como indica Arendt (2010, p. 44), a liberdade radicava em “no estar sometido a la necesidad de la vida ni bajo el mando de alguien y no mandar sobre nadie, es decir, ni gobernar ni ser gobernado.”

Se nos atermos ao surgimento da noção de urbano, alguns elementos permitem ver a forma na qual o moderno tem simplificado a distinção entre os espaços público e privado a questões de tamanho ou escala. Para isso podemos nos remeter à segunda metade do século XIX,

momento no qual são introduzidos, por Ildefonso Cerdá<sup>14</sup>, neologismos tais como “urbe” e “urbanização”, permitindo vislumbrar as particularidades que o espaço adquire na vida moderna. Analisada por Cavalleti (2005), a utilização desses vocábulos não é casual, mas diz respeito às tentativas de alcançar uma unidade que o termo “cidade” reduzia às questões materiais. Cerdá salientava a “vida” da cidade para além da estrutura arquitetônica. O que entre “urbe” e “cidade” fica de não coincidência a favor da primeira é “una dinámica de cualquier manera irreductible a las fronteras territoriales, que atañe no simplemente a la 'parte material', sino a 'la vida que la anima'” (CAVALLETI, 2005, p. 32). Assim, o princípio da urbanização continha, desde o surgimento do termo, um caráter relacionado à organização da vida no espaço, na medida em que referia à regularização de funcionamentos, assim como ao

conjunto de principios, doctrinas o reglas que deben aplicarse para que la edificación y su agrupamiento, lejos de comprimir, desvirtuar y corromper las facultades físicas, morales e intelectuales del hombre social, sirvan [...] para acrecentar el bienestar individual, cuya suma forma la felicidad pública (CERDÁ, 1867, apud CAVALETTI, 2005, p. 32-33).

Encontramos na *Teoria Geral da Urbanização* de Cerdá uma via de entrada do planeamento urbano a partir das noções de organização e unidade, permitindo relacionar diferentes elementos da “urbe” a partir da consideração de um funcionamento dinâmico nas relações entre o espaço habitado e o modo de vida.

Porém, a forma de habitar o espaço e os modos de vida que nele podem-se apresentar, devem ser considerados de uma forma particular, segundo Cerdá. Nas elaborações sobre a urbe desenvolvidas em sua Teoria da Urbanização está o pressuposto biopolítico a partir do qual podemos fazer as contraposições entre o espaço público e o privado. Diz Cerdá:

¿Qué es la urbe? Un conjunto de habitaciones vinculadas por un sistema vial más o menos perfecto, poco importa. ¿Qué es la casa? Ni más ni más menos que un conjunto de vías y lugares de

---

<sup>14</sup> Ildefonso Cerdá (1815-1876), urbanista, jurista, economista e político espanhol, foi um dos fundadores do urbanismo moderno, conhecido principalmente como teórico da construção das cidades e da ruralização.



residencia, como la urbe. La gran urbe y la urbe-casa sólo difieren por las dimensiones y por las sociedades que viven en ellas: sociedad numerosa y compleja, por una parte, y sociedad compuesta por pocas personas y simple, por la otra (CERDÁ 1867, apud CAVALLETTI, 2005, p. 40)

O espaço público é constituído pela configuração de um sistema de vias, ruas, casas, etc. dispostas de tal forma que permite uma particular maneira de organizar a vida da população. A casa também se ordena em função de vias e espaços, organiza a vida da mesma forma que a urbe. A diferença se estabelece, segundo Cerdá, pelas dimensões e pelas sociedades (complexa por um lado, e pouco numerosa pelo outro) de um e outro espaço. Segundo se desprende do argumento de Cerdá, o espaço do lar não é muito mais do que uma simplificação do espaço urbano e ao mesmo tempo este último não é muito mais do que uma complexificação do espaço doméstico. Se a organização é a mesma e a distinção se estabelece em escala e tamanho, dimensões e níveis de complexidade, não há uma diferenciação quanto à natureza de um e outro espaço. As diferenças referentes à vida que se configurava no interior do lar e no espaço público estabelecidas na antiga Grécia se dissipam, portanto, no momento no qual a distinção entre um e outro espaço se estabelece em escala<sup>15</sup>. E neste mesmo sentido poderia pensar-se que tanto a economia quanto a política deixam de ser próprias dos âmbitos doméstico e público, respectivamente. A política entra no âmbito doméstico, no espaço privado (e o corpo é talvez o ponto de interseção que o evidencia mais claramente) e a economia se articula no social levando ao que Arendt (2010) nomeou como uma família “super-humana”, isto é, a sociedade administrada como maximização doméstica. Portanto, considerar que a urbe e a casa só diferem pelas dimensões, conforme indica Cerdá, evidencia a moderna indistinção entre um e outro âmbito.

### 3.2. POLÍTICA E BIOLOGIA: O URBANO COMO PONTO DE ENCONTRO

O apagamento da distinção entre os âmbitos público e privado

---

<sup>15</sup> Pensemos por exemplo no slogan que a Prefeitura de Montevideú divulgou entre 1990 e 2006: “Montevideo, tu casa”. A promoção de fazer da cidade casa da população é mais uma evidência de que entre o lar e o espaço público há uma diferença de grau. Quem vive na cidade deve fazer dela uma extensão da sua vida privada, nela viver como se fosse um prolongamento da vida doméstica.

também pode ser evidenciado no moderno planejamento urbano e na forma na qual as cidades se organizam. Talvez o ponto de maior evidência seja a projeção dos espaços vinculados à satisfação das demandas do corpo, das exigências corporais necessárias à vida, que encontram na dimensão biológica seu principal ponto de ancoragem. O conjunto das instituições modernas dá testemunho deste fato, amálgama para a manutenção da sociedade, tanto individual quanto coletivamente.

Quando da biologia do corpo humano se trata, a política já está em cena. Não apenas em seu caráter “repressivo”, mas principalmente com o objetivo de maximizar, quando o corpo é posto a funcionar na dinâmica da eficiência. A medicina pode ser entendida como a *via regia* para a regulação do que há de mais íntimo no indivíduo, mas não a única. O mundo do privado, que anteriormente ficara reduzido à esfera familiar, agora se torna assunto de Estado. Este não pode desconsiderar a vida privada na medida em que deve assegurar que todos e cada um dos cidadãos tenham suas necessidades básicas satisfeitas. A lógica do bem-estar o evidencia talvez da melhor forma<sup>16</sup>, porém a modernidade inteira se configura para a garantia da vida. O poder que administra a vida deverá ao mesmo tempo assumir os efeitos que deles derivam, isto é, o fato de assegurar a vida, desenvolvê-la, de fazer com que a vida sobreviva (FOUCAULT, 2006a).

---

<sup>16</sup> A inflexão política que supõe a passagem do liberalismo ao neoliberalismo, cujos antecedentes no Uruguai começam a esboçar-se com a ditadura, mas que alcançam a sua máxima expressão na década de 1990, exige um olhar mais atento, principalmente quando se trata de pensar a articulação da política e da vida tendo como ponto de encontro o corpo. O governo da sociedade que toma como premissa a mínima intervenção sobre o econômico junto a uma maior regulação quando se trata das questões sociais, conforme indica Foucault (2007), coloca um novo matiz sobre o político. Com o modelo que assegura a regulação do social a partir do mercado, a intervenção do Estado estará enfocada em todos aqueles mecanismos que, sem ser o mercado, tendem a assegurar sua autorregulação, modulando desta forma a política liberal asseguradora do bem-estar para toda a população. No neoliberalismo a desigualdade, anteriormente combatida, se deixa atuar (o que no liberalismo se apresentava como pronto para ser regulado, no neoliberalismo é feito funcionar, pois não se considera um mal, mas um fator a favor da autorregulação, inevitável e necessário). A desigualdade tem sua funcionalidade na política neoliberal, para o qual não interessa tanto o que é preciso fazer e o que convém não fazer quanto à forma de atuar do Estado, isto é, o “estilo governamental”. Intervenção governamental “discreta” que regula o econômico (mas não o mercado) de forma tal que a vida esteja assegurada; política social como política da vida, da qual se espera obter crescimento econômico (FOUCAULT, 2007).

No Uruguai, a chegada do século XX permite ver a forma na qual o Estado tem tomado a vida como questão chave da ação governamental. Entre educação e saúde, entre ação pedagógica e higienismo, há uma linha de continuidade na qual se confundem uma e outra, conforme o tipo de positivismo dominante<sup>17</sup>. As pesquisas realizadas por Rodríguez Giménez (2012) a respeito do delineamento de um saber do corpo imbricado entre as instituições normalistas e a universidade, tanto quanto as análises de Dogliotti (2012a) acerca da configuração do professorado em Educação Física no Uruguai, encontram resultados confluentes neste aspecto. Com uma perspectiva claramente foucaultiana, por momentos recorrendo aos marcos teórico-conceituais próprios da análise do discurso francês, principalmente pela via de Pecheux, Milner e Althusser, as duas pesquisas assinalam continuidades entre a educação do corpo e o higienismo positivista, matrizes básicas do Estado benfeitor uruguaio do começo do século XX<sup>18</sup>.

Neste sentido, as praças de esportes projetadas pela Comisión Nacional de Educación Física, em 1912, tiveram papel fundamental na articulação entre a saúde da população e a formação do cidadão, aspecto que é retomado de forma bastante forte no retorno democrático setenta e três anos mais tarde. A CNEF, estimulando a realização de exercício físico por parte da cidadania, realizou, no cenário da reconstrução da democracia em 1985, um forte investimento nas praças de esportes da capital e do interior do país.

Com a saída da ditadura, o corpo saudável retomará o lugar que nela fora parcialmente deslocado frente ao privilégio do “corpo militarizado” (RODRÍGUEZ GIMÉNEZ, 2003), e o abrangente higienismo voltará como substituto da meticulosidade militar. Mais uma vez nos deparamos com a saúde como eixo da organização das políticas públicas. Com a articulação que a política faz sobre o corpo no seu componente orgânico, dá-se uma superposição entre as esferas públicas e privadas, antes distinguíveis, mas agora dilatadas e fundidas.

Se como indica a Comisión Nacional de Educación Física, uma das

---

<sup>17</sup> No final do século XIX, com José Pedro Varela sendo um dos seus principais difusores, o positivismo de origem inglesa aporta no Uruguai, fenômeno que corresponde, em linhas gerais, ao que ocorre na América Latina. O positivismo no Uruguai surge em disputa com o espiritualismo e como reação à tendência metafísica (na qual também é forte a presença do catolicismo) e se constitui como fator fundamental no desenvolvimento da ciência no país, instalando-se de forma definitiva a partir de 1880 (ARDAO, 2008).

<sup>18</sup> Cf. Dogliotti (2012a) e Rodríguez Giménez, (2012).

principais ações durante o período 1985-1990 foi a melhoria dos espaços para o correto desenvolvimento de atividades físicas da população, é porque algo no organismo deve ser preservado. Não já colocando no centro, como fizeram os militares, o espetáculo do corpo e o detalhe no seu aprimoramento, mas acionando a expansão da atividade física a toda a população com um objetivo fortemente (neo)higienista. Esta mudança modula o dispositivo disciplinar que na ditadura desenvolve todo o seu potencial, e que a partir da restauração da democracia encontra suas inflexões, mas que não supõe sua desapareição. Do corpo individual ao corpo coletivo, entre disciplina e biopolítica, a ênfase nos dispositivos se acopla ao novo cenário nacional. O organismo não deixará de ter um lugar central, mas o acento mudará do detalhe ao bem-estar, articulando ambas formas de poder.

O corpo como conjunto orgânico se encontrará articulado nas políticas democratizantes, e a organização urbana ocupou-se disso ao considerar os efeitos sobre ele. A CNEF presta contas sobre suas ações, salientando a construção de “obras no existentes pero imprescindibles, para dar cumplimiento a las necesidades básicas y prioritarias” (CNEF, 1990, p. 5) da população. Necessidades que remetem ao bem-estar dos indivíduos e cujo correlato imediato é o bem-estar da sociedade. Estas obras são a evidência do público tomando para si o que seria próprio do privado, das necessidades vitais. A justificativa de que a Educação Física e o esporte são “elementos contribuyentes al mejoramiento del nivel sanitario de los habitantes” (CNEF, 1990, p. 46) foi utilizada pela CNEF para dar lugar às demandas (principalmente econômicas) necessárias para a sua gestão.

O caráter sanitário não foi o único argumento utilizado para enfatizar a importância do esporte, Educação Física e recreação no Uruguai pós-ditadura. O esporte seria uma ferramenta para o melhor funcionamento da sociedade, principalmente no que diz respeito aos jovens<sup>19</sup>. Segundo a CNEF, o esporte se constitui

---

<sup>19</sup> Esta é uma temática que merece ser aprofundada, principalmente ao considerarmos as expectativas do esporte como fator de coesão política, social e cultural no retorno democrático do Uruguai. O “Mundialito” (Copa de Oro organizada pela FIFA em 1980 no Uruguai, poucos meses depois da votação do plebiscito que negaria a reforma constitucional proposta pelos militares) é um indício para analisar o esporte no Uruguai vinculado à conjuntura política nacional. Assim, o aprofundamento desta temática deveria ter pelo menos duas linhas. Por um lado, os efeitos na relação corpo-espaço na correlação política-biologia; e por outro, a vinculação do esporte na experiência democrática, na unificação e identificação nacional, assim como nas suas relações com a

en un arma fundamental del bienestar social al estar estrechamente e indisolublemente ligada a la salud, la educación, el uso adecuado del tiempo libre, estilos de vida útiles y al entendimiento entre los miembros de las comunidades e incluso entre ellas (CNEF, 1990, p. 46).

O espaço público que antigamente se diferenciava das questões propriamente domésticas, isto é, das necessidades vitais, adquire uma nova figura a partir do desvanecimento da distância entre o público e o privado. Segundo Arendt, é justamente este primado da vida natural sobre a ação política<sup>20</sup> e a ampliação da esfera privada na sociedade moderna que fazem à esfera pública refluir quase inteiramente (ARENDR, 2010, p. 61). Neste sentido, podemos considerar que a introdução, no planejamento governamental, de espaços diretamente vinculados à saúde da população, ao uso adequado do tempo livre (como tempo principalmente de recuperação da força de trabalho), à promoção de “estilos de vida úteis”, é mostra evidente, em modelo tácito, de que o biológico como componente chave no desenho político teve os seus efeitos na vida pública, no espaço (público).

A dinâmica governamental toma para si a dissolução das distâncias entre o público e o privado. A construção de espaços públicos que têm por objetivo atuar na esfera do que originariamente era da ordem do privado, considerando a satisfação de necessidades vitais, permite observar que a biologia tem invadido a cidade. Na cidade moderna encontra-se o indício, portanto, do movimento no qual se evidencia simultaneamente a politização da vida biológica, na medida em que a vida passa a ser definida e configurada na política, e a biologização da política, isto é, a materialização da preservação no homem no que este compartilha com o animal: a vida como *zoé*<sup>21</sup>. Se a escolha da preservação humana passa pelo

---

violência, o culto à obediência, ao autoritarismo e no seu papel de equalizador de tensões sociais (sobre este último ponto ver Vaz, 2001).

<sup>20</sup> Não podemos deixar de mencionar a impossibilidade, segundo Agamben (2010), de considerar uma vida natural na modernidade, isto é, uma vida por fora de toda consideração política. No entanto, toda preocupação pela vida “orgânica” é simultaneamente uma preocupação pelo modo da vida; é, portanto, uma preocupação política.

<sup>21</sup> Não se trata, como assinalávamos anteriormente, de negar as diferenças entre uma e outra forma de considerar a vida por parte do pensamento grego, assim como tampouco de atribuir a vida sob a forma de *bíos* aos homens e a vida na forma de *zoé* aos animais. Conforme aclara Ammonius (apud CASTRO, 2012, p.

privilégio da biologia em detrimento da palavra, se a biologia tem orientado as escolhas sobre as intervenções urbanas, fazendo do espaço público o cenário de culto ao corpo, então nos deparamos com uma glorificação do corpo que se materializa no cotidiano urbano e que evidencia o ponto no qual a vida privada funde-se com a política.

Frente à mortalidade humana num mundo que permanece em detrimento dela, o homem encontrou como grande tarefa a ser realizada a elaboração de produtos por meio dos quais pudesse eternizar o seu lugar (ARENDDT, 2010). Os limites impostos pela biologia, com o qual se depara o gênero humano, o levam à criação de um mundo artificial no qual a produção toma a centralidade. O homem não é unicamente membro de uma espécie cuja imortalidade está garantida pela reprodução. A individualidade do homem não se imortaliza pela procriação, mas pelos resultados de atividades que se constituirão em vestígios da passagem do homem pelo mundo (ARENDDT, 2010). Assim, o ser humano constituirá um mundo imortal que lhe permitirá subsistir frente à mortalidade que lhe impõe sua condição humana, o fato biológico que coloca um fim à sua existência. A imortalidade, portanto, só poderá ser adquirida a partir das produções por ele realizadas, vestígios para a posterioridade.

Como indica Arendt (1996) em outro dos seus textos, é parte da própria condição humana que cada nova geração que chega ao mundo cresça num mundo velho, legado das gerações anteriores. Tal mundo é produto da atividade humana que luta pela preservação para além da vida de cada um dos indivíduos. Assim, o mundo moderno encontra suas possibilidades de preservação nos legados materiais que deixa aos seus futuros integrantes, e a análise de tais legados deveria ser um elemento a mais para a compreensão do mundo contemporâneo. Deriva-se daí que a construção da cidade e o desenho do espaço público são legados para as novas gerações, num contexto nacional que promove a preservação, mas também a eliminação de diferentes elementos da sua história. O urbano, seu planejamento, desenho, dinâmicas, formas de apropriação, e o grande conjunto de elementos que funcionam na sua organização e funcionamento, são desta perspectiva, fatores que orientam a forma na qual os homens legam o mundo às próximas gerações. A preservação da cidade é, neste sentido, mais um elemento que funciona a favor da imortalidade humana, ou, em outras palavras, a organização da duração

---

56), “La vida [bíos] se asigna a los animales que poseen lógos, esto es, solo a los hombres. La vida [zoé] a los hombres y a los animales que carecen de lógos”. Ao considerar que se tem privilegiado a preservação da vida como *zoé*, se indica que se preserva o que prescinde da palavra como *logos*.

daqueles elementos que esperam preservar-se numa administração urbana da memória.

Conforme salientamos, a CNEF tem atuado no retorno à democracia com grande ênfase no acondicionamento das praças de esportes, assim como na promoção de espaços destinados à prática de atividades esportivas, recreativas e de Educação Física. A escolha, portanto, no aprimoramento do urbano, tem tido um investimento de preservação do biológico, se considerarmos as variadas intervenções realizadas em prol do exercício físico da população. Assim, observamos que, para além da mortalidade daqueles que praticarão as atividades promovidas pela CNEF, também nos encontramos com a preservação dos elementos que promovem tais práticas, com as estruturas que continuarão para além da vida individual que, mesmo que estimulada a ser saudável, terá sempre o seu fim. A disposição de espaços públicos para este tipo de proposta não só procura o desenvolvimento de uma vida saudável em cada um dos indivíduos, mas também permite a instauração durável das condições necessárias para o favorecimento de tais aspirações.

Neste sentido, se considerarmos por um lado a necessidade humana de se fazer imortal a partir da produção de elementos duráveis no mundo, e por outro observamos a escolha da CNEF na preservação do puramente orgânico dos indivíduos a partir da construção de espaços públicos destinados à prática de atividades físicas, então se nos apresenta um paradoxo: o paradoxo dos homens preservarem o mundo pela (impossível) via da preservação biológica.

Mesmo que o que se preserve sejam os elementos materiais que asseguram as condições para a prática de atividade física, há nesse ato, uma tentativa de preservar o mais básico do indivíduo: a biologia. Desenha-se nesta escolha o permanente fracasso da preservação, o fracasso de cada geração em apostar na preservação daquilo que cedo ou tarde terá o seu fim; a escolha do cultivo do corpo sobre o cultivo das ideias e da vida política que, como os antigos consideravam, assegurava um lugar para a imortalidade.

A moderna superposição das esferas públicas e privadas teve efeitos nos mais diversos sentidos. Interessa-nos analisar neste caso como isso repercute no que diz respeito à política em relação ao corpo. Na sequência do pensamento de Arendt (2010), podemos dizer que na medida do incremento da dimensão corporal (no seu sentido orgânico) dá-se uma diminuição do político. Esta fórmula permite ilustrar a necessária suspensão do corpo que a Antiguidade exigia para poder passar ao âmbito da polis, da política, da vida em comum. O organismo deveria ser preparado para a vida política, e essa preparação passava pela satisfação

das necessidades vitais. Só podia entrar na esfera do público aquele a quem o corpo não se interpunha com a vida como *bíos*. Assim, a seguinte hipótese pode ser formulada: o deslocamento do privado à esfera do público contribuiu com o declínio do político na modernidade. Se o político só se faz possível na medida em o corpo pode ser posto em suspensão, se o corpo é o que interpela propriamente ao indivíduo no âmbito privado, se o moderno se constitui como uma administração doméstica em grande escala, o que resta então é que a política tenha sido obscurecida pela economia do corpo, sob a forma de economia política ou de governo econômico. O culto ao corpo na modernidade implicou, pois não poderia deixar de implicar, o recuo do que demandava sua suspensão, isto é, o declive da política. Reificação do corpo e mortificação da política.

### 3.3. O TEMPO E O SALÁRIO DA BIOLOGIA: PRAÇAS E PARQUES COMO ESPAÇOS DE REPOUSO

O que a modernidade trouxe consigo no plano do apagamento dos limites entre o público e o privado, o incluiu no salário. Este deve prever uma reconstrução, isto é, a sobrevivência do trabalhador, o pagamento do seu momento de recuperação. Determinar o salário supõe uma incursão na vida privada do trabalhador, prevendo o gasto que ele deverá ter para recompor uma e outra vez sua força de trabalho, cujo potencial será vendido na jornada seguinte. O salário ingressa na vida privada na medida em que deve garantir a reconstrução do biológico, isto é, a perpetuação da vida. O pagamento ao trabalhador deverá, portanto, sustentar o tempo requerido para tal recuperação.

Tempo de recuperação, tempo de esparecimento, tempo livre. Repouso, consumo e diversas atividades recreativas ocupam a maior parte do tempo de não trabalho. Claro que todos os matizes devem ser considerados. A diferença se radica, para além dos interesses e das possibilidades, no extra que o salário paga para além das exigências básicas de recuperação orgânica. O descanso, a família, os passeios, o esporte, tendem a ser as alternativas para aqueles a quem seu salário não lhes permite considerar o consumo como opção recreativa. Porém, a distinção de classe é fator importante, pois nela a relação tempo/salário torna-se fundamental na determinação das possibilidades do tempo de não trabalho. O salário da burguesia permitirá um gasto que excederá ao do repouso, limitação com a qual tendem a deparar-se as camadas populares (MILNER, 2003).

A força de trabalho burguês, diz Milner (2003) em referência à



burguesia remunerada como forma emergente do século XX, não se distingue qualitativamente de outras formas de trabalho. Igualmente ao caso do trabalhador, cria valor, funda mais-valia, e tem seu preço. A diferença está na forma de calcular esse preço, pois no caso da burguesia remunerada se trata de um “precio «político» porque la existencia misma del salariado burgués o mejor su generalización responde a una necesidad política, y no a una necesidad económica” (MILNER, 2003, p. 32). A regra da burguesia será a de que “un salario burgués digno de este nombre no debe, literalmente, permitir vivir” (MILNER, 2003, p. 32), e por isso se constitui sob a forma de “sobressalário”. Isto é, não deve ter como objetivo (unicamente) satisfazer as necessidades que garantam a sobrevivência, como assim o faz o salário do trabalhador.

Na medida em que o salário do trabalhador e o salário burguês não são quantitativamente iguais, o primeiro permitirá a reconstrução fisiológica da força de trabalho, no entanto, ao segundo se lhe incrementa um extra que adquirirá principalmente a forma de ócio, seja na forma de tempo (de ócio) seja na de mercadoria. Segundo indica Milner (2003), o sobressalário toma a forma de ócio-mercadoria naquela burguesia que, não contando com tempo de ócio (mas sim com o tempo de repouso), utiliza o extra adquirido na obtenção de bens materiais que serão consumidos no tempo de trabalho e repouso. Por outro lado há outra modalidade de sobre-remuneração na forma de tempo, apresentando-se numa burguesia que, não tendo dinheiro para o consumo de mercadorias, dispõe de tempo para atividades de esparecimento para além das de repouso. Mesmo assim, em termos concretos, as duas modalidades não resultam tão separadas, mas se combinam, incluindo-se mutuamente.

Tempo de repouso e tempo de ócio não são, portanto, correspondentes. Enquanto o primeiro tem um caráter produtivo, útil e em última instância quantificável, o segundo não está diretamente vinculado com a recuperação, na medida em que não depende da produção (direta ou indireta) de valor (MILNER, 2003). Para além desse par trabalho/repouso, ao qual se opõe o ócio, nos encontramos com outro elemento que o sobressalário organiza. Colocado por Milner (2003) sob o nome de *otium*, existe uma função histórica muito diferente que não se articula com a relação trabalho/repouso nem com o seu antagônico ócio. O *otium*, tempo das liberdades e da cultura, é o tempo do qual dependem “las letras y las ciencias [...], las artes y la filosofía, la política y la amistad, el amor y el placer; en resumen, las obras y prácticas de los Antiguos, aun cuando el universo moderno haya subvertido sus formas” (MILNER,

2003, p. 58)<sup>22</sup>. O tempo de ócio não coincide com o tempo de *otium*, mesmo que na cultura moderna haja a tendência a fazê-los a entre si confundir-se. Sendo que o *otium* não admite a forma mercadoria, a burguesia do sobretampo (desta forma não a burguesia do sobressalário) tem o privilégio de se ocupar com o *otium*. Porém, as possibilidades de nos encontrarmos com o *otium* na sociedade atual é algo que deve ser analisado em relação ao moderno fenômeno da “indústria cultural” (HORKHEIMER; ADORNO, 1998). Se o *otium* é um tempo que se encontra fora do par trabalho/repouso, assim como também se distingue da forma de ócio, então podemos pensá-lo como um tempo distinto daquele que se produz no seio das formas capitalistas. A indústria cultural, conforme analisaremos posteriormente, precisa da produção do tempo necessário para o consumo das formas culturais que ela mesma produz. O *otium*, como tempo não destinado às formas produzidas pela maquinaria cultural, encontrar-se-ia nos limites desse fenômeno, à margem tanto do tempo livre quanto da sua produção industrial.

Por sua parte, o Estado tomará para si a tarefa de oferecer os meios necessários de esparecimento àqueles a quem o seu salário não é suficiente para o consumo. Se como já foi dito, o tempo de não trabalho é para a classe trabalhadora um tempo de repouso e, portanto, é um tempo destinado ao corpo como recuperação da força de trabalho, a configuração de mecanismos governamentais destinados ao tempo de não trabalho que tenha como escopo o corpo da população terá caráter majoritariamente vinculado ao tempo de repouso em comparação àquele de ócio. Seja pela via da recuperação imediata, seja pela do cultivo de um potencial de trabalho sob a estrutura de um “treinamento”, o tempo de não trabalho que se destina ao corpo encontra maiores vinculações com a melhora das condições orgânicas (portanto, associado ao tempo de repouso) do que com o desenvolvimento do tempo de ócio como tempo da cultura<sup>23</sup>. Neste

---

<sup>22</sup> É interessante, neste sentido, a assertiva de Milner, segundo a qual o tempo de *otium* supõe um “corpo vivente” como corpo unido a um Outro, alma para Descartes, Inconsciente ou Desejo para Lacan. O que une a um e outro é uma noção de sujeito fragmentado, que, segundo Milner, se constitui como exigência para que as liberdades apareçam. O exercício da liberdade só pertence ao corpo vivente e, portanto, não corresponde nem ao trabalho, nem ao repouso, nem ao ócio (como inversão dos primeiros), mas ao *otium*. Para um tratamento desta temática, Cf. Milner (2003, p. 56-57).

<sup>23</sup> Pensemos, por exemplo, na situação extrema na qual a política é regida pela biologia (ESPÓSITO, 2006, p. 179): o nazismo é a máxima expressão da invocação da biologia como parâmetro para a configuração da vida política. O nazismo é, portanto, o exemplo da incultura (MILNER, 2003), o esgotamento de

sentido o tempo de não trabalho organizado pelo Estado sob a forma de tempo para a biologia, seja pela via da promoção do esporte, da melhora da qualidade de vida, ou da realização de atividades físicas como forma de esparecimento, supõe uma tendência de igualar o tempo de não trabalho ao tempo de repouso, toda vez que este seja considerado tempo destinado em menor ou maior medida à melhora da condição orgânica. Neste sentido o investimento do Estado em infraestrutura que favoreça a promoção de atividades físicas em qualquer das suas formas organiza, direta ou indiretamente, o tempo de não trabalho como tempo de repouso.

Considerando que o ócio pode adquirir tanto a forma de tempo quanto a de mercadoria, é pertinente distinguir entre a construção de espaços públicos para o ócio-tempo e espaços públicos para o ócio-mercadoria, por exemplo a partir do desenho de espaços de passeio por um lado e os *shopping centers*, por outro.

Mesmo assim, considerando que os espaços de espetacularização da mercadoria se constituem também como de passeio, a distinção não pode ser tão radical, ou em todo caso não se trata só da configuração do espaço, mas das possibilidades que nele se podem desenvolver conforme o salário e o tempo do indivíduo. Por exemplo, como indica Sarlo (1998) no seu ensaio sobre os centros comerciais, os *shopping centers*, mesmo que desenhados como espaço para potenciais consumidores, habilitam outras possibilidades, pois não excluem de forma ativa àqueles que simplesmente olham e admiram a exposição mercantil. O *shopping* como lugar de passeio é também uma alternativa, principalmente porque aí todas as facilidades estão garantidas (SARLO, 1998). Ar limpo e acondicionado, boa temperatura e segurança, iluminação adequada e asseio garantem, do espaço comercial, um bom espaço de passeio, principalmente para aqueles a quem a cidade se lhes apresenta como uma ameaça. Além disso, os *shoppings* asseguram a possibilidade de realizar atividades vitais necessárias (SARLO, 1998), como comer, beber e

---

toda possibilidade de superar a relação tempo de trabalho/tempo de repouso. Se a hipótese segundo a qual o tempo que não sendo estritamente de trabalho se destina à biologia, constituindo-se, portanto, nas proximidades do tempo de repouso, então não há no nazismo possibilidade do desenvolvimento da cultura para além do biológico, toda vez que o que se cultiva é o organismo. A biologia se impõe à política, ao cultivo das ideias assim como a toda forma de expressão humana que não vise em última instância o aperfeiçoamento da raça, ou seja, toda manifestação que não tenha a biologia como objetivo último. Sem pretender aprofundar na complexidade do nazismo, destaca-se como nele a preocupação pelo aprimoramento orgânico evidencia o primado da biologia, que se constitui como parâmetro de vida, acompassado a uma retirada da política.

descansar, mas também ir ao cinema e realizar outras atividades recreativas compõem o universo de possibilidades destes espaços que, progressivamente, vão incorporando num mesmo lugar os mecanismos para a satisfação de todas as exigências da vida moderna; atividades realizadas sempre em função da reinante lógica do consumo destes impérios comerciais.

Tanto as galerias quanto o mercado, formações que correspondem à modernização das cidades, são a expressão da virada da mercadoria como espetáculo, privilegiando o olhar e construindo-se como albergue das grandes multidões modernas<sup>24</sup>. Esse espetáculo da mercadoria encontrará nas décadas de 1980 e 1990 este novo espaço de desenvolvimento na cidade de Montevidéu: *shopping centers*, forma que no Uruguai se inaugura em 1986 com o “Montevideo Shopping Center” e anos mais tarde, em 1994, se consolida com o “Punta Carretas Shopping Center”.

No que diz respeito ao primeiro, é importante salientar que um ano depois da inauguração do Montevideo Shopping Center, ao espetáculo da mercadoria em grande escala se lhe incorpora o espetáculo do corpo também em grande escala. Segundo indica a própria página web do *shopping*, em abril de 1987 “Montevideo Shopping le presentaba a la ciudad un nuevo modo de participar: La Correcaminata”. O evento, forma inaugural de participação em atividades de grande monta de exercício físico e esparecimento, contou com a participação de 34.355 pessoas. A travessia começava na ponta de Trouville na Beira-mar de Montevidéu e finalizava nas instalações comerciais, cenário do sorteio de um carro 0 km que fez com que o *shopping* ganhasse o prêmio da *International Council of Shopping Centers* pela “excelência de marketing”. Espetáculo do corpo e espetáculo da mercadoria mostram a tutela do mercado. Talvez possamos considerar que essa “espetacular” conjunção alerta sobre a forma na qual tanto economia quanto política são progressivamente dominadas pelo mercado. Paradoxo da expressão *economia política*, pois não só reduz a política aos termos econômicos mas ao mesmo tempo reduz o econômico ao intercâmbio de mercadorias; política das coisas, dirá Milner (2012) ou, em todo caso, política da mercadoria. Não é menos importante que o evento tenha sido auspiciado pela CNEF na segunda edição em 1988. Assim, os grandes centros comerciais passarão pouco a pouco a converter-se em templos de consumo, tanto de mercadorias quanto do corpo (VAZ, 2006), tornando indistinguíveis um e outro. O corpo torna-se também objeto de consumo, situação que o *shopping*

---

<sup>24</sup> Cf. Benjamin (1989)

*center* tende a potenciar na concorrência de atividades de exposição de mercadorias e de exaltação do orgânico.

Em referência ao Punta Carretas Shopping Center, é importante observar que o prédio foi erguido a partir de uma reciclagem da histórica prisão que albergou grandes quantidades de presos políticos durante a ditadura, cenário da famosa fuga de mais de cem destes presos em 1971 e fechada em 1986 por causa de um motim realizado nesse mesmo ano. Porém, nenhum sinal do seu passado permaneceu na construção, nenhuma referência que rememorasse sua antiga função. Frente à mesma fachada a população acessa o espetáculo da mercadoria, naquele momento num dos maiores centros comerciais do país, sem sinais de que nas vitrines anteriormente se encontravam vítimas do terrorismo de Estado. A administração do esquecimento e da lembrança é materializada nas novas construções urbanas, sintomáticas de uma amnésia cidadina posta a funcionar pelo discurso de governo em prol de “un cambio en paz [...], reconstruyendo la democracia y modernizando al país por medios pacíficos sin que nuevamente los enconos del pasado nos perturben”<sup>25</sup>.

### **3.3.1. A recuperação do trabalhador**

A Comisión Nacional de Educación Física, ao procurar programas recreativos a serem implementados principalmente nas praças de esportes, levou em conta a necessária recuperação dos trabalhadores em atividades que fossem diferentes das laborais. Dentre as “funciones humanizadoras de la recreación” se destaca o “descanso activo” que funcionaria como “contrapeso al trabajo fatigante, tanto físico, emocional, como intelectual. En cualquiera de ellas se producen acumulaciones tensionales que se desembarazan con actividades de equilibrio y compensación” (CNEF, 1988c, p. 11). Seguidamente se destaca que não é improdutivo esse descanso. Como tempo de recuperação, ou de “equilíbrio” e “compensação”, o descanso ativo funciona no tempo de repouso, tempo em que o trabalho é pago, e no tempo sem o qual o trabalhador não poderia reconstruir, dia a dia, a sua força de trabalho. Assim, o Programa de Recreação esclarece que o “descanso recreacional no es pereza, sino cambio de actividad”, e dentre estas atividades o exercício físico, principalmente em sua forma lúdica, é

---

<sup>25</sup> Palavras do Presidente Julio Maria Sanguinetti à população com motivo do envio ao Parlamento de um complemento à “Ley de Pacificación” (Lei de Amnistia, Nº 15.737 aprovada o dia 22 de março de 1985). Mensagem emitido o dia 26 de julho de 1986 (SODRE, 1986)

muito incentivado por sua capacidade de “liberar los estados tensionales irregulares y con ello percibir una saludable sensación de liberación humana” (CNEF, 1988c, p. 11).

Observa-se, portanto, o destaque do tempo livre como elemento positivo na produtividade. Não há perda de tempo, sempre que o tempo livre seja pensado como tempo necessário para a eficiência do trabalho. A suposta improdutividade é colocada como um elemento a ser usado a favor da produtividade. Isto é, há uma inclusão da própria negatividade visando potencializar a adversidade a favor do produtivo. Na sua justa medida, na forma correta, quer dizer, organizada pelo professor de Educação Física nas praças de esportes, o tempo livre terá seus créditos positivos no trabalho e no estudo de crianças, jovens e adultos. A inclusão do improdutivo no próprio mecanismo faz ver as particularidades do funcionamento de gestão da vida. O tempo que em princípio poderia ser improdutivo é introduzido, não pela sua utilidade imediata, mas pelos benefícios que a longo prazo proverá. Mesmo que nesse tempo o aparentemente “negativo” tenha seu melhor espaço de desenvolvimento, mesmo que ali as ameaças possam encontrar as maiores possibilidades de emergir, não é muito mais que um mecanismo de *imunização da vida* (ESPÓSITO, 2005).

A expressão “*imunização da vida*”, utilizada por Espósito (2005, 2006) para circunscrever o fato de que a vida tem se potenciado em conjugação com a sua negação, sinaliza o funcionamento da política moderna, permitindo entender a permanência concomitante de fatores aparentemente adversos. O poder sobre a vida é um poder de conservação, que na própria afirmação da vida, a nega. A imunização da vida, a sua defesa, requer ser posta em contato com aquilo que a ameaça, em funcionamento análogo aos mecanismos imunitários observados pela medicina (ESPÓSITO, 2005, 2006).

Neste sentido é preciso considerar mais uma vinculação entre a política e a biologia, na medida em que a noção de imunização da vida sinaliza que a política toma para si o modo de agir da biologia. A imunidade adquirida, exemplificada com a prática da inoculação é, segundo Espósito (2006), o fator distintivo da política moderna. Assim como o mecanismo de defesa de doenças passa pela incorporação (isto é, a introdução no corpo mesmo) do agente produtor do mal em forma atenuada, o mecanismo da política moderna considera a presença do negativo no próprio funcionamento das engrenagens que operam sobre a vida. A inoculação como prática médica é traspassada à política. O objetivo é gerar “anticorpos” que atuem protegendo contra as ameaças político-sociais, dentre as quais as biológicas ocupam um importante

lugar. A inclusão do tempo livre nos Programas de Recreação para a população pode-se ver como um mecanismo imunitário sobre o tempo. Um mecanismo que vai em direção contrária à vida (produtiva), mas ao mesmo tempo a seu favor. A produção precisa daquilo que a nega, do tempo improdutivo, tempo no qual a produtividade não pode ser obtida em primeira mão. Como afirma Espósito (2006, p. 126), esse instrumento ascético de defesa da vida “la niega para afirmarla y sólo la afirma negándola”. Do tempo que permite o esparecimento da população, aparentemente improdutivo, extrai-se o máximo de eficiência, incorporando a prática recreativa à maquinaria biopolítica. Inclusive, poderíamos dizer que é essa própria maquinaria biopolítica que leva à configuração dessas práticas de esparecimento, na medida em que elas tomam sua própria forma como atividades para a melhoria indireta da produção. Isto é, as práticas recreativas na medida em que se supõem como alternativas ao tempo de trabalho, não se subvertem afastando-se de uma forma que seria natural e originária de esparecimento, mas se constituem no centro do dispositivo biopolítico. O tempo livre é, neste sentido, uma acertada expressão no que se refere ao tempo livre *de* trabalho, assim como também uma certa referência ao tempo livre *para* o trabalho, pois se trata de uma atividade de indireto caráter produtivo.

Se pensarmos este funcionamento imunitário em termos de produção, observa-se que a proteção da vida produtiva se faz mediante a sua aparente negação, por meio do desenvolvimento daquilo que a nega, isto é, o tempo não produtivo. A particularidade moderna do dispositivo biopolítico radica, segundo Espósito (2005), na forma na qual a vida é protegida. Isto é, “la inmunización del cuerpo político funciona introduciendo dentro de él una mínima cantidad de la misma sustancia patógena de la cual quiere protegerlo, y así bloquea y contradice su desarrollo natural” (ESPÓSITO, 2006, p. 75). Incorporando sua própria negatividade, a política moderna funciona excluindo o mal, mas ao mesmo tempo incluindo-o dentro de suas fronteiras. Ainda mais, poderíamos dizer que o mecanismo imunitário não só reproduz de forma controlada o mal contra o qual deve proteger, mas também produz esse agente que vai na contramão da vida.

Trazendo esta dinâmica para as análises sobre o tempo livre, observamos que este tempo não é unicamente considerado nas estratégias de produção pelo efeito indireto que gera, mas simultaneamente é produzido no núcleo desse mesmo dispositivo. Assim, administrar espaços que permitam organizar o tempo livre da população pode ser considerado como um mecanismo que, no aparente antagonismo ao incremento produtivo, age para afirmá-lo, produzindo e reproduzindo as

condições necessárias para a emergência desse tempo. O tempo livre da população precisa ser gerado e administrado, e é esta gestão das atividades recreativas, que funciona como o germe debilitado que, introduzido no corpo social, agirá a favor de seu antagonista: o tempo produtivo.

Dois elementos devem ser considerados:

1. Por um lado a configuração do tempo de repouso com um tempo que, ao funcionar como mecanismo compensador do trabalho, isto é, como compensador da dor e do sofrimento aos quais se vê submetido o indivíduo moderno, transforma-se ele mesmo também para um tempo de exaltação dessa dor e sofrimento.

Observemos tal mecanismo na proposta da CNEF. Se retomarmos a diferenciação do tempo feita por Milner (2003), podemos ver que o tempo definido como de repouso adquirirá diferentes formas. Para o caso das intervenções realizadas no retorno à ditadura, o esporte constituir-se-á como elemento chave na hora de se compensar as exigências laborais. A partir do Seminário sobre desenho curricular organizado pela CNEF em 1986<sup>26</sup>, foram elaborados quatro programas curriculares nos quais se fez a opção pela intervenção em ambientes não formais no âmbito da Educação Física, promovendo uma mudança de papel do professor, tendendo ao “abandono de la tradicional classe de gimnasia, substituida por modalidades más atrativas y de mayor efecto multiplicador e igual poder educativo” (SOTELO FARIÑA, 1985, apud CNEF, 1988a, p. 3). A proposta desta nova visão para a Educação Física esperava ocupar a cidade com diferentes atividades recreativas e esportivas que abarcariam a totalidade da população, mas sabendo que o público alvo seriam os setores vistos como carentes. Principalmente nas praças esportivas e, durante o verão, nas praias da capital, se desenvolveram programas de promoção de atividades físicas. Da ginástica ao esporte e à recreação, e com uma “educación física infantil en sustitución de una educación física escolar”, isto é, com uma educação física não limitada às instituições

---

<sup>26</sup> Como mencionamos anteriormente, entre janeiro e abril de 1986 se realizou o “Seminario sobre Diseño Curricular y Programación en Educación Física” que teve como resultado a elaboração de quatro programas destinados principalmente ao âmbito não formal. O Seminário teve como diretor ao Prof. José Sotelo Fariña, que também atuava como Diretor da *División Docente* e Diretor do *Departamento de Planificación* da CNEF. Este seminário foi proposto com o objetivo de capacitar os docentes em temáticas vinculadas ao currículo, tendo como meta a elaboração de propostas de programas curriculares de Educação Física, esporte e recreação (CNEF, 1988a).



escolares, a CNEF fazia uma opção “não formal” em educação física. A coletividade em sua totalidade devia se deparar com as propostas de educação física que seriam desenvolvidas em diferentes espaços da cidade, nos “terrenos baldíos, los espacios verdes, las plazas y las playas” (CNEF, 1988b, p. 3), como forma de atingir a uma “Educação Física para Todos”. Observe-se as semelhanças com o movimento “Esporte Para Todos” surgido no Brasil na década de 1970, e no qual também se salientava a participação massiva em atividades esportivas para além da procura de rendimento ou da melhoria das capacidades físicas dos participantes. O objetivo era conjugar as modalidades esportivas tradicionais com os jogos informais, de maneira tal que se desenvolvessem atividades com “um mínimo de organização e de técnicas que permitam um máximo de participação” (DA COSTA, 1981, p. 10). Várias das suas formas de intervenção encontram semelhanças com aquelas utilizadas pela CNEF, mesmo que as referências, explícitas nos documentos elaborados durante a ditadura (CNEF, 1976), sejam indiretas nas edições da democracia. Conjugar atividades esportivas e recreativas, permitir a autonomia dos participantes, facilitar o acesso a todos os setores da sociedade, são algumas das características em comum. As consequências políticas são evidentes. Utilizado tanto no Brasil quanto no Uruguai pelos governos autoritários, o Esporte para Todos se fundava como uma via de transmissão de mensagens políticas. Tratava-se, conforme analisa Teixeira (2009), de uma “amenização” dos discursos intimidantes da ditadura pela via do esporte, porém sem abandonar as injunções de controle social, principalmente pelos efeitos de adesão gerados a partir do fenômeno esportivo<sup>27</sup>.

Esta virada da Educação Física, que a coloca preferencialmente fora das instituições educativas e tem os espaços públicos como alvo de intervenção, se encontrava no início dos quatro Programas Curriculares elaborados pela CNEF nesse período (CNEF, 1988a, 1988b, 1988c, 1993). Nestes programas, as considerações sobre o tempo no qual a população participaria não faltaram, justificando que o homem sente a necessidade, em todas as idades, de “realizar actividades liberandose de

---

<sup>27</sup> A temática excede as possibilidades de análise do presente trabalho. Seria importante pesquisar profundamente a recepção no Uruguai deste projeto levado adiante pelo Brasil, cuja experiência foi transmitida não apenas ao vizinho do sul, mas a Equador, Peru, Chile, Argentina, entre outros (VALENTE; MACEDO DE ALMEIDA, s.d). A influência de Lamartine Pereira da Costa, impulsor do movimento, foi de grande importância no Uruguai, principalmente nas décadas de 1980 e 1990.

obligaciones y responsabilidades” (CNEF, 1988a, p. 7). A recreação da população terá como principal objetivo “liberar las tensiones reprimidas causadas por trabajo, estudio u otras cosas, como medio en la búsqueda de una positiva higiene mental” (CNEF, 1988c, p. 6), para o quê será necessário evitar, segundo a CNEF, a realização de atividades que se assemelhem às tarefas habituais ou rotineiras. Uma consequência se desdobra do argumento: o aparente distanciamento que o tempo livre parece ter em relação ao trabalho, retorna a ele para incrementá-lo em termos produtivos. Isto é, o tempo livre, é um mecanismo que, sob a aparência de ser alheio ao tempo de trabalho, se constitui como prolongamento do tédio que o seu oposto causa, tanto quanto “se continúan las formas de la vida social organizada según el régimen de la ganancia” (ADORNO, 1993, p. 56). Paródia de si mesmo (ADORNO, 1993), o tempo livre continua com a subsunção daquele tempo do qual se manifesta como supostamente “liberado”. Tempo livre e trabalho, opostos inseparáveis, têm um matiz comum: dar continuidade à exploração, prolongar os fins produtivos aos que exponencialmente vêm-se submetidos os homens no mundo capitalista. Neste sentido afirmam Horkheimer e Adorno na *Dialética do Esclarecimento*:

A diversão é o prolongamento do trabalho sob o capitalismo tardio [...]. Ao processo de trabalho na fábrica e no escritório só se pode escapar adaptando-se a ele durante o ócio. Eis aí a doença incurável de toda diversão. O prazer acaba por se congelar no aborrecimento, porquanto, para continuar a ser um prazer, não deve mais exigir esforço e, por isso, tem de se mover rigorosamente nos trilhos gastos das associações habituais. O espectador não deve ter necessidade de nenhum pensamento próprio, o produto prescreve toda reação (HORKHEIMER; ADORNO, 1985, p. 128).

Daí se depreende que o tempo livre, sem se assemelhar às atividades rotineiras (conforme diria a CNEF), não deve supor um esforço, mas se apresentar em atividades habituais, simples, afirmando a necessidade de distrair-se dos momentos do trabalho. Distinguir trabalho e tempo livre será chave para a eficiência. Como indica Adorno (1993, p. 57),

se marca a fuego en la conciencia e inconsciencia de los hombres la norma de que tiempo libre y

trabajo son dos cosas distintas. Como según la moral del trabajo vigente, el tiempo libre tiene por función restaurar la fuerza de trabajo, precisamente porque se lo convierte en mero apéndice del trabajo es separado de este con minuciosidad puritana.

Evidência disso é a afirmação da CNEF, que no seu Programa de Recreação afirma a importância de “Evitar toda aquella actividad que se asemeje o iguale al quehacer habitual por lo rutinario” (CNEF, 1988c, p. 6) e posteriormente esclarece que as duas funções principais do “ócio” devem ser: “Descanso (libera de la fatiga); [e] diversión (libera del tedio)” (CNEF, 1988c, p. 9). A vida dos indivíduos fica assim dividida em metades. Sua mescla supõe um perigo: que a metade do tempo livre veja-se afetada pela sua semelhança com a outra metade destinada ao tempo de trabalho ou ao invés, que o trabalho veja-se afetado pela perda de produtividade por sua mistura com o tempo livre. Pois como indica Adorno (1993, p. 56), “el tiempo libre, probablemente para que después el rendimiento sea mejor, no ha de recordar en nada al trabajo”. As atividades realizadas em um e outro tempo devem ser radicalmente diferentes, pois assim se garantem os cometidos que cada um deles tem, mas que se traduzem, em ambos os casos, em termos de produtividade e lucro. Assim, o tempo livre é administrado da mesma forma que o trabalho, pois o primeiro se converte numa projeção direta do segundo. Sendo o trabalho fonte de funcionamento da maquinaria capitalista, o tempo livre deverá ser condicionado para que dele se possa obter os mais proveitosos resultados. A liberação não é, afinal de contas, do tédio que causa o trabalho, pois o tempo livre se constitui como um mecanismo que contribui para suportá-lo, isto é, como “exercício de celebração da dor, do sacrifício, do sofrimento” (VAZ, 2006, p. 18)

Neste mesmo sentido é importante considerar o fato de que a CNEF incentiva o “descubrimiento de hobbies a través de una vidriera de posibilidades, con lo cual contribuiremos ampliamente en la organización util del tiempo libre”, segundo afirma no Programa (CNEF, 1988c, p. 6). A afirmação traz diversas consequências. Em primeiro lugar a preocupação pela adoção de hobbies, ironia na qual o tempo livre deve ser ocupado, despojado de toda liberdade (ADORNO, 1993). O hobby torna-se necessário pois dele depende a ocupação do tempo que não se encontra ocupado pelas atividades laborais. Nele se deposita a confiança de que esse tempo seja, afinal, útil e produtivo. O fato desse tempo contribuir na recuperação da força de trabalho não responde unicamente ao descanso que nele se realiza, mas nas possibilidades de adestramento

do corpo em função dos comportamentos esperados no trabalho.

O hobby é a *falsa consciência*, parafraseando Marx, da liberação do trabalho, a falsa crença da superação do tédio, a aposta a uma atividade que nunca conseguiria superar a dinâmica do trabalho, pois nela se funda e por ela sobrevive. Sob essa armadilha “los hombres no advierten hasta qué punto, donde se sienten libérrimos, en realidad son esclavos, porque la regla de tal esclavitud opera al margen de ellos” (ADORNO, 1993, p. 57). Não por acaso a CNEF proclama a importância do hobby como “organización útil del tiempo libre” dos indivíduos. Suas diversões, em última instância, não lhes pertencem. São o resultado das constantes mutilações do estado de liberdade, da necessidade de reparar a força de trabalho à qual se veem submetidos, assim como da imposição que a indústria cultural tem na determinação das escolhas individuais (ADORNO, 1993). O hobby é, portanto, a continuação da coisificação do trabalho, produto da sua transformação em mercadoria. A expressão “vidraça” utilizada pela CNEF não pode expressá-lo melhor. O hobby torna-se mercadoria a ser produzida e consumida, coisificando o tempo livre da mesma forma na qual é coisificado o homem na linha de produção.

2. Por outro lado, a administração do tempo livre, como aquele que vai maximizar a vida no balaço da sua própria negação, supõe um tempo que precisa ser educado. O que vem negar a vida não é sempre uma produção, a priori e voluntária, mas está no movimento mesmo de sua conservação. Porém, também há uma produção da ameaça, uma conjugação de condições a partir das quais se torna factível que o que nega a vida surja para, assim, produzir a sua afirmação. O tempo livre imuniza a vida, na medida em que permite o espaço, ou em todo caso, o tempo, no qual o que atenta contra ela possa desenvolver-se, sendo simultaneamente necessário para sua preservação. A vacina do tempo livre, isto é, a permissão de tempo livre de trabalho para que este último seja mais eficiente, é uma solução. Não há novidade, mas atualização dos mecanismos de maximização da vida, inovando nesta permissão a partir do esforço educativo.

A educação para o tempo livre coloca-se como elemento chave na promoção desta possibilidade imunitária, pois também na imunidade é possível introduzir a maximização, a constante procura da eficiência. Não só promover o tempo livre como um “a mais” que se pode obter mesmo com uma aparente perda de produtividade, mas, sobretudo, fazer dele algo do qual se possa obter os maiores benefícios. Eis o sentido da educação que desenvolveu a CNEF no Programa de Recreação.

Dentre os vários objetivos que propõe esse Programa, há os que procuram guiar ou orientar a população no uso do tempo livre de forma tal que ele não fique à mercê de sua ocupação por qualquer tipo de atividade que prejudique o seu aproveitamento. Neste sentido o Programa de Recreação da CNEF visa:

Educar a la población para el uso del tiempo libre [...]. Orientar el tiempo libre disponible del individuo con actividades interesantes y significativas [...]. Fomentar la creación de una conciencia del tiempo libre [...]. Organizar la familia para el uso del tiempo libre [...] (CNEF, 1988c, p, 5-6)

Assim mesmo se colocam objetivos que permitem entrever a importância atribuída pela CNEF à formação da população no tempo livre: não só guiá-la e organizá-la para o seu uso, mas também afastá-la daquelas formas não convenientes por prejudicarem os benefícios que deste tempo se pode obter. O tempo livre deverá, portanto promover a liberação das “tensiones reprimidas causadas por trabajo, estudio u otras causas, como medio en la búsqueda de una positiva higiene mental”, evitando “toda aquella actividad que se asemeje o iguale al quehacer habitual por lo rutinario” (CNEF, 1988c, p. 6).

Diversos elementos podem ser colocados a partir deste desenvolvimento programático da CNEF. Interessa-nos destacar o fato de que o tempo livre se apresenta como não sendo diretamente produtivo, podendo ser organizado em prol dos seus efeitos positivos na vida da população. Criar consciência em relação às atividades de esparecimento será um fator constante nas intervenções da CNEF que, frente às obrigações do trabalho, apostará na realização destas outras atividades que se apresentam sob a forma de “convite”, induzindo, promovendo, exortando a população para a procura de uma autogestão da própria vida. Uma vida que terá um importante caráter de auto-organização para o qual se destina uma educação no tempo livre por parte da CNEF que permita o melhor aproveitamento deste tempo, que de forma alguma se espera que seja um tempo desorganizado.

A criação de consciência, como dizíamos, vem acompanhada da procura de uma “positiva higiene mental”. As tensões às quais o trabalhador tanto quanto o estudante se veem submetidos são detectadas pelo Programa de Recreação como problemática a ser abordada, esperando conseguir, com as atividades propostas, uma higiene não só do

organismo, mas daquilo que é identificado como dimensão “espiritual”, “psicológica”, “psíquica”, “mental” ou “intelectual”, mesmo que sem se aprofundar nas diferenças que estas referências carregam. Sem contar com um desenvolvimento deste aspecto no Programa, podemos supor o caráter higiênico que atinge não só o organismo, mas também aquilo que, não sendo orgânico, precisa se liberar das opressões que o trabalho causa. Esperava-se, no nível biológico e no psicológico, promover uma autopercepção que incrementasse as possibilidades de prescindir da intervenção direta para atingir aos objetivos higiênicos desejados. Uma vez reconhecidas as adversidades produzidas pelas atividades consideradas “obrigatórias”, o Programa de Recreação proposto pela CNEF situa-se à procura de recondicionar os indivíduos com atividades “interesantes y significativas” (CNEF, 1988c, p. 5) que higienizem física, psíquica e socialmente aos indivíduos após a jornada laboral. Para os estudantes também é identificada como necessária a recreação, pois o seu público alvo é todo aquele que, pelas demandas sociais, se encontra submetido a atividades rotineiras e obrigatórias, sejam elas laborais, de estudo ou domésticas. Para isso o Programa também sugere brindar “la oportunidad de realizar actividades psico-físicas lo más variadas posibles [...]. Recuperar la riqueza motriz del individuo asediada por el sedentarismo. [...] satisfacer sus necesidades de movimiento creatividad y expresividad”, revitalizar o tempo livre como “generador de actividades sociales” de forma tal que mental, social e corporalmente estejam dadas as possibilidades dos indivíduos “dinamizar sus energías” (CNEF, 1988c, p. 5-7).

A educação do tempo livre, portanto, não pode ser uma questão deixada ao acaso, e a CNEF tomou para si o trabalho de educar à população na boa utilização deste tempo (CNEF, 1988a; CNEF, 1988c). Esta busca pela correta organização do tempo livre não estará unicamente dirigida ao plano individual. A família também se constitui como ator sobre o qual os professores de Educação Física deveriam intervir, organizando-a no uso adequado do tempo livre (CNEF, 1988c).

Mais uma vez se observa como a família sai do âmbito privado, sendo gerenciada e organizada pelos organismos estatais. Do individual ao coletivo social passando pelo familiar, a CNEF desenhou um projeto que atingirá o conjunto da população, a qual deveria se deparar com as ações da CNEF no cotidiano. O esporte, a educação física e a recreação deverão fazer-se visíveis para a população sem requerer grandes esforços. Tomar a cidade, ocupá-la com as propostas de atividade física, exigirá, portanto, que ela conte com os “equipamientos para ese Tiempo [libre] en cantidad y calidad” (CNEF, 1988c, p. 8). O “espaço público” será para

este projeto o lugar “donde deben darse cabida a las actividades del Tiempo Libre. Es donde la población debe encontrarse para las actividades [...] tales como la cultura, la recreación, el esparcimiento y los deportes” (CNEF, 1988c, p. 8). Praças de esporte, núcleos habitacionais, centros comunais, parques e praças, quadras, pistas de atletismo e o velódromo, ruas, praias, clubes esportivos, rios e campings, serão as áreas de atuação que o Programa prevê, dando conta da expansão que a proposta de atividades físicas deverá fazer na cidade. Ocupar o espaço urbano, recreá-lo, torná-lo ativo. A gestão da CNEF é a expressão da maximização do rendimento biopolítico no espaço urbano. Questão de economia, de rendimento, de planejamento e administração.

### **3.3.2. Atualização do dispositivo**

Salientamos, portanto, que o que predomina nesta proposta não é a inovação, mas a atualização. Atualização dos dispositivos, isto é, dos mecanismos, práticas, instituições e técnicas que se articulam ao sujeito; do incessante governo que, não só guia e orienta, mas, desde o começo, supõe sua definição. Falamos de atualização, pois não se trata de um ponto de origem, mas de fazer como “sempre de novo”, na paródia na qual parece se desenhar um novo começo que, sem origem, não é mais que uma reconfiguração do preexistente. Mesmo que as ações governamentais, principalmente neste novo “começo” para um Uruguai democrático, se caracterizem propagandisticamente pela inovação ou invenção, o dispositivo como forma persiste como máquina de governo. O que sucede é uma sistemática atualização em prol da articulação subjetiva, e que para o caso que estamos analisando, encontra importantes semelhanças com as formas adotadas pelos dispositivos na primeira metade do século XX. Porém, se trata de uma atualização sempre que se entenda que o sujeito é o resultado do ponto de encontro entre os dispositivos e o vivo – sendo a linguagem a forma primitiva dessa conjunção (AGAMBEN, 2011), e que tal encontro faz com que algo do vivo se configure em sujeito. Trata-se de uma atualização que, com as suas novidades, funciona sempre na articulação, orientação e controle do sujeito.

O dispositivo se atualiza. Se olharmos para a cidade de Montevidéu, os espaços de passeio, de recreação ou espaços esportivos, sempre estiveram em foco, e o século XX foi o século das maiores intervenções urbanas que garantiram essas atividades a baixo custo.

As praças, cuja construção cresceu junto com a cidade, foram progressivamente desenvolvidas desde a fundação de Montevidéu, e para

o começo do século XX emergiram, como veremos a seguir, como as praças esportivas, grandes espaços com quadras, ginásios, vestiários e às vezes piscinas, que ofereciam serviços gratuitos de atividades físicas à população<sup>28</sup>. A construção de parques públicos encontrou seu ponto de maior desenvolvimento a partir da criação do Parque Urbano (atualmente Parque Rodó) em 1901, do Parque Central (atualmente Parque José Batlle y Ordóñez) em 1907, da quadra do Parque Central em 1917 (no lugar em que atualmente fica a Pista de Atletismo), e a passagem ao domínio municipal do Parque Durandeanu, posteriormente denominado parque Rivera (BRESCIANO; COMESAÑA, s.d).

No período pós-ditatorial a ênfase recairá na melhora dos espaços já existentes. É importante salientar as praças construídas no cenário ditatorial, cujas nomeações não são casuais: a inauguração da Praça do Exército em 1976 e a Praça da Aviação em 1984 por exemplo, ou a Praça dos “Campeones de 1950” construída em 1990, em homenagem à vitória no Campeonato Mundial de Futebol. As construções e nomeações das praças e parques são evidências dos sentimentos da época pós-ditadura. Na década de 1980 observa-se uma forte tendência em nomear e renomear lugares públicos, fazendo referência principalmente a grandes personalidades do âmbito nacional e internacional assim como também datas de relevância histórica que sinalam um passado que se quer ressaltar, ao tempo que outro se dilui no esquecimento. Praças esportivas e instituições educativas são as construções privilegiadas para esta materialização da ausência, imanência de um passado que se congela no nome e alenta o porvir. 1975, conhecido como “ano da orientalidade”, se caracterizou especificamente pela grande nomeação de “monumentos históricos” a diversas construções urbanas. Parques, praças, quartéis, foram espaços de impressão do passado que procuravam representar oficialmente uma identidade nacional (Cf. COSSE; MARKARIAN, 1996, p. 41), mas que, no que se refere exclusivamente aos prédios associados a personagens e fatos relevantes do passado, deixou de lado a preservação de uma importante quantidade de valiosos exemplares arquitetônicos e urbanísticos (GRUPO DE ESTUDIOS URBANOS, 1983).

Em relação a outros espaços vinculados ao esparecimento, também no século XX se encontram as iniciativas mais importantes. Entre as diversas intervenções, podemos destacar a inauguração do Estádio Centenário, em 1930, e quatro anos mais tarde a construção da piscina de

---

<sup>28</sup> Uma análise sobre esta temática pode ser encontrada no trabalho de Corral e Kühlsen (2011).



Trouville (reinaugurada posteriormente em 1989, e considerada pela CNEF [1990] como um espaço de passeio de baixo custo para a população). Em 1938 se inaugura o Velódromo Municipal no Parque Batlle y Ordóñez, em 1968 se inaugura o Estádio Cerrado Municipal (conhecido atualmente como Cilindro Municipal), e em 1982 dá-se início às obras do Estado Poliesportivo do Parque Rivera.

Outro elemento de grande importância foi a construção do passeio à beira-mar que margeia a cidade de Montevideú, do Rio da Prata (iniciadas nas primeiras décadas do século XX). A beira-mar de Montevideú, localmente conhecida como “Rambla”, é uma avenida e passeio público com uma extensão de 30 km que conta com zonas de ciclovía e áreas de banho nas praias da capital. O desenvolvimento da cidade para a costa foi progressivo e com início tardio. Não será senão até o final do século XIX que Montevideú começará a olhar a costa, visando nela possibilidades de desenvolvimento urbano. Transformando paulatinamente a costa em balneários, a cidade começa a orientar-se em direção leste, configurando bairros como Pocitos, Malvin e Carrasco, naquele momento relativamente afastadas do centro da cidade (fenômeno que encontrou correspondência à aparição do automóvel) (INTENDENCIA MUNICIPAL DE MONTEVIDEO, 2010). Foi de forma isolada, nestes pequenos núcleos de construção, que a beira-mar começou a se edificar, sendo primeiramente planejada a zona sudeste, no período de prosperidade nacional das primeiras décadas do século XX. Na zona central de Montevideú (*Ciudad Vieja*) as construções que começaram no início desse século tinham por objetivo, além do embelezamento da costa e a configuração da paisagem urbana com posterior forma de passeio, a tentativa de acabar com o bairro de prostituição, popularmente conhecido como “El bajo” (TORRES CORRAL, 2007). Na parte oeste, beirando a baía de Montevideú até o morro que também leva o nome da cidade, a costa apresenta uma situação bastante heterogênea. Grandes obras de infraestrutura, como o porto, a central ferroviária, centrais elétricas, as refinarias da Administración Nacional de Combustible, Alcohol y Pórtland (ANCAP), assim como os frigoríficos e os bairros de operários a eles associados se interpuseram nas possibilidades de relação direta entre a cidade e o Rio, desenvolvendo-se principalmente como avenida periférica (INTENDENCIA MUNICIPAL DE MONTEVIDEO, 2010). Entre 1970 e 1980 se completou a beira-mar que beiraria a *Ciudad Vieja* com forma de passeio e avenida, unindo as zonas leste e oeste. Desde o final do século XX a beira-mar é objeto de diferentes planos de ordenamento territorial, sendo definida como Área Prioritária de Atuação com o objetivo de revitalizar o caráter identitário

da cidade<sup>29</sup>.

Todo este desenvolvimento de espaços públicos vinculados ao esparecimento, geralmente ligado direta ou indiretamente à melhora da vida da população, permite vislumbrar a forma com a qual o Estado se preocupa com o tempo livre e a realização de atividades fora do espaço de trabalho ou do lar.

O processo de modernização do país, com o seu forte propulsor, José Batlle y Ordóñez, no começo do século, gerará uma forma particular de atuação do Estado sobre a cidadania, com um forte caráter higiênico e eugênico. No transcurso do século o impulso eugênico foi diminuindo (ou sendo dissimulado) na medida em que se deu continuidade ao higienismo, atualizando-o, salientando na saúde do sujeito componentes sociais e psicológicos. O desenvolvimento de espaços esportivos também não passou despercebido, e as praças de esportes construídas principalmente na segunda década do século XX merecem consideração à parte.

Com o principal objetivo de promoção de saúde da população, a proposta original da criação de “Plazas vecinales para la cultura física”, realizada por quem fora o primeiro presidente da CNEF, Juan Arturo Smith<sup>30</sup>, tinha como meta melhorar a raça a partir do seu desenvolvimento físico e moral. O projeto afirmava ter por objetivo

proporcionar al hombre no sólo un centro recreativo, sino la enseñanza racional y científica de todos aquellos ejercicios que contribuyan á la mejora, embellecimiento y vigorización de la raza, cuidándose, en primer término, que ellos no sólo influyan benéficamente en favor del cuerpo, sino que ejerzan esa benéfica acción sobre el espíritu de todos los cultores, haciéndoles dueños de virtudes, sin cuya posesión, inútil, sino perjudicial, sería la mayor perfección física (SMITH, 1913, p. 6-7).

É a partir das intervenções de Jess T. Hopkins<sup>31</sup>, designado pela

---

<sup>29</sup> Uma exaustiva análise sobre o desenvolvimento da costa de Montevidéu pode-se encontrar em Torres Corral (2007)

<sup>30</sup> Juan Arturo Smith foi o primeiro presidente da Comisión Nacional de Educación Física, em 1911.

<sup>31</sup> Jess T. Hopkins, titulado em educação física pela universidade de Springfield College da YMCA dos Estados Unidos, foi o primeiro Diretor Técnico da CNEF e teve sob sua responsabilidade a realização do primeiro curso intensivo para a formação de mestres em educação física no Uruguai em 1920.

CNEF Diretor Geral das praças vicinais de Montevideu em 1913, que podemos supor que o nome das praças tenha mudado de “Plazas vecinales para la cultura física” a “Plazas de Deportes”, pouco depois da sua inauguração<sup>32</sup>. A vinda de Hopkins para desenvolver tarefas como diretor do *Departamento de Educación Física* da *Asociación Cristiana de Jóvenes* (ACJ) do Uruguai em 1912, trouxe um importante impulso ao esporte nacional, introduzindo e desenvolvendo o basquetebol e o voleibol no país, promovendo a sua prática nessas praças. Numa carta que escrevera a J. H. Mc. Curdy, diretor do Springfield College, o dia 26 de agosto de 1912, quase onze meses antes da fundação da primeira praça, Hopkins já se referia a elas como “plazas de deportes” (HOPKINS, 1912)<sup>33</sup>.

Com atividades que não se reduziam ao esparecimento e à prática de exercícios físicos, mas que também incluíam banhos gratuitos, venda de alimentos e bebidas, se ampliava o público alvo a todas as faixas etárias em prol do êxito no aperfeiçoamento da população (SMITH, 1913, apud RODRÍGUEZ GIMÉNEZ, 2012, p. 183). Procurava-se afastar a população das atividades “malsãs” fomentando uma “higiene corporal e social” que compensasse os desvios ocasionados pela ausência de ocupações (com o risco de ocupar o tempo em atividades prejudiciais seja ao corpo ou à sociedade) ou pelo desgaste das forças no trabalho (colocando os exercícios físicos como a via para sua recuperação). Neste sentido as praças de esportes, desde sua criação, foram propostas como espaços de disciplinamento da cultura popular, de balizamento dos costumes que debilitavam o corpo individual e social.

O refinamento da cultura popular esteve nas preocupações políticas desde as projeções modernizadoras do Uruguai, antes de iniciado o século XX. Vergonha, culpa e disciplina inauguraram uma nova sensibilidade, moderna, civilizada, que se impôs, com o novo século, ao corpo e à alma do cidadão (BARRÁN, 2004). O disciplinamento do ócio, a rejeição à violência física, o puritanismo sexual e o afastamento da morte foram alguns dos mecanismos regulamentadores que, com avanço

---

<sup>32</sup> Informação que se desprende do relato da história da CNEF (CNEF, 1981) e da entrevista realizada a Manuel Díaz Romeu em maio de 2009, quem fora Presidente da Asociación Cristiana de Jóvenes de Montevideu (disponível em: <http://historico.elpais.com.uy/090415/pciuda-411034/ciudades/un-club-que-forjo-buena-parte-de-la-historia-del-deporte-uruguayo/>)

<sup>33</sup> O trabalho de Hopkins no desenvolvimento da educação física e o esporte no Uruguai, assim como o contexto dessa carta e sua análise, foram objeto de Dogliotti (2012a, p. 173).

descontínuo, promoveram uma sensibilidade civilizada no país. O rendimento no sistema produtivo exigia disciplina, recato, prudência e controle, e a burguesia sabia que devia imprimir uma nova forma de fazer nas camadas populares, levando ao extremo o potencial da produção. A vida na cidade passou a tomar uma nova forma, a forma da civilização, do controle da sexualidade como fator fundante de uma maneira de os indivíduos se vincularem com o seu corpo e com o dos outros. Desordem e barbárie deviam ser disciplinadas, e nesse sentido a escola e a Igreja tiveram um papel de grande relevância<sup>34</sup>. O ócio também foi frente de ataque nesta contenda contra a barbárie e a baderna social. Foram as praças de esporte que tiveram na mira o controle do tempo livre do trabalhador, ocupando-o com atividades produtivas e disciplinando seus modos e formas de convivência. Ócio, jogo e festa procuravam ser canalizados e regulamentados ao mesmo tempo em que se exaltava o trabalho, a poupança, se introduzia o temor frente à doença e a morte, e se controlava a sexualidade, governando o corpo e procurando uma “reforma moral” da sociedade (BARRÁN, 2004).

O controle desta cultura bárbara se impunha ao projeto de país. Fazia-se necessário introduzir uma sensibilidade mais próxima dos cânones da cultura burguesa rejeitando qualquer forma que induzisse um desequilíbrio na moralidade dominante. A limitação da cultura popular se tornava exigência, procurando suspendê-la em sua alteridade em relação ao projeto civilizador burguês. As praças vicinais de cultura física eram, como o seu nome sugere, destinadas ao controle e governança da cultura física, biológica, corporal, no seu sentido mais orgânico, da população, principalmente daquela identificada com o nome de “povo”. Ordenar o povo, disciplinar sua ética e estética de classe subalterna a partir da instauração de mecanismos que sistematizassem o corpo e suas expressões, além do aperfeiçoamento orgânico exigido em termos eugênicos e higiênicos, eram objetivos das atividades desenvolvidas nestes espaços, e que exigiam formas civilizadas de comportamento. Civismo que corresponderá, evidentemente, às exigências próprias do mundo capitalista, aos modos de comportamento necessários para assegurar a produtividade do processo de trabalho, e que se coaduna com as formas próprias da vida urbana traduzidas no corpo sob aparência e comportamentos de classe. As praças de esporte serão, portanto, uma extensão dos mecanismos de configuração da vida moderna, urbana,

---

<sup>34</sup> Sobre as vinculações entre a educação do corpo como objeto de disputa entre a Igreja católica e a instituição escolar na passagem para o século XX no Uruguai, pode-se consultar Seré Quintero (2011).

civilizada, braço que articula os interesses estatais com as exigências conjunturais da população, especificamente no que diz respeito à educação do corpo.

O caráter disciplinar da Educação Física se fez evidente, tendo benéficos efeitos na supressão de vícios e maus costumes da população (DOGLIOTTI, 2012a). As praças esportivas contariam com um professor encarregado de dirigir “racionalmente” as atividades, ministrando aos usuários exercícios “que convengan a su salud o a su desarrollo”, procurando atingir “el más favorable éxito en pro de su perfeccionamiento moral y físico”. Assim, era preciso fomentar todos aqueles “ejercicios y prácticas tendentes a moralizar las costumbres.” (SMITH, 1913, apud RODRÍGUEZ GIMÉNEZ, 2012, p. 183). Apresentadas como de caráter democratizante, porém, sem poder fugir aos parâmetros higienistas e eugênicos, ficavam excluídos das praças de esportes aqueles com “enfermedades contagiosas [...], enfermedades físicas visibles [...], enfermedades psíquicas notables a la vista o por sus actos [...], los retardados” (SMITH, 1913, apud RODRÍGUEZ GIMÉNEZ, 2012, p. 182)<sup>35</sup>. Desta forma as praças se propunham no início do século XX a serem espaços para a higiene corporal e social, e a funcionalidade de tais construções se fundamentava pela importância do trabalho, do descanso e do eficiente uso do tempo livre.

No retorno à democracia nas últimas décadas do século XX, as praças de esporte foram retomadas pelas gestões da Comisión Nacional de Educación Física. Assim como a CNEF teve como uma de suas primeiras intervenções a construção destas praças, apresentadas como projeto em 1912 por Juan Arturo Smith, o retorno democrático teve, mais de setenta anos depois, o mesmo impulso: remodelar, ampliar e melhorar as praças esportivas para que a população (geralmente de menores recursos econômicos) tivesse o seu espaço de higiene (biológica, psicológica e social). Deixando aparentemente à margem o caráter eugênico característico da proposta originária, o discurso enfatizará o aspecto sanitário e socializador, ampliado as diferentes esferas do sujeito que começará pouco a pouco a ser considerado desde uma perspectiva “integral”.

### **3.3.3. O tempo de não trabalho: questão de classe**

Se como afirma a CNEF, os clubes esportivos atendem

---

<sup>35</sup> Uma análise exaustiva deste tema pode se encontrar em Rodríguez Giménez (2012) e Dogliotti (2012a)

“fundamentalmente las necesidades de los sectores económicos no carenciados” (CNEF, 1990, p. 6), as praças de esporte deverão fazer o mesmo, mas com as camadas menos favorecidas da sociedade. Eis a questão de classe, para além das individualidades. Enquanto a burguesia elaborará, ela mesma, os meios para a sua perpetuação, no caso das camadas populares o Estado funcionará na tutela. A nascente burguesia uruguaia compreendeu, na segunda metade do século XIX, os laços que unem o controle e a disciplina com a produtividade no mundo do trabalho. A referência à burguesia como forma social que remete ao conservadorismo tem, para o Uruguai, matizes diferentes à sua originária referência europeia, porém com semelhanças que levam à manutenção do nome. De caráter mercantil, financeira e terra-tenente (mas não industrial como a europeia), a burguesia uruguaia depreciava o trabalho manual, e se a burguesia do velho mundo se caracterizava por dominar os seus respectivos Estados, a do Uruguai dependeria, pelo contrário, dele. Porém, as condições sociais entre uma e outra forma de classe tinham pontos de convergência. Ambas estavam economicamente bem situadas, possuíam os meios de produção e enfrentavam a necessidade de disciplinar as camadas populares para tornar mais eficiente a sua produção (BARRÁN, 2004, p. 23).

O projeto civilizador que se configurou junto à burguesia como moderna habitante da cidade levou consigo desde a sua origem o fenômeno da distinção. Distinção que operou no corpo, mas que precisou das instituições. Instituição da distinção, poderíamos dizer, que encaminhou a diferença de classes, e incorporação da distinção, como tem sido analisado de diversas maneiras, mostrando a estratégia de classe (burguesa) para o estabelecimento de uma marca distintiva (porém ao mesmo tempo homogeneizadora). Mas não só institucionalmente é que opera tal distinção. É o corpo que habilita a diferença e há, portanto, uma educação do corpo para o os trabalhadores que não coincide com a educação do corpo que se preserva para a burguesia. E há, também, como parte desta educação, uma educação física diferenciada, que terá, assim, espaços diferenciados.

A configuração do urbano trouxe esta distinção de classe, e o tempo foi moldurando-a, mas sem perder o corpo como âncora da sua materialização. Formas de estar e se apresentar, modos e usos do corpo, grotesco ou obsceno, de elegância ou retidão, são todas elas disposições corporais que delimitam uma retórica de classe, mas que transmitem, para uns e para outros, uma economia corporal em resposta às exigências de urbanidade.

As praças esportivas têm sido historicamente lugares para o

desenvolvimento físico dos trabalhadores, como já mencionamos, correspondendo ao projeto eugênico de princípios do século XX. A marca de classe se realiza também no espaço de esparecimento. Clubes esportivos para os setores mais favorecidos da sociedade, praças de esporte para os menos favorecidos. As praias também não ficaram à margem de tal distinção. A zona sudeste de Montevidéu (Pocitos, Malvin, Carrasco, por exemplo), zonas costeiras que, como mencionávamos, se constituíram primeiro como balneários, logo como lugares de residência, sempre pertencentes aos setores mais enriquecidos, serão o espaço privilegiado para as camadas médias e superiores (porém o seu lugar de veraneio estará nas costas lestes fora de Montevidéu ou no exterior do país), e por outro lado as praias da zona oeste de Montevidéu (Santa Catalina, Cerro, Zabala, dentre outras) serão o território para os economicamente menos favorecidos.

Pelo menos duas grandes causas poderiam explicar essas formas de distribuição urbana. Por um lado o fato de Montevidéu começar a se edificar de costas para o Rio da Prata, sendo que a mudança de direção ocorreu principalmente na zona sudeste da cidade, crescendo desde a cidade velha em direção ao oriente. Disso temos como consequência que a cidade se organizou modernamente, sem grandes considerações arquitetônicas na zona oeste para além do “Cerro de Montevidéu”. Porém, a crítica situação econômica que se iniciou na década de 1960 fez com que progressivamente a população mais pobre se visse deslocada para a periferia, começando a ocupar este setor da cidade. Na medida em que uma grande massa da população se deslocava para a periferia, instalando-se em habitações precárias e com elevado número de moradores em cada uma delas, as moradias da zona central e costeira ficavam desabitadas e com menor densidade populacional<sup>36</sup>. Além disso, a expansão da cidade para a periferia não veio acompanhada de políticas públicas que garantissem condições favoráveis para a vida nesse setor da cidade, fenômeno que começou a reverter-se na década de 1990 com a Intendência do Dr. Tabaré Vázquez e sua política de descentralização urbana (PORTILLO, 1996). Assim, com o término da ditadura, os serviços municipais em Montevidéu encontravam-se deteriorados, e em várias situações eram até mesmo inexistentes. O privilégio era para as zonas economicamente favorecidas, não apenas por decisões políticas diretas, mas também pela falta de empenho das gestões existentes. Por exemplo, em relação à limpeza, a falta de funcionários, a precariedade e

---

<sup>36</sup> Conclusões que podem-se obter a partir dos gráficos analisados por Portillo (apud DE SIERRA, 2003)

ausência de maquinário adequado e as dificuldades na gestão, causavam um serviço irregular ou mesmo sua ausência em grandes setores da cidade. O mesmo acontecia com a iluminação pública, com grande quantidade de luminárias apagadas e importantes zonas da cidade que ainda não contavam com as instalações necessárias. As vias públicas tampouco eram exceção, sendo que as gestões municipais priorizaram as de maior visibilidade, desconsiderando grandes setores da cidade, levando a que as áreas suburbanas e periféricas, onde estavam assentados os setores populares ficassem “desatendidas tanto en lo referido al mantenimiento como en lo atinente al trazado de nueva vialidad.” (PORTILLO, 1996, p. 54).

O saneamento talvez represente as maiores diferenças, pois para além de as zonas periféricas não contarem com infraestrutura adequada, havia a forte presença de água contaminada. As estratégias desenvolvidas para reverter a situação, iniciadas na gestão de 1985 e continuadas pela administração de 1990, priorizaram “el tramo de la costa comprendido entre Punta Carretas y la escollera Sarandí, configurando de esa manera una casi total descontaminación de la costa del Río de la Plata al este de la bahía de Montevideo.” (PORTILLO, 1996, p. 56). A zona oeste de Montevideu não foi, neste cenário, considerada, e suas praias foram vítimas de importantes contaminações.

Assim, enquanto as praias do leste de Montevideu serão favorecidas pela limpeza e o cuidado e com menor quantidade de incidentes violentos ou roubos, lugares de moradia e passeio das camadas mais privilegiadas da cidade, as praias do oeste permanecerão deterioradas pela presença de fábricas e frigoríficos, problemas de limpeza e segurança, zona por excelência de moradia de setores empobrecidos. Mesmo assim, quando se analisa o uso que os diferentes setores fazem delas, algumas distinções se diluem, principalmente pelo uso que as camadas mais baixas fazem das praias do leste no verão, situação que raramente se inverte (AGUIAR, 2008).

Porém, a questão de classe não ilude o fato do esparecimento ter o seu preço. Tanto para os setores econômicos mais bem colocados, quanto para os de mais baixa extração, o pagamento deverá ser feito, seja pela via do dinheiro, seja pela do seu correlato moderno, o tempo. O dinheiro, que a cultura moderna tem tornado um fim, para além da sua originária configuração como mecanismo de troca, converte-se em propriedade a ser acumulada, instaurando um desejo de dinheiro que faz com que os homens sacrifiquem o tempo, como sacrificio da vida,



materialidade última a ser permutada<sup>37</sup>. Este sacrifício pode ser associado ao ritmo que caracteriza a vida moderna, especificamente a das metrópoles. Um ritmo que evidencia a velocidade de produção, dificilmente em compasso com a velocidade de consumo (ou que em todo caso frente a não equivalência entre o excesso de produção e o consumo, já que este último também precisa ser produzido). Mesmo assim o “deus dinheiro”, conforme diria Simmel (1998) e posteriormente Agamben (2012), impõe tanto o consumo quanto a sua acumulação. O dinheiro, concebido como chave moderna para encurtar a distância entre os homens e os seus desejos, é tornado ele mesmo desejo; desejo de dinheiro que leva ao sacrifício do tempo como último valor a ser trocado frente à possibilidade de satisfação. Assim, a passagem se opera do fetiche da mercadoria para o fetiche do fetiche.

Se o moderno desequilíbrio entre produção e consumo levou à necessidade de produzir o consumo mesmo, este fenômeno funcionará acoplado ao desenvolvimento da indústria cultural. Produção do consumo, produção para o consumo, e produção das condições necessárias para o consumo, dentre as quais, tempo e dinheiro são elementos primários. Neste sentido, caberia perguntar de que forma a indústria cultural tem contribuído na diminuição do *otium* como tempo da cultura, para dar lugar ao ócio, podendo-se considerar este tempo de ócio como tempo da “cultura de massas” (entendida não como cultura que vem das massas, mas como o fenômeno de mercantilização, reificação e

---

<sup>37</sup> Poderíamos chegar a pensar numa mercantilização do tempo associada a uma mercantilização da vida, que teria como base última a adoção da forma mercadoria por parte da biologia. No Uruguai, funciona uma figura jurídica que poderia se analisar como mecanismo de valorização do tempo na medida em que estabelece os valores mínimos para o salário. Esta figura foi criada com a Lei N°. 10.449, nomeada como Conselhos de Salários, e funciona no Uruguai desde 1943, interrompida durante a ditadura entre 1973 e 1985, posteriormente entre 1992 e 2005, e reformulada em 2009 (Lei N° 18.566 de Sistema de Negociação Coletiva). Nestes Conselhos, trabalhadores, patronos e *Poder Ejecutivo* negociam para cada grupo de atividades laborais o mínimo do salário a ser recebido em condições normais por oito horas diárias ou quarenta e oito horas semanais de trabalho. Fica quantificada, assim, a mínima equivalência entre tempo e dinheiro a partir de uma negociação coletiva tripartida. Equivalência que ocorrerá tendo como variáveis conforme o artigo 17 da Lei 10.449: “I) las condiciones económicas del lugar o del país; II) el poder adquisitivo de la moneda; III) la capacidad o calificación del trabajador; IV) la peligrosidad, para su salud, de la explotación industrial o comercial; V) el rendimiento de la empresa o grupo de empresas” (URUGUAY, 1943). Para uma análise sobre a configuração dos conselhos de salários no Uruguai, ver Notaro e Fernández Caetano (2012).

banalização da cultura) e portanto não alheia nem às camadas populares nem aos setores da burguesia. Um elemento importante precisa ser colocado: não se trata de considerar o tempo livre (como livre de trabalho, em qualquer das suas formas) como um tempo apropriado pela indústria cultural, mas como indica Vaz (2006), como a sua “face privilegiada”:

A indústria cultural não subtrai ou deforma o lazer, mas o constitui em relação ao trabalho como outra face da moeda da dominação social. [...] o lazer simplesmente não pode ser pensado fora dos esquemas da indústria cultural, dos ardis reificadores, dos esquemas de dominação e produção de subserviência, de servidão voluntária; que o 'tempo livre', como paródia de si mesmo, é uma impossibilidade (VAZ, 2006, p. 14).

A pergunta, portanto, poderia ser colocada nos seguintes termos: de que forma o tempo livre, como efeito da indústria cultural, tem contribuído no apagamento da figura do *otium* como tempo das liberdades e da cultura (como não constituído pelo funcionamento de tal indústria, mas destruído por ela)?

Talvez pudesse considerar-se que o *otium*, ao escapar da dualidade trabalho/repouso, assim como do seu oposto ócio (MILNER, 2003), não é um tempo de celebração da dor, do sacrifício e do sofrimento, não é tempo destinado a suportar ou fazer mais leve o trabalho, mas um tempo destinado a sua crítica.

O radical recuo do *otium* na sociedade contemporânea tem a ver com o fato de a indústria cultural produzir o seu próprio tempo (“livre”) para atividades que, não estando diretamente vinculadas ao trabalho, encontram-se indiretamente relacionadas a ele. Se Milner (2003) indica que o *otium* é o tempo da cultura, não se refere à cultura como mercadoria, como produto cultural reificado, produzido para seu consumo e circulação. As possibilidades de nos depararmos com atividades próprias do *otium* estão, neste sentido, radicalmente diminuídas, pois a maquinaria da indústria cultural tem submetido a produção de cultura que se tornou, antes de tudo, mercadoria. Nesse esquema, o tempo destinado a tal consumo também precisa de ser produzido, fato que dá lugar ao desenvolvimento do tempo livre como tempo a ser ocupado pelas produções da indústria cultural. O tempo livre, portanto, como indica Vaz (2006), não é um tempo apropriado pela indústria cultural para degradá-lo, mas uma de suas qualidades mais significativas. Neste sentido,

podemos considerar que o *otium*, como tempo que na sua origem foi alheio à maquinaria da indústria cultural, perdeu, por esta mesma exterioridade, suas possibilidades de desenvolvimento no mundo moderno, sendo subvertido à forma de ócio. A prerrogativa contemporânea é a generalização da indústria cultural, na qual nem a nova burguesia, aquela que poderíamos colocar aqui como burguesia assalariada, nem o proletariado, são alheios a este fenômeno. Assim, se a única via que teve a burguesia para sobreviver foi transformar-se em burguesia assalariada, poderíamos afirmar que não ha *otium* senão da aristocracia, se é que ainda subsiste como instância dentro da formação social contemporânea.

### 3.4. ADMINISTRAR E ELIMINAR: DUPLO INCREMENTO DA AÇÃO GOVERNAMENTAL

Ao definir, projetar e planejar o que deve ser feito num determinado espaço, obtém-se, por contraposição, uma limitação do que nesse mesmo espaço não poderá ser realizado. A delimitação de um espaço funcional constitui, por consequência, a proibição de realizar outras atividades, e a consequente funcionalidade de outros espaços. Constitui-se, portanto, uma rede de funcionalidades espaciais no interior das quais a cidade se organizará conforme permissões e proibições.

“Una administración se combina con una eliminación” nos diz Michel de Certeau (2000, p. 106). Desta eliminação se valeu a Comisión Nacional de Educación Física. Eliminar os males da cidade por meio da eliminação dos espaços que a ela contaminam. Espaços da cidade que de seu interior se apresentam como ameaça serão reconstruídos a partir das intervenções da CNEF (em conjunto com o Ministerio de Transporte y Obras Públicas) para fazê-los não mais um lugar de negatividade. Seguindo a mesma via que o programa impulsionado durante a presidência de José Batlle y Ordóñez no começo do século XX, o foco estará nas praças de esporte. A partir destas intervenções poderá se obter do espaço um ganho sobre a população. Dupla vantagem da administração. Não só elimina um problema neutralizando o espaço, mas faz dele um lugar a favor de algo sobre o quê essa problemática se dirige, isto é, a vida da população<sup>38</sup>.

---

<sup>38</sup> Com “vida da população” poderíamos nos referir à população como massa global cujos processos de conjunto que lhe são próprios (nascimento, morte, reprodução, doenças etc.) são tomados pela ação governamental, entrando no centro do seu desenvolvimento, dando forma à gestão própria dos Estados

É em duplo sentido que a Educação Física e o esporte se constituem como “arma de bienestar social” (CNEF, 1990, p. 55). Por um lado porque livrariam a população (especificamente aos jovens) dos mecanismos que a corrompem (estando, neste sentido, mais próxima das formas de atuação próprias da ditadura, na medida em que a CNEF [1976, p. 101] se autoproclamava “guía y custodia de la Juventud Deportiva Oriental”). Mas, simultaneamente, as ações desenvolvidas esperam obter um elemento extra, um benefício individual e social que não se atingiria se somente se eliminasse o aspeto negativo da conduta que distorce o bom funcionamento da sociedade.

O desenho das intervenções no âmbito da Educação Física, esporte e recreação não esteve longe desta forma de intervenção e, situada no cenário de reconfiguração nacional, teve em vários aspectos, a forma de um “recomeço”.

O retorno à democracia se apresentou como uma nova etapa para a vida nacional. Um “novo tempo” que prometia um futuro de prosperidade para o país, afastando-o da obscuridade do passado recente, mas buscando um “pasado 'de oro' como horizonte de futuro” (RICO, 2005, p. 18). Isso assim se delineava na primeira sessão da *Asamblea General* do Parlamento, logo após findo o período ditatorial:

Se consagra en este acto, además, el fin de un tiempo que nos ha mostrado tan sólo el avasallamiento físico, psicológico y espiritual del hombre y del ciudadano; un tiempo que no nos ha legado ningún valor moral que nos pueda enaltecer; un tiempo que nos retrotrajo a formas de la convivencia que el Uruguay parecía haber superado definitivamente; un tiempo que por fin pertenece ya al pasado (Senador Dr. Jorge Batlle, Presidente da *Asamblea General*, apud URUGUAY, 1985, p. 2)

---

modernos, configurando uma *biopolítica*. Com esta ação governamental, a população se configura como objeto sobre o qual se desenvolvem diversos mecanismos que esperam obter dela determinados efeitos (FOUCAULT, 2006b, p. 63). Simultaneamente (sem excluir a anterior consideração) também deve ser entendida a vida da população como o processo que ela mesma produz, isto é, como organismo no seu conjunto, como sujeito ao que se lhe pede conduzir-se de determinada maneira (FOUCAULT, 2006b, p. 63).

Distanciando-se desse passado apresentado como erro e terror da história, tempo “anterior”, tempo distante do qual só se espera obter o exemplo do mal, amostra do que não se deve ser, se espera construir um novo tempo, um novo Uruguai, “más libre, más justo y más humano”<sup>39</sup>. Um Uruguai que diz não querer tomar como modelo o passado recente, símbolo do negativo, senão aquele anterior, sobre o qual se configura a ideia de um tempo melhor. Afirma-se querer “recrear el Uruguay que nos habían quitado”<sup>40</sup>, retomar o país que os militares teriam corrompido, mas que não poderá não permanecer, diminuído, dissimulado, diluído detrás das insígnias da democracia. O passado retorna ao presente, com sinais de rumo ao futuro. A passagem da ditadura à democracia não foi radical, o caráter de “transição negociada” o faz evidente. A transição da ditadura à democracia no Uruguai foi uma negociação principalmente entre militares e alguns partidos políticos. Esta prática política inovadora gerou um cenário de participação, intercâmbio e interação de atores políticos e sociais, no qual os movimentos sociais e as organizações sindicais e estudantis tiveram um importante papel, especialmente na antessala da transição (1980 a 1985), sendo catalisados pelas forças partidárias no momento da reinstitucionalização democrática (CORBO, 2007). Logo após o plebiscito promovido em 1980 pelos militares<sup>41</sup>, no qual se deu uma resposta negativa à criação de uma nova Constituição, o governo ditatorial se viu obrigado a reelaborar o cronograma em prol da transição, que incluiria a negociação com os partidos políticos e a finalização do regime autoritário. Instaladas as convenções partidárias em janeiro de 1983 se reativava o funcionamento dos partidos políticos “legais”

---

<sup>39</sup> Palavras do Senador Dr. Jorge Batlle, Presidente da Assembleia Geral, na sessão do dia 15 de fevereiro de 1985, inaugurando o retorno à democracia (apud URUGUAY, 1985, p. 2). Jorge Batlle se formou em direito pela Universidade de La República e se notabilizou como jornalista e político. Sua família representa uma das duas grandes tradições políticas do Uruguai. Membro do Partido Colorado, em 1985 foi eleito senador como candidato da coligação vitoriosa em torno do candidato a presidente Julio Maria Sanguinetti, o que o levou a presidir a cerimônia de abertura da primeira legislatura após a ditadura de 1973.

<sup>40</sup> Senador Dr. Jorge Batlle, na sessão do dia 15 de fevereiro de 1985 (apud URUGUAY, 1985, p. 2).

<sup>41</sup> O plebiscito de 1980 foi uma consulta popular impulsada pelo governo militar, como tentativa de manter a ditadura no poder. A consulta se realizava visando uma reforma constitucional que legitimaria o governo autoritário e antidemocrático dos militares, mas que finalmente não conseguiu o apoio esperado, tendo como resultado uma negativa do 56% da população (GONZALEZ, 1993).

(*Partido Colorado*, *Partido Nacional* e *Unión Cívica*, mas ainda não o *Frente Amplio*<sup>42</sup>) e se inicia o processo de transição. Em maio desse mesmo ano começaram os encontros entre os partidos e o governo militar com o objetivo de elaborar uma nova Constituição, processo que foi interrompido pela suspensão dos diálogos dois meses mais tarde. Estes encontros denominados “Convenciones del Parque Hotel” em conjunto com o “Pacto del Club Naval”, realizados entre julho e agosto de 1984, foram as duas instâncias formais da negociação democrática. Este último, levado a cabo entre militares, *Partido Colorado*, *Unión Cívica* e *Frente Amplio*, finalizou com a resolução de celebrar as eleições nacionais em novembro de 1984. O *Partido Nacional* não participou das negociações e se manifestou contra o Pacto, porém participou das eleições, mas sem poder candidatar ao seu líder Wilson Ferreira Aldunate devido às condições do acordo. Também foram proscritos partidos (*Partido Comunista*) e pessoas (por exemplo Liber Seregni, candidato pelo *Frente Amplio*) facilitando desta forma o caminho do *Partido Colorado*, cujo candidato, Julio Maria Sanguinetti, tornou-se o seguinte Presidente da República (CORBO, 2007). Sob este clima de tensão, com mais de cinco mil cidadãos proscritos e trezentos prisioneiros políticos, a cidadania voltava a eleger um presidente, depois de mais de uma década de ditadura, inaugurando assim uma nova etapa de “transição democrática”.

Distanciando-se das adversidades e (re)construindo um novo tempo, a redemocratização se desenvolvia sob as bases deste duplo processo modernizador: o afastamento do negativo e a construção de um novo tempo. No âmbito da Comisión Nacional de Educación Física, esta dualidade também se fez presente. Se como anteriormente mencionado, o esporte se constitui para este organismo como chave do bem-estar da população, é porque não só afasta a “juventud de los flajelos de la drogadicción, del alcoholismo” (CNEF, 1990, p. 55), mas simultaneamente promove “mejores estilos de vida, para una existencia mas provechosa.” (CNEF, 1990, p. 55).

Neste mesmo sentido o aperfeiçoamento de espaços vinculados ao

---

<sup>42</sup> O Partido Político *Frente Amplio*, considerado de orientação esquerdista e de centro-esquerda, foi proscrito durante a ditadura, período no qual operou na clandestinidade procurando desarticular o regime militar. Foi fundado em fevereiro de 1971 produto da coalizão da vários partidos minoritários, e contou com a integração de dissidentes tanto do Partido Nacional quanto do Partido Colorado, assim como cidadãos de caráter independente dentre os quais se destaca Liber Seregni, primeiro presidente do partido e seu primeiro candidato à presidência nacional.

desenvolvimento do esporte, da Educação Física e da recreação, uma das ações prioritárias da gestão da CNEF no período 1985 – 1990, também supõe essa dupla funcionalidade. Construir um espaço produtivo é ao mesmo tempo eliminar um espaço improdutivo. Se administrar se combina com eliminação, como mencionava de Certeau (1983), é porque ocorre uma simultaneidade entre a diferenciação de “partes y funciones de la ciudad” e a rejeição do que não é tratável “y constituye 'desechos' de una administración funcionalista (anormalidad, desviación, muerte, etcétera)” (DE CERTEAU, 2000, p. 107). A lógica da administração urbana permite a consideração desses “dejetos” no planejamento, transformando “los déficits mismos (en salud, seguridad, etcétera) en medios de los cuales valerse para apretar las redes del orden” (DE CERTEAU, 2000, p. 107). Construir espaços urbanos será, portanto, pôr em funcionamento o mecanismo de modernização, que terá sempre como resultado um efeito sobre o funcionamento da população.

As intervenções na cidade tiveram diversos matizes. No âmbito da Comisión Nacional de Educación Física, a principal ênfase esteve nas praças de esporte, tanto em Montevideu como no interior. A construção de espaços para a prática esportiva assim como a melhoria dos já existentes constituíram a centralidade das obras realizadas neste período.

Trata-se de espaços construídos que procuram “dar cumplimiento a las necesidades prioritarias y básicas de toda la colectividad uruguaya” (CNEF, 1990, p. 6) na área do esporte, a Educação Física e a recreação. Espaços que vêm se pôr em funcionamento a partir da introdução de uma preocupação com a vida da população (progressivamente considerada em seu desenvolvimento “biológico, psicológico e social”), na esfera política. A prioridade estava nos setores com menores possibilidades de contar com um exercício físico programado; “sectores de la ciudad en donde habitan personas de bajos recursos económicos, con difícil acceso a Centros Deportivos y [...] alejadas de nuestras costas y playas” (CNEF, 1990, p. 11).

A CNEF não perdeu oportunidade de demonstrar seus êxitos. Como forma de prestar contas, assim como também de propaganda institucional, a Comisión elaborou uma pequena revista na qual sintetizava os resultados atingidos entre 1985 e 1990 (CNEF, 1990). A revista contava com pouco mais de cinquenta páginas e se apresentava como memória do que fora realizado entre 1985 e 1990. Com grande quantidade de fotografias e gráficos, pretendia enfatizar as mudanças alcançadas durante o quinquênio. Em sua estrutura apresenta muitas semelhanças com aquela revista que a Comisión editara em 1976, assinalando os “grandes sucessos” atingidos entre 1975 e 1976. Se nesta

última revista, mais ampla e detalhada, se destacava a necessidade da “publicidad de los eventos organizados, auspiciados o patrocinados por el Organismo, así como la propaganda sobre su política y la acción desplegada tendiente a obtener el beneficio nacional, en el marco de la doctrina de desarrollo del Estado” (CNEF, 1976, p. 78), na revista de 1990 se afirmava a intenção de manter-se “al margen de concepciones políticas, religiosas y sociales” (CNEF, 1990, p. 5), assinalando os caminhos transitados para levar a Educação Física, o esporte e a recreação a todos os cidadãos, sem distinções políticas ou ideológicas. Mesmo que uma das revistas tenha sido editada na ditadura e a outra cinco anos depois de finalizado o regime militar, há elementos que perduram, ao mesmo tempo que outras questões se diluem no conteúdo e nas formas.

Nas duas revistas é reiterada a prestação de contas sobre as obras realizadas nas praças de esportes e espaços públicos destinados à realização de atividades físicas. Ainda que na de 1975 se destaque os grandes êxitos atingidos em matéria de construção, para o caso de Montevideu se esclarece que haveria grande quantidade de obras em processo ou ainda não iniciadas. Várias dessas obras aparecem como resultado da gestão da Comisión entre 1985 e 1990, na revista publicada no final desse período. O quadro abaixo permite observar a continuidade das gestões no âmbito da Comisión, sendo que numa e noutra houve certa preocupação pela construção dos espaços destinados à prática de atividade física por parte da população. Evidentemente as obras realizadas em Montevideu no período democrático são de maior envergadura, mostrando uma aposta maior na construção material para o desenvolvimento da educação física na capital.



<b>Local</b>	<b>CNEF (1976)</b>	<b>CNEF (1990)</b>
Praça de esportes Nº 2	-----	Recolocação de concreto na quadra Teto e parquet do ginásio (para começar)
Praça de esportes Nº 3	Quadra de tênis (para finalizar)	Recolocação de concreto na quadra Reforma de vestiários e banheiros Reforma das quadras de tênis
Praça de esportes Nº 4	Reforma da galeria (em andamento)	Construção da piscina Recolocação de concreto na quadra Iluminação da praça Jogos infantis
Praça de esportes Nº 5	Vestiários (para finalizar) Ginásio (para finalizar)	Construção da piscina Recolocação de concreto na quadra Reforma do ginásio Iluminação da praça Reforma da quadra futebol
Praça de esportes Nº 6	Reparos (em andamento)	Recolocação de concreto na quadra Reforma de vestiários e banheiros
Praça de esportes Nº 7	Vestiários (em andamento)	Construção da piscina Recolocação de concreto na quadra Reforma do ginásio Iluminação da praça
Praça de esportes Nº 8	Pavilhão e quadra (para começar)	Construção da piscina Iluminação da praça Reforma de vestiários e banheiros Construção de nova quadra de basquetebol
Praça de esportes Nº 9	Pavilhão (para finalizar)	Recolocação de concreto na quadra
Praça de esportes Nº 10	Reparos (em andamento)	-----
Praça de esportes Nº 11	Pavilhão (em andamento)	Construção da piscina Recolocação de concreto na quadra Iluminação da praça Reforma de vestiários e banheiros
Praça de esportes Nº 12	Pavilhão (em andamento)	Construção da piscina Recolocação de concreto na quadra Iluminação da praça Reforma de vestiários e banheiros

ISEF <sup>43</sup>	Teto ginásio e reparos (em andamento)	Impermeabilização do teto, reparos gerais, construção de nova sala de aula, abastecimento de equipamento, reparação de vestuários, instalação de novo sistema de calefação Construção de novo ginásio (para começar)
Piscina de Trouville	Reparos gerais (em andamento)	Reinauguração da piscina
Pista de atletismo	Aspectos gerais (em andamento)	Colocação de novo piso sintético

Quadro elaborado a partir de dados obtidos das revistas da CNEF (1975, 1990)

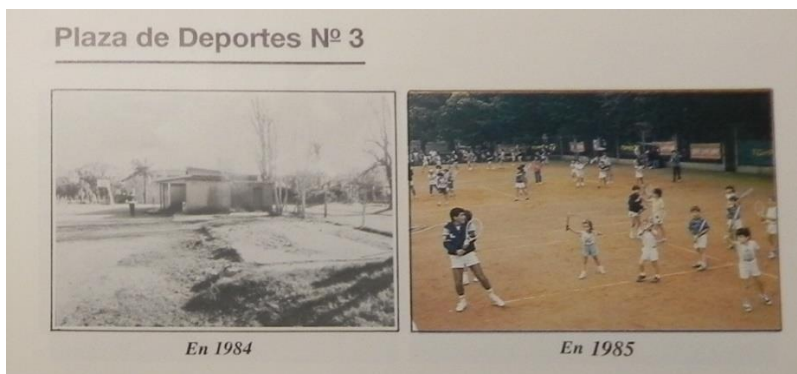
Como se pode observar, a maioria das melhorias se concentra no período de gestão que compreende 1985 a 1990. Além disso, se constata que muitas das obras concluídas no último período supõem processos iniciados em 1976. Para este último caso, se observa que a totalidade das obras assinaladas no documento encontravam-se em andamento ou ainda não haviam sido iniciadas, sendo que as concluídas foram realizadas no interior do país.

No exemplar de 1990, em relação às melhoras na infraestrutura urbana para a realização de atividades físicas, a revista valeu-se dos recursos da fotografia, facilitando desta forma a propaganda e os efeitos pretendidos pela CNEF. Imagens indicativas daquele passado superado eram colocadas em contraposição a imagens do presente que mostravam avanços pelos quais transitava a Educação Física e o esporte nacional. Colocando em branco e preto as imagens anteriores à sua gestão, geralmente sem pessoas e mostrando espaços deteriorados, vazios, mortos, estabelecia um forte contraste com outra imagem que mostrava o mesmo espaço reconstruído pelas ações do Órgão. Neste “novo espaço” as fotografias permitiam ver o novo uso que a população fazia dele. Espaços geralmente com grande quantidade de pessoas praticando atividades físicas de diversos tipos. Um espaço que abandonava a desolação do vazio e mostrava, com fotos coloridas, a vitalidade que trazia a educação física e o esporte ao país.

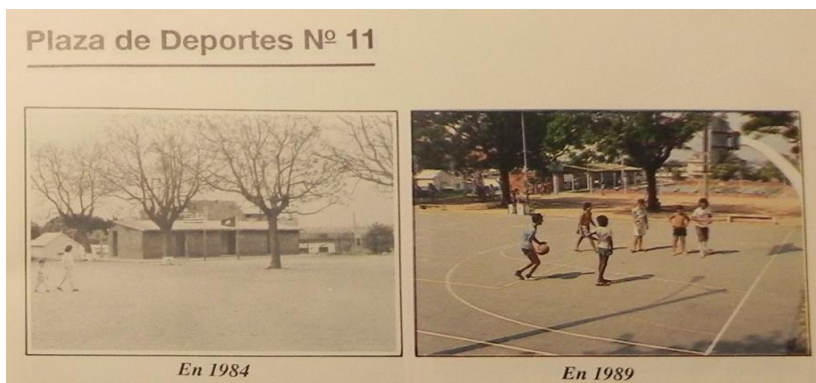
---

<sup>43</sup> *Instituto Superior de Educación Física* (ISEF). Criado em 1939 para a formação de professores de Educação Física, treinadores esportivos, e guardavidas, foi ligado ao *Ministerio de Educacion y Cultura* (por meio da CNEF). Com a dissolução da CNEF, o ISEF passou para a administração do *Ministerio de Deporte y Juventud* e em 2006 é incorporado pela *Universidad de la República* (única universidade pública do país).

Praça de Esportes Nº3, em 1984 (foto esquerda) e em 1985 (foto direita) (CNEF, 1990, p. 13)



Praça de Esportes Nº 11, em 1984 (foto esquerda) e em 1989 (foto direita) (CNEF, 1990, p. 19)



Poderíamos considerar que no período ditatorial, ainda que o investimento em construções tenha sido salientado na revista analisada (CNEF, 1976), foi muito mais importante a realização de competições, com distintos campeonatos locais, nacionais e internacionais como forma de “consagrar a los mejores del año en cada actividad [...] [demostrar] que con su contracción al entrenamiento y dedicación, estaban en condiciones aptas para servir de base a las Selecciones Nacionales” (CNEF, 1976, p. 38), dar aos jovens a “oportunidad de medir la fuerza de sus músculos” (CNEF, 1976, p. 32), e permitir “no sólo la lucha franca y leal de los alumnos, sino el estrechar los lazos espirituales de nuestra juventud” (CNEF, 1976, p. 6).

Com todas essas justificativas, uma das grandes direções tomadas pela CNEF durante o período ditatorial foi então a realização de atividades competitivas, dentre as que se destacam os “Campeonatos Atlético-Deportivos” realizados nas praças de esportes, o “Campeonato Nacional Escolar Atlético – Gimnástico”, o “Campeonato Nacional Interplazas de Deportes de Fútbol de Salón”, os “Juegos Atlético-Deportivos de Institutos Militares”, os “Juegos Atlético-Deportivos Estudiantiles (JADE)”, o “Campeonato Nacional Escolar” pelos 250 anos da fundação da cidade de Montevidéu e o “Campeonato 40º Aniversario de PLUNA” (CNEF, 1976, p. 52-56), além daquelas atividades vinculadas a cada uma das Federações Esportivas, que tinham a obrigação de realizar pelo menos um evento nacional anual (CNEF, 1976, p. 37).

No caso da revista de 1990, as competições ficam à margem, sendo enfatizadas principalmente as construções de espaços para as atividades da CNEF, e posteriormente as tarefas de formação de docentes e pessoal vinculado ao esporte de elite. Em relação a este último ponto se destaca na revista a realização de cursos e intercâmbios para a formação de treinadores, médicos, psicólogos, fisioterapeutas e esportistas, em convênio com diferentes países de todo o mundo. Estas atividades se realizam, segundo a CNEF (1990, p. 38-39), desde 1977, mas se nota um importante incremento do número de participantes no período 1985-1990 (segundo a CNEF [1990] em 1979 houve 45 bolsistas para intercâmbios internacionais, chegando 1392 em 1989).

Dentre outras atividades que são destacadas na revista como síntese do período 1985-1990, podemos mencionar: convênios com organismos do ensino; cursos, congressos e seminários; encontros de Inspectores de Educação Física; programas televisivos; diversas tarefas com a intenção de implantar a Educação Física não formal na cidade de Montevidéu; programas de *Unidades Deportivas Comunitarias* destinados à realização de propostas esportivas e recreativas em praias da

capital (CNEF, 1990, p. 43). Porém as informações sobre estas atividades são escassas e principalmente de caráter informativo e sintético. A revista finaliza com a transcrição de um Projeto de Lei de esporte levado ao Parlamento (mas finalmente não aprovado) com sua correspondente exposição de motivos, e posteriormente um discurso proferido pelo Presidente da Comisión, Julio Cesar Maglione<sup>44</sup>, em dezembro de 1989, que resume o que fora realizado pelo órgão em sua gestão.

Tanto na revista de 1976 quanto na de 1990 aparece a importância das praças esportivas. Embora na primeira as praças também tivessem um papel destacado nas competições esportivas, estas também ofereciam serviços dirigidos

a toda la población general: niños, jóvenes, adultos, estudiantes o trabajadores. Nuevas Plazas de Deportes distribuidas en todo el territorio de la República, desarrollan una obra de primordial importancia en la recreación del ciudadano, permitiéndole de forma gratuita realizar una actividad deportiva, que contribuye, en el caso del niño y el joven, a su formación, y en el adulto a compensar un desgaste físico-mental que produce todo trabajo en el hombre. (CNEF, 1976, p 6).

Agrega-se posteriormente que estes espaços brindam “al educando medios y programas para un mejor aprovechamiento de su tiempo libre” (CNEF, 1976, p. 20-21) e para o seu desenvolvimento “físico, moral y espiritual” (CNEF, 1976, p. 60). O argumento não varia em relação ao proclamado pela Comisión, tanto na revista de 1990, quanto nos Programas Curriculares já mencionados, que propunham um “nuevo modelo de Educación Física” conforme se salienta no revista (CNEF, 1990, p. 42). Neste novo modelo, convém ressaltar novamente, se apontava a importância de estabelecer programas e ações concretas para que o esporte, a Educação Física e a recreação fossem “accesibles a todos los ciudadanos” e seja praticados “no sólo como competencia, que les permita estar prontos para vencer” (CNEF, 1990, p. 5). A continuidade entre um modelo e outro é evidente, as diferenças reduzidas às formas nas quais as atividades se apresentam para a população, de competições na ditadura, de convite na democracia. Assim, uma e outra proposta mantêm

---

<sup>44</sup> Julio Cesar Maglione, nascido em 1935 estudou Odontologia na *Universidad de la República*. Presidiu a Comisión Nacional de Educación Física nos períodos 1985-1990 e 1995-2000, dentre outras federações e confederações esportivas nacionais e internacionais.

a importância na oferta de educação física, esporte e recreação a todas as camadas sociais, salientando a importância que isso gera tanto no plano individual como socialmente, e atuando de forma destacada, mas não única, pela via da construção de espaços.

A radical distinção entre uma revista e outra encontra-se na grande quantidade de referências à importância da educação física para a formação da juventude, com um forte conteúdo moralizante, que aparece na revista editada durante a ditadura, e que se perde, significativamente, naquela publicada na democracia, cujas referências só se apontam, de forma matizada, na apresentação e nos discursos do Presidente da Comisión. No caso da revista de 1976 as referências são constantes, citamos algumas delas:

La práctica organizada y sistemática de la educación física se inserta en el proceso de transformación del país forjando una juventud físicamente apta, moralmente sana y mentalmente capaz, protagonizando con su patriótico esfuerzo la afirmación de una vida mejor para todos los orientales. (CNEF, 1976, p. 2).

No podemos, diríamos más, no debemos dilapidar el preciado tesoro que tiene toda la nación, con una juventud sana física y espiritualmente. (CNEF, 1976, p. 8).

La Patria está de fiesta cuando sus hijos son felices, la Patria está segura cuando los brazos de sus hijos son fuertes para defenderla en la paz, con el fruto de su esfuerzo en el trabajo. (CNEF, 1976, p. 32).

Além dessas duas revistas de caráter informativo e de difusão das gestões do órgão, com um forte matiz correspondente às circunstâncias políticas daquele momento, foi editada outra série de publicações entre 1980 e 1988. Tratou-se de cinco números da revista *Educación Física y Deporte*, cujo principal objetivo era a difusão e desenvolvimento de conhecimentos específicos sobre a área de Educação Física, o esporte e a recreação. A tentativa era fazer uma revista acadêmica com artigos de autores nacionais e estrangeiros, abordando diferentes temáticas vinculadas à área. Medicina, Psicologia, Fisioterapia, Psicomotricidade, Sociologia, entre outros campos, abordavam problemáticas que se vinculavam com o esporte, a Educação Física e a recreação. Os números

foram editados em dezembro de 1980, julho de 1981, julho e dezembro de 1982 e novembro de 1988. O último número, o único do período democrático, compilava o conjunto de materiais que fariam parte da prova para o concurso que selecionaria os novos professores ingressantes no curso formação de professores de Educação Física do *Instituto Superior de Educação Física* (ISEF). Mesmo havendo uma distância de seis anos entre este último número e o anterior, não existem diferenças significativas em relação aos conteúdos e as formas de sua abordagem, e inclusive algumas temáticas supõem uma continuação com aquelas abordadas na revista de 1982.

Em suma, em relação à forma de propaganda da CNEF pode-se observar que os mecanismos utilizados apresentavam evidentes continuidades, mesmo com suas matizes, entre as estratégias empregadas na década de 1970, e aquelas de finais dos anos oitenta. Uma e outra apresentam diferenças principalmente pela presença das competições durante a ditadura e pelo forte caráter moralizador do número de 1976, que tomava a juventude como principal público de intervenção. Porém, a estrutura e forma de promoção das atividades da CNEF, tanto como os planos de execução das gestões realizadas, exibiam evidentes continuidades entre um e outro período. Em relação à aposta no desenvolvimento acadêmico, efetuada nas revistas numeradas entre 1982 e 1988, o trânsito da ditadura à democracia não aparece esboçado nem mencionado, e a continuidade se apresenta sem nenhuma referência à mudança política e institucional que afetou o país.





#### 4. RE-INSTITUCIONALIZAÇÃO DE ESPAÇOS PARA A ATIVIDADE FÍSICA

Os Programas Curriculares de Educação Física, Educação Esportiva e Recreação elaborados pela Comisión Nacional de Educación Física a partir do *Seminario de Diseño Curricular y Programación de la Educacion Física*, apontam a necessidade de aproveitar os espaços da cidade para a realização de atividade física (CNEF, 1988a, 1988b, 1988c, 1993). Porém, se destaca a falta de áreas verdes, os perigos da rua, além da crescente mecanização e incremento das formas de entretenimento passivo como fatores limitantes para tal aproveitamento. Ainda que se coloque a importância da escola pública para a compensação da falta de experiências motrizes das crianças, aponta-se que estas instituições não são suficientes para os objetivos da CNEF e afirma-se a necessidade de expandir a intervenção a todos os espaços e públicos possíveis (CNEF, 1993, 1988c). O uso de outros espaços da cidade terá um importante lugar nas pretensões de difusão das atividades propostas pela CNEF.

Assim, dentro e fora da instituição escolar, ninguém deve ficar isento dos efeitos positivos que os programas curriculares programados pela CNEF vêm propiciar para a população em seu conjunto. Diferenciadas as atividades conforme a idade e os interesses do público alvo, em primeiro lugar estão os jovens e logo após a infância, porém não se desconsidera os adultos. Todas as etapas da vida, categorizadas a partir postulados da Psicologia do Desenvolvimento, encontram seus fundamentos e atividades nas produções curriculares da CNEF.

É significativa a pouca relevância outorgada à Educação Física escolar. Os convênios entre o *Consejo de Educación Primaria* (CEP)<sup>45</sup> e a CNEF, mesmo que existentes na época, não materializaram a presença da Educação Física na totalidade da população escolar. Inclusive nas escolas públicas que contavam com professores da disciplina, o financiamento se realizava principalmente por parte das “Comissões de Fomento” (comissões de pais e mães de escolares, que colaboravam com a gestão escolar), fazendo com que fossem as escolas públicas dos setores economicamente mais bem posicionados as que contassem com estas atividades. A escola praticamente passa despercebida pela CNEF como espaço estratégico de intervenção. Mesmo considerando que neste

---

<sup>45</sup> Atualmente *Consejo de Educación Inicial y Primaria* (CEIP) é o órgão da *Administración Nacional de Educación Pública* (ANEP) encarregado da educação inicial (crianças de 3 a 5 anos de idade) e primária (crianças de 6 a 11-12 anos) em todo o território nacional.

período se atinge quase que a totalidade da escolarização da população (ANEP, 1990), não se opera a partir da dinâmica escolar, que em mais da metade das instituições carece de aulas de Educação Física. Segundo se lê nas atas das reuniões semanais que os dirigentes do CNEF realizavam, em outubro de 1986 o Presidente da Comisión, Julio Cesar Maglione, transmite os resultados de um encontro que tivera com as autoridades do Consejo de Educación Primaria. Neste encontro se resolveu considerar a Educação Física escolar como parte integrante da “educação física infantil” (entendida como mais abrangente que a primeira) e, portanto, “la modalidad a adoptar sería, prioritariamente, la no formal” (CNEF, 1986, f. 77950). A partir de tal consideração se elaborou, para 1987, um projeto que organizasse as aulas educação física na totalidade das escolas de Montevideu.

Neste projeto se distinguia escolas que dispunham de instalações adequadas para a prática de atividade física e aquelas que, devido à carência destes espaços, deveriam recorrer a instalações próximas, privadas ou estatais. Projetou-se, nessa iniciativa, aulas semanais de 45 minutos nas escolas que tivessem espaços adequados para tal propósito (ginásios, quadras abertas, salões multiuso etc.). De forma optativa, tanto para os alunos quanto para a comunidade em que ela estava inserida, seriam ministradas aulas com frequência de duas vezes por semana, fora do horário escolar. Nelas se atenderia principalmente adultos da região, sempre que existisse pessoal de limpeza e vigilância disponível na instituição. No caso das escolas sem infraestrutura para a prática de atividades de Educação Física, seriam utilizadas instituições próximas, exigindo o traslado das crianças uma vez por semana até os locais adequados e se reduziriam as atividades optativas fora do horário escolar também a uma vez por semana (CNEF, 1987). Do relato do encontro entre a CNEF e o Consejo de Educación Primaria também se destacam as tentativas de incorporar o banho quente após da prática de atividade, assim como planos de trabalho diferenciados para os alunos de escolas urbanas e rurais (CNEF, 1986).

O Plano foi aprovado pela CNEF o dia 1º de dezembro de 1987 (CNEF, 1987). Porém, não se encontrou documentação que mostrem que sua implementação foi assegurada, sendo que a grande ausência dos professores nestas instituições continuou até a declaração da obrigatoriedade da Educação Física escolar, com a Lei N° 18.213, aprovada em novembro de 2007 (URUGUAY, 2007b)<sup>46</sup>.

---

<sup>46</sup> Sobre a lei de obrigatoriedade da Educação Física escolar pode-se consultar os trabalhos de Torrón; Rodríguez; Ruegger (2009) e Dogliotti (2012b)

A Educação Física no Uruguai é um campo que se caracterizou pela desigualdade entre a oferta de trabalho e a presença de professores formados para ela. A instituição encarregada da formação de Professores de Educação Física (ISEF) contou historicamente com uma prova seletiva na qual ingressava um número restrito de aspirantes, contingente que se foi modificando nos diferentes anos letivos, mas que em 1990 atingiu a um total de 150 em todo o país (25 mulheres e 25 homens para cada um dos três centros de formação). Esta quantidade era uma novidade para a época, pois apenas 1987 foram abertos cursos fora da capital, nas cidades de Maldonado e de Paysandú. Dentre os principais fundamentos que justificam a abertura destas duas novas sedes se destaca a enorme demanda reprimida, a necessidade de descentralizar a formação e a urgência em contar com mais professores de Educação Física para cumprir com os planos e objetivos da CNEF: “modificar los programas a nivel de enseñanza, programas para la 3ra edad, para minusválidos, para marginalidad, deporte para todos, etc.” (CNEF, 1986, f. 577190).

Embora a falta de professores aparecesse como justificativa, é evidente um histórico esvaziamento da Educação Física escolar, tanto quanto a ausência de políticas públicas para ela. Assim, para além da escassez de professores, outra hipótese pode ser colocada para explicar esta desvinculação da Educação Física com a escola. Se analisarmos o percurso institucional do *Instituto Superior de Educación Física*, podemos observar que não pertenceu nem à tradicional instituição de formação docente (tradição normalista do Uruguai, na qual se formam professores para ensino primário e médio), nem tampouco à formação universitária, instituição à qual ingressa apenas em 2006. Se observarmos esta situação institucional, poderíamos considerar que enquanto a escola assegurou a formação dos seus funcionários no próprio funcionamento da máquina escolar (professores de sala para o ensino primário, professores das distintas disciplinas para o ensino secundário, diretores, professores temporários etc.), não contou com a formação de professores de Educação Física, cuja formação sempre dependeu de uma instituição alheia à formação docente. Estas circunstâncias fizeram com que a instituição escolar não pudesse assegurar a autonomia de tal maquinaria em relação a esta área de conhecimento. A introdução formal da Educação Física na escola colocaria um problema para a instituição normalista: ter que assegurar a formação dos profissionais necessários para tais atividades ou depender de outra instituição que suprisse as exigências de tal

incorporação<sup>47</sup>. Uma evidência desta problemática se mostra na obrigatoriedade da Educação Física no ensino médio básico (jovens de entre 12 e 15 anos aproximadamente), que frequentemente apresenta sérias dificuldades para a contratação de seus professores, principalmente pelas exigências regulamentárias, os conteúdos na formação e as titulações exigidas. A disciplina foi incorporada no currículo de ensino médio em 1973 a partir da aprovação da Lei General de Educação (Lei Nº 14.101) no ano anterior, impulsionada por Julio Maria Sanguinetti, quem fora Ministro de Educação naquele momento (cargo que ocupou entre março e outubro de 1972). A introdução no ensino médio se fazia não por meio da “educação física”, senão através da obrigatoriedade da “cultura física” incentivando “el deporte y las actividades recreativas” (URUGUAY, 1973). Esta referência, assim como a data da sua aprovação justificam a grande presença militarista que teve a disciplina. Era a nomeada “Bolilla 5” (CNEF, 1980), que explicitamente traduzia a tradição militar de marchas e formações aos alunos do sistema educativo. Com esse nome se designava a Unidade de conteúdo da proposta curricular de Educação Física do Ensino Médio, na qual se abordavam “formações” e “vozes de mando”, reproduzindo a “estética militar” de apresentação do corpo e de organização da aula<sup>48</sup>.

Referente à Educação Física escolar, outro elemento se mostra importante. Como se mencionou, os professores de Educação Física que atuavam nas escolas eram contratados pelas comissões de pais que colaboravam com as atividades da instituição. Isso fazia com que a escola fosse um posto de trabalho pouco atrativo, pois as garantias laborais eram precárias e os salários dependiam das possibilidades econômicas que tal comissão pudesse oferecer. A situação somente foi revertida logo após a regulamentação da atividade, a partir da aprovação da Lei Nº 18.213, posta em funcionamento apenas em 2009. Assim, o desenvolvimento da Educação Física no país ocorreu majoritariamente nos espaços fora da instituição escolar, em clubes esportivos, em instituições recreativas e em centros de ensino privados que, eles sim, garantiam o ensino da disciplina.

Uma das principais vias de gestão da Comisión, como já mencionamos, foi o aumento e a melhora em quantidade e qualidade da

---

<sup>47</sup> Entre os trabalhos sobre as particularidades institucionais do ISEF assim como sobre as tradições discursivas que marcaram a Educação Física e a formação de profissionais na área no Uruguai, destaca-se o de Rodríguez Giménez (2012). Sobre as implicações da legalização da Educação Física escolar no país encontra-se o trabalho de Torrón; Rodríguez; Ruedger (2009).

<sup>48</sup> Para um tratamento desta temática ver Rodríguez Giménez (2009)

infraestrutura de uso esportivo e recreativo de todo o país (CNEF, 1990). No marco da direção das ações desenvolvidas, podemos identificar nestes espaços duas características que se articulam: por um lado há um fomento da dinâmica inclusiva, não discriminante, promovendo o desenvolvimento de espaços de inclusão, democratizados e democratizantes; por outro a proposta se afasta do discurso da obrigatoriedade para fazer a aposta na livre participação, fomentando a consolidação de espaços criadores de consciência como mecanismo de autocontrole

Esta dualidade na intencionalidade (intervenção pela consciência e inclusão), que se depreende das diversas referências que a CNEF realizará sobre o desenvolvimento da sua gestão, pode se ver claramente no começo da revista em que a Comisión sintetiza as principais atividades realizadas no período 1985 – 1990. Assim começa a memória do quinquênio:

Nuestras acciones y obras han sido dirigidas para **crear conciencia**, dar facilidades, establecer programas y acciones concretas, para que el deporte, la educación física y la recreación sean **accesibles a todos los ciudadanos**, y para que cada día más personas practiquen deportes como **opción voluntaria y convencida** y no solo como competencia, que les permita estar prontos para vencer (CNEF, 1990, p. 5, grifo nosso).

Ao final da publicação encontram-se claramente identificadas, novamente, as duas vias de intervenção que o desenvolvimento da Educação Física e do esporte apresentam para a sociedade pós-ditatorial:

Porque el deporte lo encaramos, no como el deporte para estar prontos para vencer, sino el deporte como arma de bienestar social, que sea **accesible a todos los ciudadanos**, y que cada día más personas lo practiquen como **acción voluntaria** (CNEF, 1990, p. 55, grifo nosso).

A democratização dos serviços esportivos e de Educação Física a partir da acessibilidade a toda a população, e a política do convencimento fomentando a ação voluntária da prática de atividade física, foram os principais eixos a partir dos quais a CNEF desenvolveu sua gestão no primeiro governo pós-ditatorial, promovendo um avanço da sociedade principalmente em função dos parâmetros da saúde e da convivência

cidadã.

#### 4.1. ESPAÇOS DEMOCRATIZADOS E DEMOCRATIZANTES

O fato de salientar a ideia de democratizar o acesso à Educação Física, esporte e recreação como estratégia da CNEF, corresponde à dinâmica de ampliação do poder governamental em relação à maximização da vida. Melhorar, potencializar, ampliar a vida, será a modalidade que a ação governamental tomará como forma de intervenção, pois quanto maior for o público captado pelos dispositivos, maior eficácia haverá neles. Democracia, portanto, como forma universal de governo, garantindo a reunião das condições mínimas necessárias para servir o melhor possível à sociedade moderna ideal (MILNER, 2007, p. 23).

Neste sentido, praticamente tudo o que esteja sobre o significante da democracia terá de por si uma via de entrada assegurada, mesmo que a ideia de democracia termine se remetendo, como em algumas das referências da CNEF, à inclusão de todos e cada um dos indivíduos nas propostas. Quer dizer, democracia como prestação de serviços à cidadania, para além das suas diferenças (intelectuais, físicas ou sobretudo ideológicas) sempre que estas não alterem o projeto de “transformação em paz” que propunha o governo de Sanguinetti. Era mesmo de se esperar que os discursos de integração da sociedade por meio da ideia de democracia tivessem forte entrada no âmbito social, pois conforme indica Rico (2005, p. 14), existem relatos e significações que, para além das crises e do que é conjuntural, continuam “instaladas en la sociedad como el *sentido común* del sistema democrático.” (Grifos do autor).

Sem pretender aprofundar o estudo na configuração do espaço no período ditatorial, uma referência clara vai permitir compreender a forma na qual este se reestrutura com o retorno à democracia. Esta reestruturação do espaço não acontece apenas no plano arquitetônico ou na “parte material”, como distinguia Cerdá já no século XIX (mesmo tendo ocorrido melhoras arquitetônicas entre 1985 e 1990), senão também na “vida que la anima” (apud CVALETTI, 2005, p. 32). O urbano propriamente dito, conforme esta distinção, é o que adquire uma nova forma de se apresentar, pois a mudança se salientava não só pelas melhorias na infraestrutura vinculada ao esporte, mas no que ela permitiria e no que os novos programas prometiam. Isto é, a proposta da CNEF sugeria um novo modo de vida na articulação do corpo no espaço. Articulação esta que, por causa das particularidades do governo

autoritário, faziam com que a ordem, a segurança e o controle alterassem a vida urbana. Encontrava-se o período ditatorial na seguinte situação:

El clima de inseguridad, luego del '73, con la abolición de las libertades democráticas y las garantías constitucionales básicas, tuvo un efecto inmediato en la sensibilidad. El espacio público, el ágora, lugar de encuentro, discusión, debate, quedó prohibido, so pena de cárcel. Simultáneamente, la garantía de la preservación del espacio privado -tal como queda sancionado por la prohibición de allanamiento de la vivienda, salvo con orden judicial y nunca en horas nocturnas- fue anulada y con este acto desapareció un espacio privado, el de la morada. El otro espacio privado, el del cuerpo, garantizado por el hábeas corpus -último reducto del reconocimiento de los derechos del individuo- también se anuló (VIÑAR; GIL, 2004, p. 311-312).

O retorno à democracia teve seus efeitos nos planos mencionados, e o desenvolvimento dos programas vinculados à Educação Física e ao esporte também podem ser observados nestes mesmos âmbitos. O espaço público se reestruturou em termos organizacionais e funcionais, promovendo um novo modo de vida em relação à prática de atividade física. Para o âmbito privado a CNEF também teve estratégias de intervenção que, com o objetivo de ampliar seus espaços de ingerência, faziam com que na intimidade do lar o corpo também pudesse ser treinado em atividades ministradas por programas televisivos. O programa “En Proyección” elaborado pela CNEF, transmitido entre 1988 e 1989 na Televisão Nacional do Uruguai<sup>49</sup>, teve duração de setenta e oito semanas e contou com a participação de quarenta professores de Educação Física, abordando conteúdos como: Ginástica com música (para jovens e adultos), Ginástica Jazz, Ginástica e atividades físicas para idosos, Ginástica infantil, Expressão Corporal, Atividades para deficientes físicos, Técnicas de relaxação, Danças, Técnicas esportivas, entre outras (CNEF, 1990). Nestes programas também se transmitia as atividades desenvolvidas pela Comisión, assim como se propagava informação

---

<sup>49</sup> Canal 5 ou Televisión Nacional del Uruguay (TNU) é o único canal de televisão estatal, autorizado a transmitir desde 1955, mas com atividades iniciais apenas em 1963, sob a direção do SODRE (Servicio Oficial de Difusión, Radiotelevisión y Espectáculos). Em 2002 se transforma em unidade executora independente do SODRE e passa a depender do *Ministerio de Educación y Cultura*.

vinculada à atividade física em suas diferentes formas (Jogos Olímpicos, entrevistas com dirigentes, treinadores, médicos, autoridades governamentais dentre outros). Segundo sinala a CNEF (1990), foram um total de 244 programas destinados a crianças, no dias úteis, e 44 programas transmitidos nos sábados, para os adultos, sempre com uma hora de duração. A diferenciação entre adultos e crianças é importante porque mais uma vez se observa a preocupação com o aproveitamento do tempo livre, ou em todo caso, do “direcionamento” deste tempo em prol da sua eficiência.

#### **4.1.1. Um discurso integrador: a democracia como unificação do coletivo**

O retorno à democracia não supôs unicamente a reinstalação das instituições e das liberdades parlamentares. Foi um processo que abarcou todos os aspetos da vida política e social do país e que teve, no âmbito do governo, importantes efeitos sobre a palavra *política*, mudando o privilégio do uso da força “física” pelo do uso da violência de tipo simbólica<sup>50</sup>.

As análises políticas sobre o retorno à democracia no Uruguai evidenciam as tentativas discursivas de “pacificação” que o governo, principalmente aquele conhecido como de “unidade nacional” (GONZÁLEZ, 1996), com Sanguinetti à frente, usou como estratégia de ação<sup>51</sup>.

O governo de Sanguinetti, primeiro governo na restauração do regime democrático, foi uma clara mostra da forma na qual os governantes manipularam os significantes políticos para fazer das palavras suas principais armas de gestão, sempre na procura da

---

<sup>50</sup> Nem um nem outro tipo de violência se excluem em qualquer tipo de governo. Veja-se sobre o tema, por exemplo, Althusser (2003).

<sup>51</sup> É importante considerar o caráter discursivo dessas tentativas. As formas violentas de intervir na população continuaram para além da ditadura. Dois elementos são relevantes neste sentido: por um lado as “razzias”, intervenções policiais que, com autorização judicial, realizavam detenções na via pública, principalmente de jovens, mesmo quando não houvesse suspeita delitiva evidente. Por outro lado, são significativos os conhecidos acontecimentos do “Hospital Filtro”, ocorridos o 24 de agosto de 1994. Tratou-se do maior enfrentamento entre civis e policiais logo após o retorno à democracia, no qual os primeiros tentavam impedir a extradição de cidadãos bascos acusados de ser membros da ETA (Euzkadi Ta Askatasun), grupo armado que luta pela independência do País Basco, na Espanha.



“governabilidade” (como acordo ou consenso das elites) e da “transformação em paz” (slogan, já citado, no governo Sanguinetti). A estratégia para encaminhar “disciplinadamente” à sociedade encontrou, neste cenário, uma importante força na configuração de uma “concepção monopolista” da “democracia política representativa” (RICO, 2005, p. 40). Isto é, uma democracia que não era sindical, nem participativa, tampouco direta, mas delegada aos partidos políticos e, especificamente, aos “saberes tecnocráticos autorizados”, com forte embasamento na estatística e com o que poderíamos chamar de uma “fetichização” dos dados numéricos, das cifras, as quais adquirirão o caráter de justificação última (RICO, 2005). A lei do número será uma estratégia de aparência de neutralidade nas decisões e um deslinde da vontade dos governantes nos efeitos da gestão estatal.

O consenso portanto foi o princípio legitimador da ordem pós-ditadura, acompanhado da criação de um universo político de significados únicos (RICO, 2005, p. 40). Isto é, o discurso estatal torna-se discurso único na medida não em que proíbe a circulação de outros discursos, mas quando é o mesmo sistema governamental que estabelece e funciona como limite das possíveis significações, desvalorizando o que se encontrar por fora desse sistema. A eficácia discursiva funcionou, neste sentido com uma dupla frente: por um lado promoveu a desarticulação dos discursos adversários, principalmente dos discursos da esquerda, operando a partir de um esvaziamento argumentativo da alteridade discursiva; por outro lado funcionou absorvendo interpretações, ampliando, desta forma, a sua própria dimensão (RICO, 2005, p. 80). A ressemantização da palavra pública foi uma importante estratégia política empregada como forma de delimitar a interpretação sobre o passado recente, estabelecendo arbitrariedades nas formas de produzir e reproduzir a realidade. Assim, onde se dizia “dictadura” se dirá “gobierno de facto”, “torturas” se tornarão “apremios físicos”, “crímenes de lesa humanidad” viraram “pérdida de referentes”, e onde se falava de “impunidad” se trocará pelo discurso de “pacificación”, invocando uma aparente neutralidade política (RICO, 2005 p. 76). Reinstalar-se-ão, assim mesmo, os velhos relatos identitários do período batllista de começo de século, com alusões à excepcionalidade uruguaia e se incorporarão ao discurso político os relatos de grupos minoritários, por exemplo da esquerda, que tomará uma posição de “oposición responsable” (RICO, 2005, p. 80).

A ordem pós-ditadura pode ser entendida como uma ordem produzida subjetivamente, a partir de discursos hegemônicos emitidos de um lugar de poder (o Estado) por enunciadores politicamente

privilegiados (a classe governante). Estes discursos permitiram, conforme analisa Rico (2005, p. 15)

dotar de sentido único a las explicaciones sobre el pasado reciente, absorber discursivamente las continuas contradicciones y crisis del sistema capitalista e integrar consensualmente el pluralismo de la sociedad dentro del orden político-estatal, sin cuestionamientos intelectuales, grandes protestas sociales ni alternativas políticas durante veinte años [...].

Assim, conforme assinala Rico (2005), a reinstitucionalização da democracia foi um processo de “integração significativa”, assegurando a coesão política, social e ideológica a partir do estabelecimento das possibilidades da (correta) interpretação da realidade, tanto quanto do passado recente. O discurso estatal procedeu, então, incorporando as noções “desviadas” para assim destituí-las e eliminá-las definitivamente.

No retorno à democracia construiu-se uma ordem político estatal que teve como caráter a procura da unicidade. “Sem vencidos nem vencedores” tornou-se lema do governo de Sanguinetti, palavras com as quais se absorviam as diferenças do passado e promoviam a capacidade “integradora” da política. Passou-se assim da

*intolerancia* de los años sesenta a la tolerancia de los años ochenta; de la *radicalización* al consenso de las elites [...] entre la violencia y la intolerancia (de ayer) y la pacificación y el consenso (de hoy); entre los sujetos antisistema [los subversivos] y los integrados al sistema (RICO, 2005, p. 118-119, grifo do autor).

Passou-se assim mesmo, da política como continuação da guerra (relação que não pode iludir a referência a Foucault, na sua inversão do aforismo de Clausewitz<sup>52</sup>) a uma política que diz ter expulsado a violência e se apresenta como o lugar da “pacificação” e da “amizade” (RICO, 2005, p. 150). Negociação, diálogo, tolerância são as formas que a política tomará para si, simbolizando uma racionalidade pacificadora que

---

<sup>52</sup> Se Clausewitz dirá que a guerra não é mais do que a continuação da política por outros meios, Foucault inverterá a fórmula para afirmar que “la política es la continuación de la guerra por otros medios.” (FOUCAULT, 2000, p. 29)

pretende afastar-se das formas “violentas” de se relacionar que tinham sido institucionalizadas na crítica década de 1960. Importa esclarecer que isso não supõe uma eliminação da violência da esfera política, senão principalmente um certo ocultamento e deslinde das formas sociais violentas. A violência institucional, a violência do Estado, se dissimula com diversos dispositivos e se dilui no discurso estatal no qual se destacam as “boas maneiras” democráticas.

O que poderíamos colocar como uma “política da amizade” se instaura tendo como princípio que as diferenças nas posições políticas e ideológicas não são muito mais do que uma questão de matizes, superando as violentas confrontações ideológicas do passado, e reinsituicionando uma política representada com os símbolos da “não-violência” e da “paz”, sinônimos de “negociação” e da “tolerância” (RICO, 2005, p. 176). A política institucional se dedica, assim, a “recrear una ilusión social, se hace sinónimo de buenos modales democráticos, pacificación y superación civilizada de las diferencias. Y todo vuelve a comenzar desde el principio ideal.” (RICO, 2005, p. 176).

O discurso estatal da reinstitucionalização da democracia em 1985 supôs um novo começo, uma nova etapa política no país, na qual o sistema político democrático seria salientado em seus traços positivos, pensado e colocado como um sistema liberal autossuficiente e autorreferenciado. Porém, o que nos interessa destacar é a particularidade deste discurso em relação à alteridade. Se nas décadas de 1960 e 1970 o argumento político atribuía as razões da crise e a falência das instituições aos sujeitos não-estatais, antissistema, o discurso democrático funcionará unificando e integrando o social, descartando a existência de qualquer “fora”. A lógica autossuficiente e autorreferente que caracterizou esse discurso nos primeiros momentos de retorno à democracia, baseou-se na não consideração de um “fora social” ou um “não estatal”, “argumento que absolutizó para dar cuenta de las razones de la crisis y quiebre de esas mismas instituciones en los años sesenta y setenta y de los sujetos no-estatales responsables de esa crisis” (RICO, 2005, p. 42). Neste sentido, a alteridade não se elimina do conjunto social, mas é incorporada como forma de potencializá-lo.

Um dos principais contrastes discursivos entre as diferentes conjunturas governamentais pelas quais transitou o país no século passado se observa na forma de o Estado considerar e operar sobre a sociedade. Da “comunidade nacional” como relato identitário que institucionalizou um histórico sentimento de pertencimento nacional, configurando uma “excepcionalidade” uruguaia em relação ao seu entorno latino-americano (com os seus inícios já nas últimas décadas do

século XIX), se passou nas décadas supracitadas a um Estado que classifica a sociedade como “doente”, na qual o “apátrida”, os “antinacionais”, os “infiltrados”, a “sedição”, traduzidos em termos de “comunistas”, “subversivos”, “máfia sindical”, “delinquentes” etc., precisam ser extirpados a partir da exclusão simbólica (principalmente pela estigmatização), física (repressão, reclusões, torturas, assassinatos, desaparecimentos etc.), cívica (saída da legalidade, proibições, censuras), territorial (emigração, exílio, leis de estrangeiros) (RICO, 2005, p. 54). Neste sentido o discurso estatal opera a partir da construção de uma alteridade que, estando por fora do sistema, atua corrompendo a estabilidade institucional. Destarte o governo se desincumbe das responsabilidades da crise e da decadência das instituições, e atribui as causas do período de instabilidade institucional aos sujeitos “antissistema”. Excluídos, desta forma, os sujeitos antissistema encontram-se incluídos. Sua exclusão é, como diria Agamben (2010), uma exclusão inclusiva. Sem estar privado da conexão com o conjunto da sociedade, se os coloca à margem. A sociedade se suspende neles, categorizados como contra ela, mas que não por isso perdem a sua relação com o universo que, excluindo-os, os inclui. Assim, estes sujeitos “antissistema” são a exceção que confirma à sociedade, uma exceção que o sistema cria e torna regra, incluindo (por exclusão) a negatividade que os afeta, segundo diria Espósito (2005) a partir dos parâmetros do paradigma imunitário. A inclusão da negatividade, a introdução do agente patógeno é, neste caso, inoculado a partir da suspensão da categoria de sujeito pró-sistema, isto é, a partir da sua exclusão.

O trânsito discursivo para a democracia operou, pelo contrário, a partir da absorção da alteridade. Assimilou assim

lo nuevo, lo instituyente, lo marginal, lo movilizado, lo joven, lo femenino, lo informal o instituyente generalizado en la lucha antidictatorial; que limó contradicciones y disensos hasta absorber los campos alternativos en el consenso liberal único, los buenos modales políticos, las viejas dirigencias y organizaciones estatales, partidarias, sindicales, sociales y gremiales (RICO, 2005, p. 72)

O uso de referentes unívocos procurava recriar uma identidade nacional a partir do consenso, da unificação sob a insígnia da democracia, o princípio de modernização e a coesão a partir da pacificação da

sociedade fraturada. Uma aparente exclusão é incluída no próprio conjunto, forma a partir da qual se espera mantê-la, mesmo que incluída, em um lugar de diferenciação, ao mesmo tempo em que ela é mantida para que se possa dela obter uma potência da unidade.

Evidentemente a passagem de um regime ao outro, da ditadura à democracia não representou uma ruptura radical e um afastamento definitivo das dinâmicas do governo de exceção. Rico (2005), invertendo a visão dominante das análises destes períodos, afirma que se pode considerar que as consequências do fenômeno autoritário da década de 1970 e começos da de 1980 deveriam ser analisados ao mesmo tempo como causas de alguma das características da democracia reconstituída a partir desta última e que perduram até a atualidade. Dentre estas particularidades interessa mencionar a continuação da “guerra interna” declarada pelo Estado, que se disfarça nos discursos de “amizade” e pacificação, mas que continua funcionalizando uma violência simbólica contra toda suspeita que ameace a estabilidade democrática. O discurso da segurança cidadã e a evidente criminalização da sociedade funcionam como continuadores da lógica autoritária, mas que agora toma uma entoação democrática e pacificadora. Por outro lado, o discurso político estatal que circunscreve a democracia, pela via da configuração de um sentido único da palavra política, da instauração de uma única forma possível de leitura da realidade, assim como da manipulação das formas de dizer e explicar os fatos presentes e passados, supõe uma continuidade “democratizada” dos absolutismos discursivos ditatoriais que proibiam qualquer tipo de voz opositora ao regime. Desta forma, de uma sociedade fraturada politicamente e cindida do Estado, se passou a uma sociedade despolitizada e cuja fratura se realiza no nível econômico-social. Uma sociedade estratificada e segmentada, com altos níveis de pobreza e marginalidade, e um Estado que novamente se desliga das responsabilidades de tal situação, da mesma forma que se desresponsabilizou pela recaída das instituições democráticas e a instauração do regime autoritário no país (RICO, 2005).

Do delito político ao delito social, do subversivo ao delinquente comum, a virada de regime ditatorial ao regime democrático estabelece, à medida que se afasta dos anos iniciais da transição, uma nova alteridade, mas que nesta oportunidade não se apresentará como fora do sistema e contra este, tal como o fazia o “outro” subversivo dos anos 1960. A permanente presença do delito social nos discursos políticos tomará a forma de argumentação da ordem pública favorecendo a virada na lógica do Estado que, como assinala Rico (2005, p. 145), se tornará cada vez menos benfeitor e mais policial. A exclusão, portanto, poderíamos dizer,

se realiza no nível da sociedade, sendo esta vista em sua porção reduzida, próxima às camadas média e às elites governantes. Se o delito se cataloga como “social” é porque vai na contramão do devir da sociedade, porém não necessariamente contra o sistema democrático e capitalista (inclusive poderíamos dizer que funciona a seu favor). Considerar a passagem do “delito político” ao “delito social” é, neste sentido, esclarecedor, pois da exclusão do sistema político se transita a uma exclusão do sistema social. A problemática, portanto, estará na sociedade, frente à qual o sistema político terá as oportunidades de brindar as soluções. Dinâmica do problema-solução, como assinala Milner (2007), que corresponde respetivamente às esferas da sociedade e da política. Quer dizer, na medida em que a sociedade apresenta os problemas, exige da política a elaboração de soluções, fechando assim o círculo da democracia. Porém, para que o círculo feche, poderíamos considerar que os problemas cuja exigência de solução a sociedade demanda à política não podem estar na própria política, como entende e realiza o cenário ditatorial, ou em todo caso a solução ficará truncada na medida em que exige a reestruturação da própria política. A inversão se faz, portanto, colocando o problema no nível da sociedade. A sociedade demanda a solução de um problema que se encontra nela mesma, problema que por sua vez é favorecido pelas estratégias políticas. A sociedade demandará, neste sentido, ou será induzida a demandar, a solução das problemáticas que ela tem, que a ela afetam, mas que nela não se originam. Destarte o discurso político estatal, altamente favorecido pelos meios de comunicação de massa, promoverá o incremento da sensação de risco e insegurança, levando à estigmatização e segregação de certos setores sociais e colocando a demanda de segurança para um Estado que se tornará cada vez mais punitivo (RICO, 2005). Principalmente a partir dos finais dos anos 1980 e com maior ênfase a partir da década seguinte, o discurso político estatal configurará uma nova alteridade, não ao sistema mas à sociedade, que na sua condição de exterioridade, estará situada fora dos limites da cidade, em bairros periféricos, à margem do centro urbano montevideano. Exclusão simbólica e material. A sociedade assim, se coloca como vítima frente ao crime, e o discurso da unificação, característico dos primeiros anos do retorno democrático, irá pouco a pouco cedendo passo ao discurso da segurança cidadã.

Justifica-se neste sentido o fato de as referências à democracia não passarem desapercibidas com o fim da ditadura. A integração da sociedade uruguaia se constituiu no discurso pós-ditadura como uma constante no governo, e o esporte também terá seu lugar. Em palavras do diretor da CNEF em 1989, o Dr. Julio Cesar Maglione, o esporte se

apresenta como ferramenta e meio, isto é como “una vía más que trascendente en la integración del pueblo uruguayo” (apud CNEF, 1990, p. 53).

*Homogeneizar e unificar.* Antes de nos adentrar na análise do caráter integrador do discurso democrático da CNEF, é necessário fazer uma precisão. É fim de toda sociedade “mantener juntos a los seres hablantes, es decir, hacerlos simultáneos y compatibles” (MILNER, 1999, p. 57), exigência que requer a configuração de uma “homogeneização positiva”. Isto é, a unificação do coletivo a partir disposição de “signos materiales y representables de lo que une” (MILNER, 1999, p. 57). Neste sentido não há ruptura entre o discurso democrático e o ditatorial, no ponto em que tanto um quanto outro funcionam para configurar a sociedade, mantendo unidos os sujeitos, criando uma homogeneidade que os enlaça. Porém, todo laço constitui um imaginário, sinal de que um núcleo de verdade permanece oculto, e o seu silêncio não é, conforme diria Milner, “su lugar último” (1999, p. 54). De que se trata, portanto, essa homogeneização social que opera num discurso e no outro, mas que não por isso é sinonímica? O que se tenta demonstrar com as referências à “integração” e à “pacificação”, ao esquecimento do passado, é uma virada discursiva com a mudança de regime. Das tentativas de homogeneizar presentes no discurso ditatorial, de estabelecer os parâmetros do “ser Oriental”, de igualação dos seres falantes numa homonímia discursiva, se passa a um discurso democrático que tende à universalidade, à integração sem exclusão, à unificação do coletivo em prol de uma convivência democrática como elogio do esquecimento. Enquanto a homogeneização propõe eliminar as diferenças sob o significante “Oriental”, a unificação as tolera, sob o significante da “democracia”; mesmo assim as duas prometem um bem comum. Da separação do que ameaça, sob o nome de “subversivo”, e a homogeneização do que resta do social aos códigos necessários para identificar o negativo a ser eliminado, a dinâmica se volta à unificação da sociedade fraturada por um passado que deve ser esquecido como estratégia de unificar o coletivo, fazê-lo *um*. Neste sentido podemos dizer que a virada se estabelece de uma ditadura homogeneizante a uma democracia unificadora, evidenciada nos discursos governamentais que tomam ao corpo como explícito ponto de ação. E tudo isso sem perder de vista que a modernidade, por excelência, sem distinção entre ditaduras e democracias, faz a opção tanto pela homogeneização quanto pela unificação. Do que se trata neste sentido é de uma questão de ênfase e prioridades. Seria importante, portanto, analisar até que ponto e sob que parâmetros esta inversão é feita, e sobre

quais aspetos pode-se investigar as técnicas e estratégias de governo que levam a unificar, homogeneizar e universalizar os seres falantes tanto nas ditaduras quanto nas democracias; de que forma, portanto, se organiza a corporalidade em função de certa ordem. Em outras palavras, resta discutir como a racionalidade governamental se configura para organizar o múltiplo, como o problema de governo se resolve de uma maneira ou de outra e como isso se traduz em técnicas de governamentalidade, seja sob o nome da democracia ou da ditadura, de comunismo ou de socialismo, de direitas ou de esquerdas.

Feita a observação sobre o caráter homogeneizador e unificador do discurso, uma indagação sobre o a transição à democracia no Uruguai permitirá alguns esclarecimentos. Entre o governo das condutas e a gestão das atividades, a democracia funciona a partir da instauração de uma positividade. Não se trata mais da radical exclusão das praças de esportes daqueles que ficavam fora dos parâmetros exigidos (idosos, deficientes etc.) como ocorria nas primeiras décadas do século<sup>53</sup>; tampouco se trata da igualação a partir de uma matriz que determinasse a forma a se comportar como o fazia o governo ditatorial, equiparando condutas, homogeneizando o coletivo. A exigência era de um “dever-ser” no governo ditatorial, que se sintetizava no esporte como “ideal esportista”, e em cujo contexto se condensavam os ideais nacionalistas. Esse dever-ser não se evidencia tão claramente no discurso da CNEF que emerge com a democracia.

A aposta na inclusão de todos os cidadãos nas atividades de Educação Física feita pela Comsión a partir de 1985 não tinha como meta estabelecer um modelo único. Evidentemente toda análise discursiva contém as suas lacunas, os não ditos que funcionam para além do evidenciado. Sabemos das funções homogeneizadoras dos discursos modernos, e sabemos que a educação tem jogado um dos principais papéis quando se trata da igualação de indivíduos, da aposta feita nela para o progresso, e da intrínseca presença de um ideal moderno. A pedagogia se constitui como disciplina moderna na medida em que apresenta um caráter deodôntico, na medida em que expressa um dever-ser associado a formas de se comportar, de atuar, que em última instância encontram no corpo a sua tradução. O pedagógico, neste sentido, funciona articulando

---

<sup>53</sup> As restrições não desapareceram, mas se reduziram à exigência de um atestado médico de “aptidão esportiva” que era outorgado pela “divisão médica” da CNEF. Mais uma vez encontramos um elemento da completude da maquinaria: é a mesma instituição que garante que todas as exigências possam ser cumpridas.



no corpo a economia e a biologia, eco biopolítico que se deriva de uma preocupação com a vida. O corpo se apresenta assim, como o material de recepção da deontologia pedagógica, e toda educação moderna funciona nas exigências de um modelo a formar. Portanto, quando afirmarmos que a Educação Física na democracia não apresentava discursivamente um ideal a ser formado por parte da Comisión, nos referimos à relativa diluição de toda tentativa de condução em função da conformação de um esportista ideal, tal como funcionava na ditadura, e com grande presença de referências moralizantes características do regime. Isso não quer dizer que as exigências não se traduzissem em termos práticos, pois a condução da tarefa educativa muito provavelmente só poderia ser feita a partir de um imaginário a atingir. Uma explícita evidência sobre o aluno ideal de tipo esportivo que a ditadura promovia, se dilui na proposta “democrática”.

Se olharmos para a forma de proceder da Comisión durante o período militar, podemos caracterizar as intervenções como formas que coincidem com o que Foucault (1997) nomeou de “quadros vivos”. Quadros que classificam, ordenam, regularizam indivíduos e condutas, corpos e movimentos, distribuição disciplinar da qual se espera obter, diria Foucault (1997), o maior número de efeitos possíveis. O ordenamento de multidões confusas é levado à frente pela CNEF a partir da instauração de uma estética corporal militar traduzida à grafia do esporte e da ginástica. A modo de exemplo, podemos observar o regulamento do corpo docente da CNEF em 1974, no qual se descreve detalhadamente o que se espera do professor de Educação Física, que para o caso de “aptidão física e presença” estabelece qualificações entre 0 e 12, conforme o “ideal esportista” que se deve atingir. Dentre estas qualificações podemos destacar:

Grado 0: Presencia física obesa, cabello largo y desalineado, sin afeitado, equipo no reglamentario y poca pulcritud [...]

Grado 6: Se mantiene en forma permanente en buena aptitud física, su porte personal y uniforme es correcto [...]

Grado 9: Su estado físico, su apostura, presencia personal con su respectivo uniforme y su atildamiento, se destacan por su sobriedad y regularidad (CNEF, 1974, apud RODRÍGUEZ GIMÉNEZ, 2003, p. 104)

Por outro lado os espetáculos ginásticos realizados em estádios

esportivos, assim como os desfiles nas avenidas da capital, sinalizavam um controle e domínio do corpo. Esta coordenação de movimentos que transmitia uma sensação de unidade e de sincronização de esforços, se configurava como mais uma estratégia de propaganda do regime militar, para o qual se convocava grupos de exibição formados por ginastas, estudantes e docentes do *Instituto Superior de Educación Física*.

Entre a repressão do corpo marcado pelos encerramentos, torturas e desaparecimentos, até a tecnologia política do disciplinamento, se desenvolveram formas mais evidentes de ação sobre as práticas corporais que foram privilegiadas pela ditadura<sup>54</sup>. A militarização detalhada do corpo, assim como sua espetacularização, teve lugar tanto nas aulas de Educação Física das instituições de ensino médio, quanto nos espetáculos massivos com demonstrações para a população. Eram reiterados os espetáculos ginásticos realizados nos estádios esportivos (em Montevideu principalmente no Estádio Centenário e no Estádio Peñarol) assim como os desfiles pelas principais avenidas das cidades (na capital do país, na *Avenida 18 de julio*). Com estas exhibições, espetáculo da técnica e da disciplina do corpo, se esperava mostrar à população e ao mundo os êxitos de um governo militarista que aspirava perpetuar-se no poder. Exemplo da disciplina e dos corretos modos de uso do corpo, os espetáculos organizados pela CNEF procuravam revitalizar as “forças morais” mostrando os efeitos formativos e saudáveis que deviriam do bom exercício do corpo (CNEF, 1976). Porém as demonstrações não se esgotavam em sua realização. Os benefícios da câmara filmadora fazia com que estes rituais pudessem ser repetidos e rememorados para manter latentes as mensagens formativas e moralizantes que esperavam transmitir. Os espetáculos ginásticos e desfiles organizados pela CNEF eram filmados e compilados nas edições de “Uruguay Hoy”, noticiários quinzenais transmitidos antes do começo dos filmes nos cinema, difundidos entre 1979 e 1984 e que sintetizavam os acontecimentos a serem salientados pelo governo ditatorial, a cargo da *Dirección Nacional de Relaciones Públicas* (DINARP) (MARCHESI, 2001)<sup>55</sup>.

A presença do esporte nas câmaras televisivas não é novidade para a forma em que ele tem sido produzido e apresentado na modernidade, principalmente com o surgimento do cinema. Tanto nas perspectivas comunista, quanto nos registros do fascismo, Bertolt Brecht e Leni Riefenstahl como exemplo máximo de um e de outro, o esporte e as

---

<sup>54</sup> Sobre esta temática consultar Rodríguez Giménez (2003, 2005, 2009)

<sup>55</sup> Uma descrição e análise da função política do noticiário “Uruguay Hoy” pode ser lida em Marchesi (2001)

performances humanas têm sido louvadas nas grandes telas do cinema (VAZ, 2011). A câmara cinematográfica tem-se valido das possibilidades de relativizar tempo e espaço para fazer dos corpos, de seus movimentos, da coordenação entre seus membros, de suas extremas possibilidades e de sua excelência técnica, atores potencializados pela imagem. Potência do corpo, glorificação da dor e espaço dos triunfos e da glória do moderno, se expressam pela via da sensibilidade e fascinação que promove a imagem cinematográfica.

Porém, o retorno democrático fez com que tais exigências de exibição e perfeição no corpo se atenuassem, e em 1987 a CNEF rejeita a possibilidade de realizar um espetáculo ginástico que fora solicitado pelas autoridades da Federación Uruguaya de Fútbol. O pedido respondia à vontade de fazer uma solenidade antes de uma partida da Selección Uruguaya de Fútbol, contando com um festival ginástico realizado com alunos das praças de esportes, a Federación Uruguaya de Gimnasia e “alguna otra Federación cuya actividad permitiera la realización de exhibiciones” (CNEF, 1987, f. 77756). Ainda que a CNEF desejasse deixar manifesta a disposição da Comisión para a realização do ato ginástico, declara não ser “conveniente la realización de la exhibición dado que no se cuenta con el elemento humano suficiente para ello” (CNEF, 1987, f. 77756). Insuficiência de recursos ou aceitação insuficiente? A espetacularização do corpo como elemento de distinção do regime militar foi perdendo visibilidade no espaço público, e as demonstrações e desfiles que mostravam um corpo militarizado foram reduzidas a espetáculos propriamente militares, frequentemente em atividades com a presença de autoridades públicas<sup>56</sup>.

Porém, a Educação Física, longe esteve de perder a vinculação com as formações correspondentes às estéticas militares, a uniformização e à disciplina. A tradição do campo permanece fiel ao seu passado, assim como à tradição moderna em geral, evidenciando o domínio do corpo, que se transcreve tanto no espectro esportivo quanto nas formações organizativas que levam à conformação de “quadros vivos”. Uma interessante evidência é a cerimônia de reinauguração da piscina de Trouville em 1990, estrutura pública e aberta localizada à beira-mar de Montevideu, no bairro Punta Carretas. Na cerimônia, dentre outras autoridades se encontravam presentes o Presidente da República, Dr. Julio

---

<sup>56</sup> Isso fica bem demarcado nas visitas de Julio María Sanguinetti como Presidente da República entre 1985 e 1990, a diversas atividades, como inaugurações, entregas de prêmios etc. (Disponível no Arquivo da Imagem e Sonido, SODRE, 1989 e 1990a)

María Sanguinetti, o Presidente da CNEF, Dr. Julio Cesar Maglione e o *Ministro de Transporte e Obras Públicas*, Dr Alejandro Achugarry. Das poucas imagens registradas da cerimônia se salienta a presença de crianças provenientes das praças de esportes da capital, que desfilam com uniforme branco contendo o logotipo da CNEF, levando bandeiras da Comisión e o cartaz identificativo da praça à qual pertenciam. Com eles, os professores, de uniforme azul. O fundo musical é emotivo, e para finalizar a cerimônia palavras do apresentador que salientam a natação como “una de las modalidades deportivas mas completas porque resalta en ella los valores físicos, recreativos y preventivos” (apud SODRE, 1990b, 18'45"). Mesmo assim o desfile das crianças mostra uma atitude relaxada e distendida, sinal de uma estética corporal que começa a se afastar da estrita exigência militar.

O retorno democrático para a Educação Física chegou com uma proposta inclusiva, procurando atividades “atraentes” que favorecessem a participação voluntária de todos os cidadãos (CNEF, 1990). Claramente a estética corporal de tipo militar teria que ficar atenuada, pois a efervescência política do momento era acompanhada por uma importante recusa aos militares<sup>57</sup>.

Assim, da homogeneização exigida, da submissão a um padrão ideal no qual se desenhava o modelo de ser esportivo, ser Oriental, ser patriótico, os programas de Educação Física propostos no retorno à democracia funcionam permitindo a diferença. A CNEF apresenta uma proposta de Educação Física que, praticamente sem mencionar um fora da norma, inclui tentando unificar a população. Neste sentido, o predomínio da ação de governo estará pelo lado da inclusão, e

---

<sup>57</sup> 1983 foi um ano emblemático de repúdio aos militares por parte dos setores não conservadores da sociedade. Situado entre a manifestação popular plebiscitária de 1980, que negara a reforma constitucional proposta pelo governo militar, e a reinstauração das eleições nacionais em 1984, o ano 1983 tornou-se fundamental na transição. A crescente mobilização política, social e sindical que se vinha gestando a partir da negativa à reforma constitucional, manifesta-se de forma evidente nos atos massivos e nas expressões coletivas de resistência. Apagões generalizados, “panelaços” nas ruas, o ato do 1º de maio de 1983, as manifestações pelos dez anos do regime ditatorial, a semana do estudante em setembro desse mesmo ano, as manifestações a partir da recuperação democrática na Argentina, o maior ato de massas na história do país que, convocado por todos os partidos políticos e que sob a ordem de “Un Uruguay democrático sin exclusiones” realizado no Obelisco de Montevidéu no dia 27 de novembro de 1983, foram algumas destas expressões populares de repúdio ao regime e que anunciavam a antessala da mudança .

principalmente pela inclusão a partir do convencimento.

Unificar a população será uma tarefa nada simples, e a aparição de um “inimigo” comum que unificasse os diferentes emerge com bastante clareza no desenvolvimento do esporte, da Educação Física e da recreação. Trata-se da luta mais ou menos generalizada (pelo menos no plano dos discursos políticos tendentes ao convencimento) que supõe diluir as diferenças ideológicas que marcavam fortemente a sociedade, unificando-a frente a um ataque generalizado comum: a luta contra a pobreza e a marginalidade. Os “setores mais carentes” nomeados em várias oportunidades pela CNEF como público alvo das intervenções do organismo, testemunham a entrada do discurso sociológico na política. Conforme sinalava Rico, os discursos políticos pós-ditatoriais foram discursos que utilizaram o argumento da “vulnerabilidade social”, fazendo com que a sociedade se apresente como “vítima” (ante a violência terrorista, violência da natureza, violência em geral, a pobreza, as doenças). É a partir desta categorização que “lo social constituye para la lógica estatal no un campo de autorregulación o autonomía sino de vigilancia, asistencia y protección” (RICO, 2005, p. 158).

Se no começo do século o pobre era excluído das praças de esportes, isso se devia à sua inevitável associação com a doença, sendo que o ingresso em tais espaços ficava proibido a qualquer tipo de infecção (física ou moral). Com a “revitalização” das praças de esportes no retorno à democracia, a associação entre pobreza e doença não parece tão clara, mas o higienismo não desaparece. O que opera é um mecanismo imunitário, via democratização do espaço, que permite a presença do que altera a ordem. Agora a aposta será pela inclusão. Neste sentido a CNEF quer promover

actividades en favor del deporte para todos, acentuando las acciones hacia sectores de menos recursos económicos y/o problemas bio-psico-sociales, discapacitados, 3era edad, marginados, etc. y/o alejados de centros aptos para la práctica deportiva (CNEF, 1990, p. 5).

Marginados econômicos, excluídos territoriais e sociais, serão agora o público frente ao qual se colocará a CNEF, constituindo-os como alteridade a ser incluída nas propostas de Esporte, Educação Física e recreação. Inclusão por exclusão, dirá Agamben (2010), se considerarmos que a distinção permanece, a integração é sempre parcial, e sua presença

na sociedade apresenta uma matiz de marginalidade<sup>58</sup>. Se antes a alteridade era excluída, como mencionávamos, apresentando-se principalmente pelas posições ideológicas ou político-partidárias, agora o “outro” será o pobre, a vítima da crise econômica, social e política da qual o país pretende sair, e para a qual o discurso se apresenta como de inclusão. Unificar a população redirigindo os discursos frente a um inimigo comum, ante o qual as diferenças ideológicas não serão evidentes, será uma via de ação (e manipulação) da palavra política: “durante los últimos casi veinte años [1985-2005], el poder de los gobernantes descansó, fundamentalmente, en la capacidad de significación de su palabra política para reapropiarse y monopolizar el 'buen' sentido democrático” (RICO, 2005, p. 16).

Resulta importante aclarar que este inimigo comum não se concentrava primordialmente nas pessoas, mas na condição na qual alguns setores da sociedade se encontravam. Neste sentido podem se estabelecer diferenças em relação às ações desenvolvidas durante a ditadura, na qual a luta contra o comunismo e as ideologias distantes colocavam uma divisão na sociedade. Não havia um inimigo comum frente ao qual unificar, senão uma oposição que dividia. A subversão era uma *opção* voluntária e individual e a ação de governo era *contra* ela. No caso da pobreza como *condição* (transitória), o discurso de governo se apresentava *a favor* dos despossuídos, contra a sua condição, mas não contra as individualidades.

O processo de unificação e de apagamento das diferenças ideológicas colocou o esporte como

elemento de desarrollo de una conciencia y cultura, con un profundo sentido humanístico, con respeto a los derechos y sentimientos de los conciudadanos, proponiendo [...] un entendimiento fraterno, y profundo al margen de concepciones políticas, religiosas y sociales (CNEF, 1990, p. 55).

---

<sup>58</sup> Durante a ditadura foi criado um departamento de serviços especiais nos quais se atendia a menores em conflito com a lei, cegos, deficientes físicos, pessoas com alterações mentais, presos, dentre outros. Restaria indagar a existência de intervenções por parte da CNEF naqueles que se encontram fora do mercado laboral durante a democracia: presos, loucos, etc. Uma análise genealógica sobre esse tema deveria incorporar novas fontes de pesquisa, que se refiram a tal temática, omitida nos documentos aqui analisados.

Assim o discurso integrador será forma de difusão e legitimação do poder político, e a CNEF se valeu disso para fundamentar as suas obras, todas elas, segundo indica o diretor num discurso pronunciado em 1985,

con un sentido muy claro de justicia social, favoreciendo a aquellos sectores que más necesidades tenían, que más alejados estaban de las Playas, que no había Clubes en la zona, y que menos recursos económicos tenían (MAGLIONE, apud CNEF, 1990, p. 54).

Se considerarmos as pretensões unificadoras do discurso da CNEF, parece que a neutralidade estaria assegurada e o esporte poderia estar à margem das concepções políticas ou ideológicas. Mas sabemos dos efeitos políticos do esporte, e que onde se proclama neutralidade se escondem arbitrariedades.

O devir do esporte não é alheio ao devir político. Não por acaso todo grande acontecimento político encontrou-se, mais o menos de perto, acompanhado por grandes mobilizações esportivas. Jogos olímpicos, Mundiais de futebol, ditaduras, guerras, comunismos e totalitarismos, se conjugam na história do mundo moderno, sugerindo articulações bastantes suspeitas. Distração das massas, unificação do povo, exaltação da raça, supremacia do mais forte, de indivíduos e de nações, foram alguns dos mais empregados usos políticos. Desde sempre o esporte, como fenômeno moderno, manteve suas vinculações com as intenções de governos. Governo indireto das pulsões, forma direta de descarga de excessos corporais; jogadores e espectadores, uns quanto outros se entregam ao esporte num gesto que inclui, por si, a ficção da política. Como indica Vaz (2011, p. 264), “o esporte seria o protótipo da vida inteiramente programada e racionalizada” pois nele se conjugam a reificação do sujeito, a disciplina do corpo, o desenvolvimento da aptidão física e os mecanismos de suporte e glorificação da dor e o sofrimento, todos eles num cenário organizado em função do trabalho e do consumo.

Além disso encontramos no esporte uma das formas mais evidentes do privilégio do organismo, fator comum de uma política da vida que se organiza como biopolítica. Como indica Agamben, na base da democracia moderna nos encontramos com a reivindicação do corpo:

Si es cierto que la ley tiene necesidad, para su vigencia, de un cuerpo, si se puede hablar, en este sentido, del 'deseo de la ley de tener un cuerpo', la democracia responde a tal deseo obligando a la ley

a preocuparse de este cuerpo (2010, p. 158).

Que o corpo se tenha tornado sinônimo de organismo, trata-se de um reducionismo do qual dificilmente se pode fugir, em face de diferentes vertentes do positivismo e principalmente se consideramos o impasse que o nazismo e fascismo deixaram na política moderna, como situações, por excelência, da *vida natural* (AGAMBEN, 2010). Neles o corpo não é diferente daquele definido pela biologia, e o soberano e o médico, como diz Agamben (2010), parecem trocar seus papéis, assinalando um momento essencial da biopolítica: a “vital” integração entre medicina e política.

Se a apelação ao esporte supõe o privilégio do orgânico, poderíamos dizer que o culto à biologia traz consigo as mais mesquinhas violências. A violência dos homens que regem pelo organismo, violência que emerge onde se suspende a palavra. Se na Antiguidade o político só começava no momento no qual se superava o reino das necessidades materiais e da violência física, conforme assinalávamos a partir do argumento de Arendt (2010), para os modernos o parâmetro de convivência tem se constituído apagando essa margem, tendendo a tornar a violência reitora da política.

A violência no corpo é apenas, talvez, a forma mais evidente de tal mudança. O culto ao corpo com o qual nos deparamos na modernidade é o disfarce da violência, colocada sob os parâmetros da civilização para fazer da biologia a variável identitária da política. Se a dor, a experiência física da dor, era “la más privada y la menos comunicable de todas [las otras experiencias]” (ARENDRT, 2010, p. 60), a ruptura moderna confluiu numa emergência do corpo sob a forma de culto, que estabelece diferentes estratégias para tolerar o sofrimento. A massificação do esporte e a educação física são talvez os sinais mais eloquentes deste culto ao corpo, porém não os únicos. A exaltação do corpo tem tornado pública a experiência da dor, evidenciando que a violência não é (unicamente) questão de necessidades, mas também de política (ou por defeito, que a política tem migrado sua especificidade para o âmbito das necessidades). Deparamo-nos com uma política do corpo que se apresenta como a demonstração da extensão da biologia no âmbito público e simultaneamente como o parâmetro de governo.

Se a CNEF diz que fez “todo esto porque salió de nuestros corazones con total espontaneidad” (CNEF, 1990, p. 55), está dizendo implicitamente, que o governo não é da razão, mas do organismo, e inclusive da espontaneidade do organismo. Se a política é da ordem da palavra, então não há lugar para o coração a não ser a partir da sua própria



suspensão. *Praxis* e *lexis*, ação e discurso, são, de todas as atividades humanas, as únicas duas que apresentam o caráter de políticas, conforme ensinava Aristóteles, e a particularidade delas é a sua distinção em relação à violência (física). A ação precisa da palavra para se tornar política, e é esse caráter o que permite aos homens a possibilidade de estar juntos (ARENDDT, 2010). Porém, nem *praxis* nem *lexis* têm sido valorizadas neste cenário, que recorreu à mais primária de todas as dimensões humanas, aquela da força física, da exclusão da palavra, da suspensão da política, num aparente retorno à natureza.

Neste sentido o corpo se apresenta à frente da política. Se como mencionamos anteriormente, nas democracias modernas o governo é traspassado às coisas (MILNER, 2012), a reificação do corpo<sup>59</sup> na modernidade fez com que ele também esteja à frente do governo. A política do corpo não é simplesmente o desenvolvimento das ações sobre o organismo, é, nesse mesmo ato, a forma na qual os homens se regem pela biologia. O governo do corpo supõe, portanto não só ao corpo como sujeito a ser governado, mas também como objeto governante. A ambiguidade da expressão “governo do corpo” nos permite estabelecer uma virada a partir do qual a reificação do corpo nos coloca frente ao governo dele, como coisa; frente ao governo regido pelas regras e efeitos do corpo e, portanto, parafraseando Milner (2012), frente a um governo que dispensa de toda política.

#### 4.2. ESPAÇOS DE CONSCIÊNCIA: DA OBRIGATORIEDADE AO CONVENCIMENTO

A expansão da Educação Física no período pós-ditatorial teve como característica apresentar-se à população a partir dos benefícios que as atividades poderiam provocar na vida de todos e de cada um dos cidadãos, no plano individual, mas também no coletivo<sup>60</sup>. Diferentemente do que caracterizou a realização de atividades físicas no período ditatorial, que em grande quantidade de situações apresentou o caráter de obrigatoriedade, a gestão da Comisión Nacional de Educación Física no

---

<sup>59</sup> Cf. Horkheimer e Adorno (1985)

<sup>60</sup> Mesmo que possa ser afirmada, nos discursos de modernização, uma linearidade entre os benefícios individuais e os que se supõe para o coletivo (é o exemplo no caso de Uruguai em relação às praças de esporte, em cuja origem essa linearidade pode se ver de forma clara (Cf. RODRÍGUEZ GIMÉNEZ, 2012, p. 178 et seq.), no que diz respeito ao último quarto do século XX, seria o caso de analisar este fenômeno frente ao incremento do individualismo.

período compreendido entre 1985 e 1989 se caracterizou pelo convencimento. Convencer era uma tarefa essencial das ações de desenvolvimento da Educação Física, do esporte e da recreação, procurando incidir na “consciência” dos cidadãos frente à ampla variabilidade de benefícios que suscita a prática regular de atividade física. Assim, a “opción voluntaria y convencida” tornou-se política da CNEF, enfocando suas atividades principalmente nos espaços não formais. Estes espaços contariam com o privilégio da participação voluntária e, portanto, com a exigência de apresentar propostas atraentes, procurando no aluno o “éxito em el intento de conquistarlo como adepto practicante permanente de la Educación Física” (CNEF, 1988b, p. 6). Convencer no presente para colher resultados no futuro, novamente, no futuro individual assim como no coletivo.

Esta articulação do político com a vontade dos indivíduos não deve fazer supor um desmerecimento por parte da CNEF dos efeitos “formativos” das atividades físicas. Segundo se lê em sua memória do período, o esporte, a Educação Física e a recreação se constituem, como já foi mencionado, em ferramenta de bem-estar (CNEF, 1990, p. 6), salientando os efeitos positivos frente à melhora e preservação da saúde. Intercalam-se, assim mesmo, constantes referências à boa vida, promovendo um transcurso produtivo, proveitoso e tendente à felicidade (CNEF, 1990).

Assim, uma das tarefas fundamentais da Comisión foi tornar atraente a realização de atividade física para a população, movimento que se observou no aumento e melhora da qualidade e quantidade de espaços públicos e privados<sup>61</sup> que brindariam melhores condições para o desenvolvimento da Educação Física e do esporte pelos cidadãos.

Criar consciência: do futuro, da nação, da saúde, da vida, do país. Se a consciência (como estrutura psíquica) se incrementa para os modernos na medida em que o espírito diminui, conforme indica Milner (1996), é principalmente porque a psicologia tem oferecido as bases para a interpretação do indivíduo. A consciência de si, a consciência do eu, e a consciência do corpo não são mais que correlatos da forma na qual a modernidade têm estruturado as bases para a possibilidade de conhecimento, o que desde o que Foucault (2009) denominou “momento cartesiano” se constitui como a via de acceso à verdade. Não mais a

---

<sup>61</sup> É importante salientar os convênios realizados pela CNEF com as instituições privadas vinculadas ao esporte e à Educação Física, geralmente apoiadas economicamente em troca de tempo para o uso das instalações por parte de escolas públicas.

espiritualidade, senão o culto à consciência (psicológica). A política tem se valido disso, os discursos têm se desenvolvido operando no nível da consciência. A política da modernidade não pode prescindir da consciência na medida em que se sustenta nas qualidades e potencialidades do eu para fazer de cada um dono de si mesmo. Assim, política e psicologia se copertencem. O laço social, cuja expressão como *contrato social* evidencia a questão, só funciona na medida em que os participantes *têm* consciência. O sentido corriqueiro da expressão “ter consciência” funciona fazendo par com o mecanismo pedagógico como formação que procura “gerar consciência”. O caráter pedagógico da política (como formadora de consciência) se acopla à emergência da consciência como privilégio moderno. Neste sentido, a política se vale do laço, sempre imaginário, que funciona no plano da consciência, ela mesma gerando-a. Os políticos o sabem, e as políticas o evidenciam.

A consciência do corpo se apresenta como condição de necessidade para a intersecção da biologia com a política. Se na ditadura se tratava da “Obediência Devida”<sup>62</sup>, a democracia fará a viragem para a “devida obediência”, a obediência com consciência<sup>63</sup>. A transição fará que da imposição arbitrária (e da arbitrariedade da imposição) se transite para uma universalização da moral e, portanto, para uma moralização consciente da vida pública. Uma ação duradoura sobre a população só poderá ser feita se ela “tem consciência”, se incorpora de forma mais ou menos permanente as exigências necessárias para a manutenção da vida, sem necessidade de permanente vigilância. Pois como diz Espósito (2006, p. 17), “sólo la modernidad hace de la autoconservación del individuo el presupuesto de las restantes categorías políticas”. A intervenção se faz pela via da consciência mais do que pela do permanente controle, pelo convencimento mais do que pela obrigação. Saber sobre os benefícios e saber de si será a guia a partir da qual se economizará as ações sobre o corpo.

Oferecendo atividades livremente escolhidas pelos cidadãos nas praças de esportes, se espera “conquistar su razón y su voluntad” (CNEF,

---

<sup>62</sup> Obediência Devida é um conceito militar segundo o qual os subordinados se limitam a obedecer as ordens dos seus superiores. Esta Obediência Devida foi utilizada como justificativa dos crimes de lesa humanidade cometidos na ditadura. No Uruguai, em outubro de 2006 com a Lei 18.026 e posteriormente em julho de 2008 com a Lei 18.315, se afirma que não se eximirá responsabilidades nos delitos de lesa humanidade cometidos por obediência devida (seja ordenado por um superior hierárquico civil ou militar).

<sup>63</sup> Agradecemos a Rodríguez Giménez esta observação.

1988b, p. 7), fazendo das intervenções no âmbito das atividades físicas a marca que levará aos benefícios ao longo da vida. Operar na consciência e operar no futuro, a partir do oferecimento de uma Educação Física que “No debe ser impuesta autoritariamente”, mas levar o cidadão a praticá-la por “voluntad propia” (CNEF, 1988b, p. 8). Lograr na consciência os benefícios da ciência, atingindo “el deseado hábito de la práctica permanente de la Educación Física” (CNEF, 1988b, p. 8).

#### 4.2.1. A economia no desenho

A utilidade do espaço, que encontra a sua máxima expressão no panóptico de Bentham<sup>64</sup>, também se localiza no paradigma imunitário, na medida em que o lugar do inútil é também mudado para dele se obter, como contrapartida, uma utilidade. Da vigilância ininterrompida e invisível possibilitada pela organização espacial em círculo, com o ponto de controle no centro e os indivíduos a serem governados na periferia, o modelo muda para ter nele mesmo também sua própria ameaça.

O controle absoluto deixa de ser preocupação, na medida em que o que atenta contra a ordem também é o que permite a sua existência. Finalmente, a possibilidade de controle, o funcionamento da polícia, os mecanismos de segurança, só têm razão de existir na medida em que a ameaça se faz presente; na medida em que se produzem mais as condições de possibilidade do que ameaça propriamente dita. E que melhor forma de fazê-la presente que fazê-la atuar ou existir sob uma aparente e constante presença? O paradigma imunitário trabalhado por Espósito (2005, 2006) permite entender a forma na qual a organização governamental contém, por si, no mesmo ato, a proteção e a negação da vida. A vida deve ser preservada, maximizada, melhorada, otimizada. E isso só será efetivamente possível se nela se introduz o que ao mesmo tempo a nega, a ameaça, a debilita. Segundo explica Espósito (2005, p. 17-18),

mediante la protección inmunitaria la vida combate lo que la niega, pero según una ley que no es la de la contraposición frontal, sino la del rodeo y la neutralización. El mal debe enfrentarse, pero sin alejarlo de los propios confines. Al contrario, incluyéndolo dentro de estos (ESPÓSITO, 2005, p. 17-18).

---

<sup>64</sup> Cf. Foucault (1997).

A organização espacial também tem esse efeito. O espaço urbano não poderá ter mais a organização do panoptismo. Questão de economia, mesmo quando a economia do panóptico era o símbolo da eficiência. No que concerne ao que Foucault (2006b) chamou de “dispositivos de segurança”, a economia já não passa pela minimização dos vigilantes frente ao aumento do número de vigiados. Ou, em todo caso, este não é o ponto central. Pois a vigilância não se coloca mais no centro. Centro e periferia entram numa zona de indistinção. O espaço se reorganiza e a preocupação não está no controle absoluto, mas, precisamente na existência de possibilidades de fuga, na ameaça que permite a existência e maximização dos mecanismos que operam na vida e sobre ela. O reconhecimento da ameaça já não significa sua eliminação. Segundo afirma Espósito (2006), a novidade que apresenta a biopolítica na modernidade é que ela se organiza sobre a dinâmica imunitária de “proteção negativa da vida”. É na modernidade que a racionalidade centrada na conservação, desenvolvimento e administração da vida toma a forma da imunização, na qual o agente patógeno age, ao mesmo tempo, contra e a favor desse objetivo político. A imunização regula a potência expansiva da vida, controla os seus excessos, impõe-lhe limites, mediante um mecanismo no qual a vida se afirma, negando-a. O controle, portanto, não será de radical eliminação, senão permitirá (e assegurará) a presença da negatividade na própria vida, incorporando-a mediante sua imunização. A metáfora organicista dirá que dessa forma o organismo cria os anticorpos necessários para a sua proteção.

A lógica biopolítica nos coloca frente a uma forma particular de dinamizar os corpos. Não se trata unicamente da dinâmica exaustiva da disciplina que, como no panóptico, fazia o corpo ser interceptado pelo permanente olhar, mesmo quando esse olhar, por causa da não certeza da sua presença, podia não estar olhando. Pois quem é vigiado não sabe se quem vigia olha, mas em favor dessa incerteza se constitui uma economia da vigilância, uma economia que toma para si não essa certeza do vigiado ser olhado, mas a constante possibilidade de sê-lo. O corpo no panóptico se constitui frente à suposição de um olho que olha devido à impossibilidade de saber. A permanente ameaça de ser olhado é motivo suficiente para trocar a possibilidade pela ameaça e, portanto, a economia funciona no seu melhor sentido. O espaço aí constituído é um espaço da economia pela via da possibilidade. Os corpos são ameaçados por causa de não saber.

Se como dizíamos anteriormente, a mudança do modelo tem nele mesmo sua própria insegurança, contém, ao mesmo tempo, o que age contra o corpo, tanto pela via do saber, quanto pela do não saber. O

controle está determinado não só pelo que dos indivíduos se sabe, mas também pelo que os próprios indivíduos sabem de si. O saber é a coação e o saber se converte no motivo da economia do controle. O corpo é controlado na medida em que sobre ele se sabe, e sobre ele é preciso que se saiba. É preciso que sobre o corpo todos e cada um tenham um saber constituído, disposto a funcionar como advertência (à consciência), para quando a atuação do indivíduo se tornar perigosa (para ele ou para outros). Se voltarmos aos termos do paradigma imunitário, poderíamos dizer que à razão, sistema imunitário natural do homem, se incorpora um sistema “metaimunitário”, uma imunidade induzida (ESPÓSITO, 2006); é a imunização da soberania e, neste caso, especificamente, a soberania do saber. O saber se impõe à consciência e o espaço da biopolítica não precisa do controle exaustivo porque tem trocado a ameaça da possibilidade pelo saber que ameaça. Um saber que constrange e administra, que instaura a norma e a lei, e também, por que não, determina quem está por fora dela. Assinala quem supera a lei e quem a excetua. Os sujeitos sabem, sabem desse saber, e inclusive sabem que não sabem. Mas esse saber, seja pela via do que se conhece, seja pela via da ignorância, funciona como mecanismo que opera sobre os corpos, constituindo um espaço administrado baseado numa economia que toma a via do controle de si mesmo. Cada um, por causa do saber que tem, o do saber de que sabe que carece, é factível de se autocontrolar. O panóptico torna-se desnecessário, ou, em todo caso, o olhar do vigilante muda pelo olhar do saber (da mesma forma que no panóptico, inclusive na sua forma de falta).

Saber sobre o corpo. Questão prioritária se se quer situar a questão nos horizontes da biopolítica. Aí, no corpo, se joga a aposta para fazer durável a vida. A modernidade supõe uma inflexão, uma inflexão epistêmica se lermos a situação à luz das análises de Foucault (2008). Na sua desafiadora afirmação segundo a qual o homem não tem mais de dois séculos, se lê, entrelinhas, que algo do corpo aí também experimenta esse começo recente. Não porque o corpo como tal seja uma novidade, inclusive o corpo como fragmento material oposto a uma imaterialidade já se encontrava na antiga Grécia. A novidade radica, portanto, no que poderíamos chamar “consciência do corpo”, “experiência psicológica do corpo”, ou “representação imaginária do corpo”. Supõe-se nestas expressões uma mente que pensa, “que duvida, que conhece, que afirma, que nega”, diria Descartes (2006). E há, nesse pensar, uma dimensão objetivável e objetivada: o corpo. Sabemos também que há o não objetivável, o que não é capturado pela língua, o que ressoa na consciência sem se deixar capturar; há o ingovernável, o indomável do corpo, o que não cessa de não se inscrever, parafraseando a Lacan.

Encontramo-nos assim, por exemplo, com a manifestação espontânea do corpo, com o que não se deixa governar, o que foge do domínio absoluto. Mesmo assim, a aposta no governo é sempre uma dívida, uma dívida nunca definitivamente paga.

Contudo, o corpo tem sido expressão máxima da reificação. Coisificado, o corpo se deixa medir, manipular-se, pode ser igualado à estrutura da máquina, tornando-se, como indicara Marx (2006), um apêndice dela. Já não é a máquina uma extensão do braço do homem, é o homem mesmo quem se tem tornado uma extensão instrumental, um (im)perfeito mecanismo (VAZ, 2011). Assim, o importante é que o corpo dure, que a vida que o anima, segundo a hegemônica perspectiva biomédica, se estenda em quantidade e qualidade ao limite das suas possibilidades. Deste ponto de vista, o corpo tem se tornado manipulável, medível, avaliável e programável. E para isso tem sido necessário despojá-lo de suas qualidades sensíveis. As ciências biomédicas em sua expressão mais clássica o expressam da melhor maneira; nelas o corpo é esse conjunto orgânico que é preciso conhecer, predizer e controlar, mas sobretudo é o lugar onde a vida é “custodiada”, diria Espósito (2005, p. 26), reduzindo-a desta forma ao seu puro conteúdo biológico.

O dualismo cartesiano supõe uma ruptura, que trazemos aqui não tanto por sua novidade na dualidade corpo-mente, cujas consequências dificilmente podem ser ignoradas para pensar o moderno, senão principalmente pela via que ali se abre no acesso à verdade e para a qual o conhecimento como estrutura psíquica será a solução. O “momento cartesiano” que mencionvamos anteriormente, é a via de entrada no moderno, que se inaugura “el día en que se admitió que lo que da acceso a la verdad, las condiciones según las cuales el sujeto puede tener acceso a ella, es el conocimiento y sólo el conocimiento.” (FOUCAULT, 2009, p. 36). A história da verdade entrou, assim, no período moderno, momento a partir de quando o sujeito já não precisa de uma transformação nele mesmo para ter acesso a ela. Isto é, o acesso à verdade se separa das práticas de espiritualidade às que esteve unidas desde a Antiguidade. Nesse sentido, a verdade é isso ao que se acede pela única via possível de conhecimento, via que a ciência moderna tem monopolizado, num ato no qual sujeito e objeto estabelecem uma distância. As condições para conhecer já não estão no sujeito senão que haverá todo um conjunto de condições extrínsecas e intrínsecas, não ao sujeito mas ao conhecimento mesmo. Conhecer o corpo, portanto, implicará objetivá-lo, distanciá-lo do sujeito para que sobre ele se possa desdobrar um campo discursivo que o defina, articule, analise, estude probabilidades e tendências, limites e possibilidades.

Porém a operação sobre o corpo não será unicamente por via direta. Não será apenas o organismo objeto de intervenção dos diversos mecanismos e técnicas de governo, controle ou disciplina, mesmo apesar de suas variadas formulações. Isso será necessário, mas não suficiente. Aposta-se conjuntamente em uma operação indireta de governo pela via da consciência, que também funcionará como dispositivo disciplinador. Governo de si, autocontrole, autodisciplina; o próprio indivíduo se soma às estratégias governamentais que coloca em todos e a cada um dos cidadãos uma cota de responsabilidade a respeito do bem-estar da nação. Dissemina-se em cada indivíduo, no interior de cada um deles, as estratégias de controle. Dispersa-se em todos e cada um dos cidadãos os anticorpos necessários para a preservação, a individual e a do conjunto.

Assim, a CNEF empreende sua tarefa imunitária por uma dupla via, pela via da preparação do corpo, da preservação do organismo, seja por meio do desenvolvimento de capacidades físicas, ou pelos mecanismos de esparecimento desvinculando a trabalhadores e estudantes de suas atividades rotineiras. Mas, ao mesmo tempo, instala-se outra via, a via do trabalho sobre a consciência, isto é, a via em que o trabalho sobre o corpo se realiza de forma indireta, “incorporando” um *a mais* como investimento na durabilidade do corpo.

O espaço, neste sentido, já não precisa do panóptico. O modelo mudou, o olhar constante reveste-se de outra forma; a forma na qual o governo do corpo se materializa no espaço, mas não através de um prédio circular. Não há torres de vigilância, não há celas na periferia. Torres e celas se misturam num espaço que não distingue dentro e fora, assim como dilui as fronteiras do público e do privado. Se a mudança for pensada em termos do paradigma imunitário, Espósito nos esclareceria que nele o perigo se apresenta majoritariamente como uma intrusão, no corpo individual, no corpo político, no corpo social: “lo que permanece invariado es el lugar en el cual se sitúa la amenaza, que es siempre el de la frontera entre el interior y el exterior, lo propio y lo extraño, lo individual y lo común” (2005, p. 10). A vida tem invadido a polis, e não só aquela vida do cidadão qualificado, a que se definia sobre o denotativo *bíos* e cujo espaço por excelência era a cidade. Trata-se agora também daquela vida na sua definição orgânica, na qual a política na forma de biopolítica tem encontrado seu desiderato. O espaço público toma para si essa mudança e a organização dos seus lugares será correspondente a isso. Define-se, portanto, um espaço (público) destinado ao governo do corpo, ao desenvolvimento de suas potencialidades, a maximizar a vida e procurar o bem-estar de todos os cidadãos, e que o faz deixando também que a negatividade funcione, pois indiretamente o saldo será positivo. A



vida biológica, como indica Agamben (2010), se torna um fato politicamente decisivo, e as metáforas biologicistas nessa direção tenderão a explicar a forma de operatividade da política. A política do corpo se aproxima da biologia e funciona como uma técnica de governo de organismos. Governar enquanto o traço de limites e limiares a partir dos quais se define um dentro e um fora, organizando-se a multiplicidade em função desta divisão. O cálculo será preciso, mas a contingência também terá o seu lugar, tanto no planejamento quanto na infinitude do corpo.



## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

La ciudad crece perceptiblemente  
e imperceptiblemente se deshace  
vuelta memoria.

*De lo visible.* Circe Maia (1998)

Neste trabalho se procurou investigar as relações entre os processos de politização do corpo e a organização do espaço público em Montevideu, capital da República Oriental do Uruguai, no período de reconstrução democrática, entre 1985 e 1990, após a última ditadura cívico-militar do país. Tomou-se um momento de reorganização nacional no qual as consequências da ditadura exigiam diversas mudanças. O escopo mais amplo que guiou a investigação foi o entendimento segundo o qual a política contemporânea toma o corpo como variável governamental, configurando desta forma uma política do corpo cuja possibilidade de ser pensada se abre a partir da noção de biopolítica. O trabalho foi, neste sentido, uma oportunidade para analisar criticamente as leituras políticas do corpo predominantes na modernidade, cuja presença higienista sempre acaba sendo algo difícil de ser relativizado.

As análises se realizam sobre a cidade de Montevideu. Tomar a cidade não é fator limitante, sempre que se a considere espaço de desenvolvimento da experiência corporal, lugar da convivência, espaço da vida urbana na qual se misturam o orgânico e o inorgânico, o corpo e as construções, a carne e o cimento.

As cidades modernas emergem em troca de um tributo, aquele mesmo pagamento que o trabalho na fábrica levou aos homens junto com a automatização de gestos e movimentos, tornando-os eles mesmos parte da maquinaria que os utiliza, autômatos, segundo expressara Marx (2006). As cidades, igualmente a esta moderna configuração do trabalho, também prescindem da sua dimensão artesanal, aquela em que o tempo transcorria lentamente e as mãos do artesão iam moldurando a obra nas suas imperfeições. A presença quase artesanal, poderíamos dizer, que predominava na vida urbana até a sua moderna e exacerbada configuração, desapareceu. Foi substituída por uma vida urbana produzida de forma quase industrial, aquela das multidões, dos ritmos acelerados, das uniformidades e da mercadoria. Aquelas na qual uma limpeza tanto higiênica quanto política operou desenhando o urbano, construindo periferias e desenvolvendo o centro, espaço de primazia das modernas multidões. O corpo também tomou uma forma industrial, produto de um trabalho em série, de contínuos enquadramentos

homogeneizadores, do processo de tecnificação que, segundo Benjamin (1989), expressaria o declínio da experiência e o surgimento de uma determinada pedagogia do gesto (VAZ, 2011) e da sensibilidade que fazem com que ao final do processo produtivo, o corpo esteja reificado, produto de uma consciência também reificada e mutilada, se tomarmos a expressão de Adorno (1998).

Podemos afirmar, a partir das análises realizadas, que o governo da cidade supõe uma dupla afirmação. Se por um lado a cidade é governada para que nela a vida aconteça, organizando os elementos urbanos de forma tal que se obtenha sua maximização, por outro lado a cidade também funcionará como reitora da vida e do seu funcionamento, impondo possibilidades de ação e limites. Daí se extrai o governo da cidade, governo cuja responsabilidade não será só atribuída aos homens, mas à forma em que eles traduzem as diretrizes que as coisas impõem. Que dentre esses elementos o corpo ocupe um lugar central é derivado do fato de o corpo se tornar uma máquina reificada à luz dos parâmetros da vida moderna. Se como dizia Marx (2006) o movimento do autômato deve-se acoplar aos movimentos da máquina, a política quando automatizada também deverá se acoplar a essa maquinaria estatal, cuja governamentalização biológica faz com que o acoplamento leve em conta a organicidade do humano. A cidade moderna será, assim, o espaço no qual se jogam as forças relativas ao governo do corpo. Um corpo que deverá ser governado, mas que ao mesmo tempo funciona direcionando decisões políticas.

Que o corpo tenha invadido a cidade foi um processo associado ao moderno apagamento da distância que separava o âmbito privado, como espaço para a satisfação das necessidades vitais, do âmbito público, lugar, por excelência, da liberdade e da política. Tal conjunção facilita a compreensão do fato de a vida biológica e a política entrarem em contato. O movimento no qual a política toma a vida para o seu desenvolvimento, a situação moderna na qual as necessidades biológicas têm tomado um lugar central na política, a modulação na qual a política configurada como biopolítica assume o corpo como objeto de intervenção, são todos indícios do que poderíamos considerar como uma política do corpo.

Fomos levados, pelo percurso investigação, a considerar a publicização da dor e do sofrimento pela criação de espaços destinados ao aprimoramento corporal. Seja em termos de tempo livre, ou nos parâmetros do esporte, uma e outra forma de se ocupar do corpo permite discernir uma intervenção que não se afasta dos parâmetros da produção. Mesmo que os momentos sejam diferenciados, mesmo que se distinga intencionalmente em dois tempos que dividem a vida do homem, é

justamente nessa diferenciação que se deposita a promessa da máxima eficiência. A independência que deve guardar o tempo livre do tempo de trabalho, assegura que este segundo tempo seja potencializado na medida em que não se mistura com o primeiro, assim como o tempo do primeiro não deve ter vestígios laborais. Que o Estado assegure a disponibilidade de espaços destinados ao tempo livre da população permite garantir, também, uma pedagogia do lazer que atestará o bom desempenho dos indivíduos. Um Estado que se ocupa da utilização do tempo livre da sua população é, além de um Estado à procura do bem-estar, um interventor na maquinaria produtiva que espera trazer um incremento ao funcionamento laboral dos trabalhadores. Se o tempo de trabalho é um tempo de tédio e fadiga, e o tempo livre se coloca como uma intervenção para a sua compensação, então o que há é uma exacerbação desse mal-estar que gera o mundo produtivo mediante a facilitação dos mecanismos que permitem suportá-lo. Dois tempos, portanto, que convergem em termos de sacrifício.

Por outro lado, a integração da sociedade foi uma das tentativas que também teve sua tradução em espaços urbanos. Saia-se da ditadura com uma sociedade fraturada em torno ao passado recente, tanto nos aspetos político-ideológicos quanto nos econômicos e sociais. Unificar foi uma importante tarefa política, e diversas vias de intervenção foram identificadas. A mais abrangente foi a forma em que o discurso político foi utilizado, sua dinâmica de integração de alteridades discursivas e a procura em construir um sentido único de realidade. Em relação a essa utilização do discurso, uma importante estratégia foi a gestão do passado recente, que desde as esferas governamentais pretendeu ser esquecido, apagado da história uruguaia, procurando forjar um novo começo. Tanto nos discursos presidenciais e nas resoluções legislativas quanto na organização do espaço urbano, foi observada esta tentativa, que avaliamos como uma administração do esquecimento ou uma gestão da memória traduzida ao urbano.

De forma mais focalizada, outra via se abriu, fazendo a aposta nas atividades de educação física, esporte e recreação. Colocou-se o esporte como uma atividade que, além de funcional para a saúde, permitiria a integração da fragmentada sociedade pós-ditatorial. A intervenção seria, conforme a particular conjuntura do momento, não mais pela obrigação ou imposição, mas pelo convencimento. O fomento destas atividades se fez recorrendo ao convite, à participação voluntária e convencida, promovendo assim o próprio autocontrole dos indivíduos. Ocorria, neste sentido, uma viragem nas intervenções sobre o corpo, procurando uma “devida obediência”, uma obediência com consciência. Daí que o saber

sobre o corpo toma um lugar central, reflexo da modulação biopolítica na que o poder governamental também é depositado na individualidade de todos os cidadãos. A consciência do corpo foi chave na intervenção, fazendo do governo o contínuo traçado dos umbrais da vida, a permanente politização biológica que dá operatividade à política, fazendo do corpo o prolongamento das intervenções econômicas, o depositário das campanhas ideológicas, moralizantes e de autocontrole.

Montevideu cresceu, pequena e grande ao mesmo tempo. Ao sul do Uruguai, capital de reduzido tamanho em comparação com as metrópoles dos países vizinhos. Principal centro se o cotejamento for feito com o interior do país. Para este trabalho, foi foco de análise, ponto para o qual perguntamos sobre o corpo e a política. Complexa relação a que se estabelece entre as três dimensões: cidade, corpo e política estruturam o trabalho, procurando analisar a forma em que Uruguai tem resolvido a relação. As respostas e repercussões não foram unívocas, impossíveis de serem perscrutadas totalmente em sua complexidade. As análises neste trabalho se reduziram, portanto, a um conjunto de discursividades, principalmente da esfera estatal, que permitem pensar isso que convimos chamar *políticas do corpo*.

A expressão *política do corpo* supõe uma dificuldade. Por um lado, situamo-nos no argumento de Hannah Arendt, o qual seguimos mas do qual também nos desviamos, implicando partir de uma impossibilidade: a de se remeter a algo como uma política do corpo. Antagônicos por excelência, corpo e política se opõem, pois o âmbito de um finaliza onde começa o espaço do outro, segundo Arendt (2010). *Quanto mais corpo, menos política* poderíamos assim resumir o argumento, pois para a atividade política é necessário que o corpo tenha suas necessidades solucionadas como urgência do humano. Mas ao mesmo tempo a política se assenta no corpo, sempre que consideremos que essas exigências corporais, tradicionalmente identificadas com a satisfação de necessidades básicas, são a condição *sine qua non* da política. A política como possibilidade só se abre ao homem cuja urgência corporal tem sido, pelo menos temporariamente, solucionada. Mas a relação não termina aí. A noção de biopolítica nos permite considerar o fato de a política retornar a essa urgência corporal e tomar o corpo como lugar de seu desdobramento. Corpo e política, assim, numa aparente oposição, têm pertencimento mútuo.

A política do corpo, portanto, toma o seu assento numa política da vida. Uma política que Hannah Arendt faz de prefácio, uma vez que será Foucault quem finalmente introduzirá a temática, reconfigurando o termo

biopolítica para alcançar o fato de a política moderna se ocupar do problema da vida. O corpo como central na política se baseia neste modelo biopolítico, pois considera-se que se se trata de *fazer viver* como anunciara Foucault (2006a), e aí o lugar do corpo se desenha como central. Variável da ação governamental, o corpo se encontra no centro da biopolítica, pois nele a vida se potencia. Não se trata, é importante esclarecer, de uma redução biologicista nem ao corpo nem à vida, por muito que o positivismo nos pese. Se é difícil fugir da redução do corpo ao organismo, torna-se fácil fazê-lo resultado da política. A fórmula rapidamente se conjuga como uma vida que se assenta no corpo e sem o qual não subsiste, e um corpo que precisa uma vida que o anime, para se diferenciar pelo menos da organicidade do cadáver. A relação finalmente é complexa, e a solução não se atinge definitivamente neste trabalho. Algumas balizas se colocam mesmo que nem sempre seja fácil esquivar-se das referências biologicistas, por demais recorrentes nos discursos analisados.

Uma última significação pode ser assinalada em referência à expressão *política do corpo*. O presente trabalho avança nas assertivas propostas por Jean-Claude Milner, que com pressupostos filosóficos e linguísticos, matizados por uma perspectiva psicanalista lacaniana, questiona a situação política, principalmente da França. Não pretendemos transpor seus argumentos à realidade uruguaia, mas valer-nos das suas indagações para analisar um fenômeno atual que excede fronteiras. Considerávamos apontar esse fenômeno como o declive da política, pelo fato de ela, em grande medida, se reduzir ao Estado, ao mesmo tempo em que se esvazia e se reduz aos parâmetros da administração e da gestão. Gestão da vida, mais do que política, administração baseada em conhecimentos técnicos que traduzem dados e estabelecem soluções. A política, assim, se reduz aos parâmetros do número, da standardização, da aplicação de estatísticas, que serão os que finalmente decidirão em lugar dos homens. O corpo, neste cenário, também tem o seu lugar, seu privilégio, pois na medida em que também se tornou um dado, cifra, objeto reificado, encontra-se preponderante na política, delimitando estratégias de governo.

Reduzir as indagações a uma política que se limite ao Estado não assegura que seja esta sua única possibilidade. Não proclamamos uma política que se restrinja ao Estado, dificuldade com a qual nos deparamos nas circunstâncias contemporâneas. O Estado é menos uma categoria da política que um instrumento ou uma via na qual a primeira, no cenário moderno, se desdobra. Assim, um dos elementos a considerar naquele declive político que mencionávamos, deve ser o fato de a política sair da

vida pública para tornar-se, se é que ainda se pode chama-la de política, assunto de governo reduzido aos governantes. Se a sociedade democrática tem sido despoliticizada, não é difícil associar esse movimento à perda da dimensão coletiva da política. Guia e custódia da população, o Estado cerceia a política, e a tira da sociedade, tornando premissa governamental o incremento do corpo em detrimento da palavra. A referência ao coletivo não faz referência ao número. Não se trata de uma questão de quantificação, de votantes, tampouco de estatísticas. A política só pode ser pensada quando se sai da tirania do número, conforme afirma Badiou (2007), na medida em que se afasta de formas programadas de agir e ingressa nas possibilidades do pensamento, no espaço de interação e da pluralidade humana, nas perspectivas de liberdade.

Desde que a política tornou-se monopólio dos políticos, um sinal do seu declive se anunciou. E desde que a política se tornou uma profissão baseada em dados estatísticos e, portanto, tendente a se reduzir a tarefas de administração e gestão, o declive se fez definitivamente presente. Disso ao que Milner (2012) tem denominado política das coisas não resta um passo. Desde que a política se limita a ser um aparato de governo, está mais perto de formular-se como uma máquina de domesticação do que como um espaço para a liberdade.

Na medida em que o governo dispensa da política, dispensa aquilo que faz homem ao humano, daquilo que por sua condição de homem o distingue do animal. Política sem pensamento, dirá Arendt (2009), política das coisas dirá Milner (2012). Assim, a política se baseia na possibilidade de automatização do humano, na convicção de poder eclipsar a contingência e construir sob uma base programada o futuro da domesticação infinita. Se a política é a aposta humana frente à necessidade de lidar com a contingência do corpo, o governo que se rege pelas coisas se funda nas possibilidades de domesticação, e com isso na dupla convicção de eliminar a contingência do humano e dispensar a política.

Tornar a política independente dos homens é o que os saberes técnicos têm feito. Na afirmação técnica sobre o funcionamento das coisas se funda uma política que se afasta do homem e se aproxima das coisas, perdendo, portanto, sua condição de política e tornando-se máquina de governo. O governo dispensa da política, sempre que nele a palavra se reduz ao número.

O fim da política se anuncia. Não só porque ela recua, mas porque sua finalidade parece anunciar-se cada vez de forma mais certa. A imprevisibilidade que caracterizava a política, se desfigura na forma do número, na segurança da standardização e da estatística. Assim, o fim da



política parece tornar-se calculável, tal como o fim que se espera num processo produtivo. A política das coisas o afirma, assegurando a durabilidade do mundo e permitindo sua estabilização. A função política das coisas é que elas têm agido a favor da previsibilidade, procurando fazer da política uma forma de produção. A política, assim, tem se aproximado da atividade de fabricação, e fabricar a política não mais que aparenta ser uma possibilidade tão real quanto fabricar a história. Ao ser “fabricada”, a política, já na origem, não é mais política.

Montevidéu também decresce, se perde no passado, engolida pela memória. O esquecimento, administrado politicamente, também chega à cidade. O fim da ditadura supõe uma ruptura cuja lembrança foi (e é) objeto de debates políticos. Fechar o passado e começar de novo rememorando o velho Uruguai do próspero começo do século, ou lembrar o acontecido, fazer justiça aos mortos e reconstruir o Uruguai a partir da história recente. O balanço, de um ponto de vista das decisões políticas, se inclinou pela primeira opção, pelo menos durante os primeiros governos presidenciais depois de finalizada a ditadura, em concordância com os partidos políticos uruguaios que, produto da afirmação discursiva de certa tradição, podem ser catalogados como de direita (*Partido Colorado* e *Partido Nacional*). É preciso salientar que esta a distinção é confirmada fundamentalmente pela esquerda, que assume uma posição de nomear ao “outro” político, como “direita”. Também é importante lembrar que o *Frente Amplio* se conformou em grande parte com dirigentes políticos procedentes dos partidos Colorado e Nacional. Esses partidos, embora colocados popularmente na direita do espectro político, muitas vezes representaram setores e apresentaram dirigentes de centro ou inclusive quadros “progressistas”, como é o caso do já mencionado José Batlle y Ordóñez, do Partido Colorado.

As decisões políticas em torno ao urbano demarcaram essa administração do esquecimento, que borra as pegadas do passado e exacerbava a identidade nacionalista. Montevidéu também foi objeto dessa escolha, no que diz respeito à nossa análise, pelo menos na primeira administração municipal entre 1985 e 1990. A administração municipal (IMM) que se inicia em 1990 traz uma novidade: pela primeira vez na história do país, um partido político proclamado de esquerda acede ao governo da Intendencia Municipal de Montevideo, com a administração do Dr. Tabaré Vázquez, representante do *Frente Amplio*. Neste quadro é importante perguntar pela forma com que uma política de esquerda se ocupa da organização urbana do corpo.

A clássica distinção de esquerda e direita parece manter-se, pelo

menos no imaginário político, organizando as posições de tendências progressistas ou conservadoras. Porém, apesar de toda a retórica política, alguns dos elementos da tradição discursiva que distinguem entre direita e esquerda mantêm seus claros-escuros. Esta distinção nascida na França do século XVIII parece se enfraquecer ao ser posta em questão a partir do conceito de biopolítica. Uma visada ao assunto a partir de uma abordagem biopolítica mostra um vazio referencial. São escassas as alusões às distinções entre esquerda e direita quando o tratamento da política se faz tomando como foco a vida que nela se desenha.

Agamben traz, neste sentido, uma afirmação impactante:

Únicamente en un horizonte bio-político se podrá decidir, en rigor, si las categorías sobre las que se ha fundado la política moderna (derecha/izquierda; privado/público; absolutismo/democracia, etc.), y que se han ido difuminando progresivamente, hasta entrar en la actualidad en una auténtica zona de indiferenciación, habrán de ser abandonadas o tendrán la ocasión de volver a encontrar el significado que habían perdido precisamente en aquel horizonte (AGAMBEN, 2010, p. 13).

Esquerda e direita entrariam, pela via da biopolítica, numa “zona de indistinção” na medida em que tomam, como faces do espectro político e moderno, a vida, da espécie e dos indivíduos, como corpos viventes, no centro dos seus debates. O fato da política se tornar biopolítica, com a vida se definindo no horizonte da política, anuncia a diluição das diferenças, uma vez que o foco tanto de uma quanto de outra está em produzir a vida, em potenciá-la e maximizá-la conforme aquela expressão foucaultiana, “fazer viver”.

Porém, uma análise da direita e da esquerda à luz da biopolítica pode e deve ser feita. É preciso, portanto, pôr à prova as diferenças teóricas e políticas entre direita e esquerda para analisar pontos de encontro e de dispersão em relação à organização do corpo no urbano, toda vez que o que se põe em jogo é a relação entre vida e política, isto é, toda vez que se fala de uma política da vida. Isso nos ajudaria a pensar sobre a atualidade e as consequências de tal distinção, e ainda, mais importante, em que medida ela ainda nos pode orientar.

## REFERÊNCIAS

ADORNO, T. Tiempo libre. In: \_\_\_\_\_. **Consignas**. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1993. p. 54-63

\_\_\_\_\_. Educación después de Auschwitz. In: \_\_\_\_\_. **Educación para la emancipación**. Madrid: Ediciones Morata, 1998. p. 79-92.

AGAMBEN, G. **Deus não morreu**. Ele tornou-se Dinheiro. Entrevista concedida a Peppe Salvà, 16 de out. 2012. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/512966-giorgio-agamben>>. Acesso: 13 de agosto de 2013.

\_\_\_\_\_. **Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I**. Belo Horizonte: UFMG, 2010. 207p.

AGUIAR, S. **El juego urbano**. Socio (lógicas) del habitar. Montevideo (Uruguay), 2008, 235f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidad de la República, UdelaR.

ALTHUSSER, L. Ideología y Aparatos Ideológicos de Estado. apud ŽIŽEK, S. (comp). **Ideología. Un mapa de la cuestión**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2003, p. 115-155.

ANEP. **Testimonios relacionados con su gestión**. Lineamientos Generales de la Renovación Pedagógica promovida en el período 1985 – 1990. Montevideo: [s-n-], 1990. 65p.

ARENDT, H. **¿Qué es política?** Tradução Rosa Sala Carbí. Barcelona, Paidós, 1995.

ARENDT, H. A crise da cultura. Sua importância social e política. In: \_\_\_\_\_. **Entre o Passado e o Futuro**. Tradução Mauro W. Barbosa de Almeida. 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 1996, p. 248-281.

\_\_\_\_\_. Verdade e política. In: \_\_\_\_\_. *Entre o Passado e o Futuro*. Tradução Mauro W. Barbosa de Almeida. 6 ed. São Paulo: Perspectiva, 2009, pp. 282-325.

ARENDT, H. **La condición humana**. Buenos Aires: Paidós, 2010.

384p.

ARDAO, A. **Espiritualismo y Positivismo en el Uruguay**. Montevideo: Departamento de Publicaciones, Universidad de la República, 2008. 287p.

BADIOU, A. **¿Se puede pensar la política?**. Buenos Aires: Nueva Visión, 2007. 78p.

BARACCHINI, H.; ALTEZOR, C. **Historia urbanística de la ciudad de Montevideo**. Desde sus orígenes coloniales a nuestros días. Montevideo: Trilce, 2010. 278p.

BARRÁN, J. P. **Historia de la sensibilidad en el Uruguay**. Tomo 2: el disciplinamiento (1860 – 1920). Montevideo: Banda Oriental, 2004.

BENJAMIN, W. Sobre alguns temas em Baudelaire. In: \_\_\_\_\_ **Obras escolhidas** (vol. III). São Paulo: Brasiliense, 1989. p. 103-150.

\_\_\_\_\_. Sobre el concepto de história. In: \_\_\_\_\_. **Estética y Política**. Tradução de Tomás Joaquín Bartoletti e Julián Fava. Buenos Aires: Las Cuarenta, 2009, p. 129-152.

BOURDIEU, P.; CHAMBOREDON, J-C.; PASSERON, J-C. La construcción del objeto. In: **El oficio del sociólogo: presupuestos epistemológicos**. Buenos Aires: Siglo XXI, 1999, p. 51-81.

BRESCIANO, R.; COMESAÑA, E. **Cronología de la ciudad de Montevideo** [online]. Disponível na Internet via: <http://www.montevideo.gub.uy/ciudad/historia/cronologia> Arquivo capturado em 20 de março de 2013.

BUQUET, D. Elecciones y Sistema electoral. apud Instituto De Ciencia Política. **El Uruguay del Siglo XX. Tomo II: La política**. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 2003, pp. 137-171

CAETANO, G; RILLA, J **Breve historia de la dictadura**. Montevideo: CLAEH-EBO, 1987. 175p.

CAETANO, G. Marco histórico y cambio político en dos décadas de democracia. De la transición democrática al gobierno de izquierda

(1985-2005). In: \_\_\_\_\_. (Dir). **20 años de democracia**. Uruguay 1985-2005: miradas múltiples. Montevideo: Taurus, 2005. p. 15-76.

CASTELLANOS, A. **Montevideo en el Siglo XIX**. Montevideo: Comisión del Papel, 1971. 60p.

CASTRO, E. Acerca da (Não) distinção entre Bíos e Zoé. apud **INTERthesis, Revista Interdisciplinar**, Florianópolis, SC, Brasil. v. 9, n. 2, 2012, p. 51-61.

\_\_\_\_\_. Biopolítica: orígenes y derivas de un concepto. In: Cuadernos de Trabajo # 1. **Biopolítica. Gubernamentalidad, educación, seguridad**. Buenos Aires: UNIPE, 2011, p. 5-11.

CAVALLETTI, A. (2005). **Mitología de la seguridad**. La ciudad biopolítica. Buenos Aires: Adriana Hidalgo Editora, 2010. 317p.

CNEF - COMISIÓN NACIONAL DE EDUCACIÓN FÍSICA. **El deporte, la Educación Física y la Recreación**. Marzo 1985 – Marzo 1990. Montevideo, [s.n.], 1990. 57p.

\_\_\_\_\_. **Programa de Educación Física. Nivel inicial**. Montevideo: Nueva Impresora Piscis, 1993. 70p.

\_\_\_\_\_. **Programa de Educación Deportiva**. Montevideo: Nueva Impresora Piscis, 1988a. 62p.

\_\_\_\_\_. **Programa de Educación Física. Nivel Medio**. Montevideo: Nueva Impresora Piscis, 1988b. 18p.

\_\_\_\_\_. **Programa de Recreación**. Montevideo: Nueva Impresora Piscis, 1988c. 62p.

\_\_\_\_\_. **Actas de la Comisión Nacional de Educación Física, 1986** (não publicadas)

\_\_\_\_\_. **Actas de la Comisión Nacional de Educación Física, 1987** (não publicadas)

\_\_\_\_\_. **Cuadernos de Educación Física N°2**. Temas de la Bolilla N°5. Montevideo: Departamento de Inspección de Educación Física, 1980. 20p.\

CNEF - COMISIÓN NACIONAL DE EDUCACIÓN FÍSICA.  
**Ministerio de Educación y Cultura.** Comisión Nacional de Educación Física. Montevideo: Polo, 1976.

\_\_\_\_\_. **Educación Física y Deportes.** Montevideo, a. 1, n. 2, julho 1981

CORBO, D. La transición de la dictadura a la democracia en el Uruguay. Perspectiva comparada sobre los modelos de salida política en el Cono Sur de América Latina. **Humanidades**, a. VII, n. 1, dez de 2007, p. 23-47

CORRAL, M. R.; KÜHLSSEN, K. Construcción del espacio público y su relación con la salud desde el discurso batllista. In: **IV Jornadas de Investigación y III de Extensión**, novembro 2011. Montevideu: Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación. Disponível em: <http://www.fhuce.edu.uy/jornada/2011/index.html>. Acesso: 24/12/2013.

COSSE, I; MARKARIAN, V. **1975: año de la orientalidad: identidad, memoria e historia en una dictadura.** Montevideo: Ediciones Trilce, 1996. 135 p.

DA COSTA, L. P. **Teoria e prática do esporte comunitário e de massa.** Rio de Janeiro, RJ: Ed. Lamartine Pereira da Costa, 1981. 329p.

DE CERTEAU, M. **La invención de lo cotidiano I.** Artes de hacer. México: Universidad Iberoamericana, 2000. 229p.

DEMASI, C. La evolución del campo político en la dictadura. In: DEMASI, C. et al. **La dictadura Cívico-Militar.** Uruguay 1973-1985. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 2013, p. 15-116

DESCARTES, R. Discurso del método. Meditaciones metafísicas. Madrid: Espasa Calpe, 2006.

DOGLIOTTI, P. **Cuerpo y currículum:** discursividades en torno a la formación de docentes de educación física en Uruguay (1874-1948). Montevideo (Uruguay), 2012a, 324f. Dissertação (mestrado em Ensino Universitário). Universidad de la República, UdelaR.

\_\_\_\_\_. Um olhar nos discursos que permeiam as políticas de educação

física escolar no Uruguai (2006 – 2011). In: **Congresso Sulbrasileiro de Ciências do Esporte, 6.**, 2012b. Disponível em: <http://www.rbceonline.org.br/congressos/index.php/6csbce/sul2012/paper/view/4030>> Acesso: 26 de julho de 2013.

ESPÓSITO, R. **Bíos.** Biopolítica y filosofía. Buenos Aires: Amorrortu editores, 2006. 320p

\_\_\_\_\_. **Immunitas.** Protección y negación de la vida. Buenos Aires: Amorrortu editores, 2005. 256p.

FOUCAULT, M. **La arqueología del saber.** México: Siglo XXI, 1979. 355p.

\_\_\_\_\_. **Vigiar e punir:** nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1997. 262p

\_\_\_\_\_. **Defender la sociedad.** Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 2000. 287p.

\_\_\_\_\_. **Historia de la sexualidad 1.** La voluntad de saber. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2006a. 194p.

\_\_\_\_\_. **Seguridad, territorio, población.** Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2006b. 484p.

\_\_\_\_\_. **Nacimiento de la biopolítica.** Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2007. 401p.

\_\_\_\_\_. **Las palabras y las cosas:** una arqueología de las ciencias humanas. Buenos Aires: Siglo XXI, 2008. 398 p.

\_\_\_\_\_. **Hermenéutica del sujeto.** Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2009. 544p.

GONZÁLEZ, L. E. Continuidad y cambios en el sistema de partidos uruguayo. In: MAINWARING, S.; TIMOTHY, S. (Comps). **La Construcción de Instituciones Democráticas.** Sistemas de Partidos en América Latina. Santiago de Chile: Cieplan, 1996, p. 113-132.

GONZÁLEZ, L. E. **Estructuras políticas y democracia en Uruguay**. Montevideo: Fondo de Cultura Universitaria, 1993.

GREGOLIN, M. **Foucault e Pêcheux na Análise do Discurso**. Diálogos e Duelos. São Carlos: Editora Claraluz, 2007. 220p.

GRUPO DE ESTUDIOS URBANOS. **Una ciudad sin memoria**. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1983. 102p.

HOPKINS, J. T. Carta a J. H. Mc Curdy, 26 de agosto de 1912. Montevideo: CNEF, 1912.

HORKHEIMER, M.; ADORNO, T. W. Interesse pelo corpo. In: \_\_\_\_\_. **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985. p. 215-220.

\_\_\_\_\_. W. La industria cultural. Iluminismo como mistificación de masas. In: \_\_\_\_\_. **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Madrid: Trotta, 1998, p. 165-212.

INTENDENCIA MUNICIPAL DE MONTEVIDEO. **Guía arquitectónica y urbanística de Montevideo**. Montevideo, 2010. 546p.

LÖWY, M. Walter Benjam. In: \_\_\_\_\_. **Aviso de incendio**. Una lectura de las tesis 'Sobre el concepto de historia'. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2012. 188p.

MAIA, C. Casi Presente. In: \_\_\_\_\_. **Destrucciones**. Montevideo: Siete poetas hispanoamericanos, 1986, p. 18.

\_\_\_\_\_. De lo visible. In: \_\_\_\_\_. **Movimientos**. Obra Poética. Montevideo: Rebeca Linke, 1998.

MARCHESI, A. **El Uruguay inventado**: la política audiovisual de la dictadura, reflexiones sobre su imaginario. Montevideo: Ediciones Trilce, 2001. 143 p.

MARX, K. **El Capital**. Libro I. El proceso de producción del capital. Traducción de Pedro Scaron. Buenos Aires: Siglo XXI, 2006.

MILNER, J-C. **El salario del ideal**. La teoría de las clases y de la



cultura en el siglo XX. Barcelona: Gedisa, 2003. 141p.

MILNER, J-C. **La obra clara**. Lacan, la ciencia y la filosofía. Buenos Aires: Manantial, 1996. 186p.

MILNER, J-C. **Los nombres indistintos**. Buenos Aires: Manantial, 1999. 150p.

\_\_\_\_\_. **Las inclinaciones criminales de la Europa democrática**. Buenos Aires: Manantial, 2007. 159p.

\_\_\_\_\_. **La política de las cosas**. Málaga: Miguel Gómez Ediciones, 2012. 56p.

MILLER, J-A.; MILNER, J-C. **Você quer mesmo ser avaliado?** Entrevistas sobre uma máquina de impostura. Barueri, SP: Manole, 2006.

NOTARO, J; FERNÁNDEZ CAETANO, C. El origen de los Consejos de Salarios en Uruguay. **Revista Latino-americana de Estudos do Trabalho**, A. 17, n. 28, 2012, p. 161-185

PORTILLO, A. **Montevideo: la ciudad de la gente**. Montevideo: Nordan Comunidad, 1996. 158p.

\_\_\_\_\_. El espacio público en los escenarios urbanos contemporáneos. In: DE SIERRA, F. **Montevideo a cielo abierto**. El espacio público. Montevideo: Consejería de Obras Publicas y Transporte, 2003. p. 225-231.

RICO, A. **Como nos domina la clase gobernante**. Orden político y obediencia social en la democracia posdictadura. Uruguay 1985-2005. Montevideo: Trilce. 2005. 208p.

RODRÍGUEZ GIMÉNEZ, R. Educación Física y dictadura: el cuerpo militarizado. **Revista Brasileira Ciências do Esporte**, Campinas, v. 25, n. 1, p. 101-113, set. 2003.

RODRÍGUEZ GIMÉNEZ, R. Escenas del cuerpo militarizado en el Uruguay de la dictadura (1973-1985). apud **Anais do XIV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte**, UFRS, Porto Alegre, Setiembre de

2005.

RODRÍGUEZ GIMÉNEZ, R. El espectáculo del cuerpo militarizado. **Educación en Revista**. n. 33, Curitiba, Universidade Federal de Paraná, 2009, p. 129-140

RODRÍGUEZ GIMÉNEZ, R. **Saber del cuerpo**: una exploración entre normalismo y universidad en ocasión de la educación física (Uruguay 1876 – 1939). Montevideo (Uruguay), 2012, 262f. Dissertação (mestrado em Ensino Universitário). Universidad de la República, UdelaR.

RUGGIANO, G. Educación del cuerpo y urbanidad. apud **IV Jornadas de Investigación y III de Extensión**, noviembre 2011. Montevideo: Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación. Disponible en: <<http://www.fhuce.edu.uy/jornada/2011/index.html>>. Acceso: 24/12/2013.

SARLO, B. El centro comercial. apud **La jornada semana**. México, 1998. Disponible en: <<http://www.jornada.unam.mx/1998/03/22/sem-sarlo.html>>. Acceso: 30/12/2013.

SENNETT, R. **Carne e pedra**: o corpo e a cidade na civilização ocidental. Rio de Janeiro: Record, 2001. 362p

SERÉ QUINTERO, C. **Escuela Pública e Iglesia Católica en Uruguay a fines de siglo XIX** ¿Disputa por la educación del cuerpo? apud 9o Congreso argentino 4o latinoamericano de Educación Física y Ciencias. 13 a 17 de julho 2011. La Plata: Universidad Nacional de La Plata. (Inédito).

SIMMEL, G. O Dinheiro na Cultura Moderna. apud SOUZA, J; ÖELZE, B. **Simmel e a Modernidade**, Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998, p. 23-40

SMITH, J. A. **Plazas Vecinales de Cultura Física**. Orígenes, propósitos, normas morales y buenas costumbres. Montevideo: Talleres Gráficos Barreiro y Ramos. 1913, 47p.

SODRE. Cadena del Presidente Sanquineti a la población. 26 de julho de 1986. 17min. son. col.(filme) apud **Archivo Presidencial n. A067**.

República Oriental del Uruguay, Dr. Julio María Sanguinetti Presidente. Periodo: 01/03/1985 al 28/02/1990, 1986

SODRE. **Archivo Presidencial n. A137**, min. 34:50 República Oriental del Uruguay, Dr. Julio María Sanguinetti Presidente. Periodo: 01/03/1985 al 28/02/1990, 1989

\_\_\_\_\_. **Archivo Presidencial n. A144**, min. 23:40 República Oriental del Uruguay, Dr. Julio María Sanguinetti Presidente. Periodo: 01/03/1985 al 28/02/1990, 1990<sup>a</sup>

\_\_\_\_\_. **Archivo Presidencial n. A145**, min. 18:35 República Oriental del Uruguay, Dr. Julio María Sanguinetti Presidente. Periodo: 01/03/1985 al 28/02/1990, 1990<sup>b</sup>

SPRECHMANN, T. et al. **Propuestas a la ciudad de Montevideo – 1986**. Taller de Investigaciones Urbanas y Regionales. Montevideo: Rosgal, 1986, 205p.

TEIXEIRA, S. O esporte para todos: “popularização” do lazer e da recreação. **Recorde**: Revista de História do Esporte, v. 2, n. 2, dezembro de 2009

TORRES CORRAL, A. **La mirada horizontal**: el paisaje costero de Montevideo. Montevideo: EBO, 007. 151p.

TORRÓN, A.; RODRÍGUEZ, C.; RUEGGER, C. Política, escuela y cuerpo: reflexiones entre la legalización y la legitimación de la educación física escolar. *Páginas de Educación*, vol. 3, 2010, pp. 117-133.

URUGUAY. **Ley n° 10.449**, de 12 de noviembre de 1943. Consejo de salarios. Se instituye el régimen, con existencia de cajas de compensación, y se articulan normas conexas. Disponible en: <<http://www.parlamento.gub.uy/leyes/ AccesoTextoLey.asp?Ley=10449 &Anchor=>>>. Acceso: 27 de setiembre de 2013.

URUGUAY. **Diario de Sesiones de la Asamblea General**. 15 de febrero de 1985. Disponible en: <<http://www.parlamento.gub.uy/sesiones/ AccesoSesiones.asp?Url=/sesiones/diarios/asamblea/html/19850215a0001.htm>>. Acceso: 18 março

2013, 1985.

URUGUAY. **Ley 18.026**, de 4 de outubro de 2006. Cooperación con la corte penal internacional en materia de lucha contra el genocidio, los crímenes de guerra y de lesa humanidad. Se establecen normas.

Disponível em:

<<http://www.parlamento.gub.uy/leyes/AccesoTextoLey.asp?Ley=18026&Anchor>>. Acesso: 20 de outubro 2013.

URUGUAY. **Diario de sesiones de la cámara de representantes.**

Tomo 625. Setiembre-Octubre de 1986. República Oriental del Uruguay, 1986b

URUGUAY. **Ley nº 15.848**, de 28 de dezembro de 1986. Funcionarios militares y policiales. Se reconoce que ha caducado el ejercicio de la pretensión punitiva del Estado respecto de los delitos cometidos hasta el 1º de marzo de 1985. Disponível em:

<<http://www.parlamento.gub.uy/leyes/AccesoTextoLey.asp?Ley=15848>>. Acesso: 30 de set. 2013. 1986c.

URUGUAY. **Ley 18.315**, de 22 de julho de 2008. Procedimiento policial. Marco normativo. Disponível em:

<<http://200.40.229.134/Leyes/AccesoTextoLey.asp?Ley=18315&Anchor>>. Acesso 20 de outubro de 2013.

URUGUAY. **Ley nº 18.213**, de 19 de dezembro de 2007b. Enseñanza de la educación física. Se declara obligatoria en las escuelas de enseñanza primaria de todo el país. Disponível em:

<<http://200.40.229.134/Leyes/AccesoTextoLey.asp?Ley=18213&Anchor>>. Acesso: 14 de setembro de 2013.

URUGUAY. **Ley nº 14.101**, de 4 de janeiro de 1973. Disponível em:

<<http://www.parlamento.gub.uy/leyes/AccesoTextoLey.asp?Ley=14101&Anchor>>. Acesso: 20 de janeiro de 2014.

VALENTE, E; MÂCEDO DE ALMEIDA, J. **Cronologia histórico-geográfica do esporte para todos no Brasil.** Disponível em:

<[http://ww2.sescsp.org.br/sesc/hotsites/sesc\\_forum/index.cfm?idioma=es&conteudo\\_id=13&tipo=2](http://ww2.sescsp.org.br/sesc/hotsites/sesc_forum/index.cfm?idioma=es&conteudo_id=13&tipo=2)>. Acesso: 13 de junho de 2013.

VAZ, A. F. Técnica, esporte, rendimento. **Revista Movimento:** Porto

Alegre. v. 7, p.87-99, 2001.

VAZ, A. F. Reflexões de passagem sobre o lazer: notas sobre a pedagogia da indústria cultural. **Revista Pensar a Prática**, v. 9, n. 1, p. 13-26, Jan./Jun. 2006. Disponível em:

<<http://www.revistas.ufg.br/index.php/fe/article/view/122/1486>>.

Acesso: 29 de junho de 2013.

VAZ, A. F. Memória e progresso: sobre a presença do corpo na arqueologia da modernidade em Walter Benjamin. In: SOARES, C. (Org). **Corpo e história**. Campinas, SP: Autores Associados, 2011, 4<sup>a</sup> ed, p. 43-60.

VIÑAR, M.; GIL, D. La dictadura: una intrusión en la intimidad. In: BARRAN, J. P.; CAETANO, G.; PORZECANSKY, T. **Historias de la vida privada en Uruguay 3: individuo y soledades 1920–1990**. Montevideo: Taurus, 2004, p. 301–326.